

nº. 40, 2º sem. / 2017

revista vernáculo

Revista Vernáculo
Número 40, 2º sem/2017

Organizador
Hilton Costa

Edição do Número
Hilton Costa

Montagem
Alysson de Avila Costa

Capa
Ana Paula Bellenzier

Créditos da Capa

ref: mapa do rio Reno: http://d-maps.com_carte.php?num_car=5285&lang=de
Darcy Ribeiro: <http://www.fundar.org.br/fundacao/abre.php?abre=20>

ISSN 2317-4021
<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Ana Paula Bellenzier, André Akamine Ribas, Brenda Yasmin Degger, Francielle de Souza, Hilton Costa, Leonardo Brandão Barleta, Mateus Alves Nedbajluk, Mayara Mottin, Monah Nascimento Pereira

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira (UNESPAR-PR)	Fagner Carniel (UEM-PR)
Andréa Carla Doré (UFPR)	Gabriel Santos Berute (UNISINOS)
André Akamine Ribas (UFPR)	Jonas Wilson Pegoraro (UEPG/IFPR)
André Luiz Cavazzani (UNINTER)	Lennita Oliveira Ruggi (UFPR)
Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)	Lise Fernanda Sedrez (UFRJ)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)	Lorena Avellar de Muniagurria (USP)
Bruno de Macedo Zorek (UNICAMP-SP)	Lúcio Souza Lobo (UFPR)
Camila Jansen de Mello de Santana (UEPG-PR)	Marcelo Fronza (UFMT)
Carlos Eduardo Suprinyak (UFMG)	Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE-PR)
Caue Kruger (PUC-PR)	Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE-PR)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Martha Daisson Hameister (UFPR)
Elaine Cristina Senko (UNIOESTE)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE-PR)
Erivan Cassiano Karvat (UEPG-PR)	Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ)
Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)	Rodrigo Turin (UNIRIO-RJ)
	Tiago Luis Gil (UnB)

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Sumário

Artigos

- A última voz humana viva: Uma leitura de Svetlana Aleksievitch em um tempo de catástrofes
Pedro Telles da Silveira 6
- Sociologia do Autor: biografia e trajetória de Darcy Ribeiro
Ana Crhistina Vanali 41
- As percepções de Clodomir Vianna Moog e Bayard de Toledo Mércio acerca da nacionalização de imigrantes e descendentes nas obras Um rio imita o Reno e Longe do Reno
Rodrigo Luís dos Santos 60
- Clientelismo em reportagens do Jornal Folha de S. Paulo: uma análise das formas de utilização do termo
Alana Lemos Bueno
Sabrina Cesar Freitas..... 85
- "Meu reino por um cavalo!": a construção da imagem vilanesca do rei Ricardo III a partir das crônicas de Holinshed, de 1587
Renata Ribeiro Oliveira 103
- Estratégia de leitura na Educação Inclusiva: ler buscando significados
Fernanda de Paula Coelho 128
- Qual África ensinar nas escolas? A história africana e afro-brasileira nos Relatórios Finais de Estágio Supervisionado do curso de História da UDESC (2000 – 2006)
Maíra Pires Andrade 148

Monografias

- O poder da palavra: a habilidade retórica de Simão Pereira De Sá Na Crônica Historia Topografica e Belica da Nova Colonia do Sacramento e a sua influência na manutenção dessa praça e na historiografia brasileira contemporânea
Tamyres Gonçalves Palma Zimmer 177

Impressão de Leitura

- História e Narrativa: Princípios Conceituais
Robson Bertasso 189

Artigos

A última voz humana viva: Uma leitura de Svetlana Aleksiévitich em um tempo de catástrofes

Pedro Telles da Silveira¹

Resumo: Propõe-se aqui uma análise do livro *Voices de Tchernóbil*, de Svetlana Aleksiévitich, contra o pano de fundo da bibliografia recente sobre temporalidade histórica e a respeito da atual mudança climática. Procura-se abordar o acidente nuclear da usina soviética como exemplo do que a autora afirma ser uma “história de catástrofes”. Pensada com relação à ação humana, essa história de catástrofes se situa sobre a dissolução das fronteiras entre natureza e cultura e no interior de uma profunda alteração na escala do agir humano, que agora alcança escala planetária. Por isso, utiliza-se o desastre nuclear de Tchernóbil como forma de refletir a respeito do papel da história no chamado Antropoceno, período geológico caracterizado pela capacidade da agência humana de interferir nos ciclos naturais. Por fim, reflete-se acerca do tema do “fim do mundo” a partir da simultaneidade entre o desastre de Tchernóbil e o colapso da União Soviética.

Palavras-chave: Antropoceno – Temporalidade – Teoria da História – Literatura Contemporânea

Abstract: What is proposed here is a reading of Svetlana Aleksiévitich’s *Voices of Chernobyl* against the background of recent literatura about historical time and about the contemporary climate change. The paper analyses the nuclear disaster at the Soviet energy plan as an example of what Aleksiévitich calls a “history of catastrophes”. If thought in relation with human agency, this history of catastrophes situates itself over the dissolution of the limits between nature and culture and inside a profound modification in the scale of human agency, which now extends over a planetary dimension. In

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009) e mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2012). Em 2013, retornou à UFRGS, onde concluiu o bacharelado e, no ano seguinte ingressou no doutorado em História, onde atualmente realize pesquisa sobre história digital e historiografia sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Nicolazzi.

this way, Chernobyl becomes a way to think about the role of history in the Anthropocene, a geological period characterized by human capacity to influence and change natural cycles. It concludes with a reflection about the “end of the world” theme through the simultaneity between Chernobyl’s nuclear disaster and the collapse of Soviet Union.

Keywords: Anthropocene – Temporality – Theory of History – Contemporary Literature

Em 26 de abril de 1986, na pequena cidade de Prípiat, situada na fronteira entre as repúblicas soviéticas da Ucrânia e de Belarús,² o fogo brilhou como nunca brilhara antes. “Chegavam rumores de que era um fogo extraterrestre, que nem era fogo, mas uma luz. Uma reverberação. Uma aurora. Não de um azul qualquer, mas de um azulado celeste. E que a fumaça não era fumaça” (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 296).³ Era um fogo como nenhum outro, e todos que entravam em contato com ele carregavam em si um pouco desse fogo que não se extinguiu, mesmo depois de mortos: “Ele estava morto, mas continuava quente, quente. Não se podia tocá-lo” (p. 362). E o incêndio continuou causando vítimas mesmo depois de apagado:

Muitos vão morrendo. Morrem de repente.
Caminhando. Estão andando e caem mortos.
Adormecem e não acordam mais. Está levando
flores para uma enfermeira, e o coração para. Está

² Também conhecida como Bielorrússia ou Rússia Branca, mantenho as soluções de transcrição adotadas por Sonia Branco ao longo de sua tradução. Isso se tornará patente ao utilizar a transcrição Tchernóbil ao invés das versões Chernobyl ou Chernobil mais conhecidas do público brasileiro.

³ Como as referências ao livro de Svetlana Aleksiévitich são bastante numerosas, doravante cito apenas o número de página entre parênteses.

no ponto de ônibus... Estão morrendo, e ninguém lhes perguntou de verdade sobre o que aconteceu (p. 38).

Todos que tomavam o caminho de volta, no entanto, ainda que não o reconhecessem, retornavam como se viessem de outro mundo, pois

Para aqueles que lá estiveram, Tchernóbil não terminava em Tchernóbil. Esses homens não regressaram de uma guerra, mais parece que voltaram de outro planeta... Eu compreendi que de maneira totalmente consciente aqueles homens convertiam os seus sofrimentos em novo conhecimento. Presenteavam-nos, dizendo: vocês haverão de fazer algo com isso, saberão como empregá-lo (p. 47)

“O que a experiência de Tchernóbil nos deu?” (p. 47), pergunta-se Svetlana Aleksievitch em determinado momento de *Vozes de Tchernóbil*, e o que faremos deste estranho legado, cujo testamento ainda é um “signo que não sabemos ler”? (p. 41). Será possível essa apropriação, ou até mesmo pensá-la, se, nas palavras da autora,

Demos um salto para uma nova realidade, uma realidade que está acima do nosso saber e acima da nossa imaginação. Rompeu-se o fio do tempo... O passado de súbito surgiu impotente, não havia nada em que pudéssemos nos apoiar; e no arquivo onipotente (assim acreditávamos) da humanidade, não se encontrou a chave que abria a porta (p. 41).

O acidente na usina nuclear de Tchernóbil demonstra que, ao longo do último século, a ruptura com a tradição foi menos o resultado das utopias que procuravam ordenar o mundo – ou das filosofias que buscavam justificá-las – do que causada pelo avassalador desenvolvimento da técnica; menos os efeitos de uma ruptura consciente com o passado do que a permanência de uma realidade cujo peso é grande demais para que seja movida; e menos a possibilidade de uma cesura voluntária do que o imperceptível manejo e controle cotidianos de um conjunto de ameaças que trazem a possibilidade, ainda que invisível, de conduzir ao desaparecimento do gênero humano na Terra. Quais os efeitos desse conjunto de possibilidades sobre o entendimento da história e a imaginação do futuro na passagem do século XX para o XXI? Qual será a história do novo século quando uma “história nova”, uma “história de catástrofes” (p. 43), se abre após Tchernóbil?

Proponho aqui um exercício de leitura de *Vozes de Tchernóbil* em conjunto a algumas referências bibliográficas recentes (ou nem tanto) que abordam o tempo, a história, o futuro e a agência humana, de modo a entender como ambas se iluminam reciprocamente. Esse procedimento de leitura – idiossincrático, no mínimo – provê às páginas seguintes o caráter de uma resenha expandida sobre o coro de vozes orquestrado pela autora bielorrussa e fornece a oportunidade de uma leitura interdisciplinar de problemas recentes que têm ocupado a reflexão historiográfica.

Um momento inicial do estudo é dedicado ao problema da técnica a partir da filosofia de Hannah Arendt e a superação dos sentidos físicos no interior do progresso científico moderno. O mal que se abateu sobre Tchernóbil ultrapassava as capacidades dos sentidos humanos de apreendê-lo e, por isso, indica uma ameaça incompreendida para aqueles que o viveram. O segundo momento introduz uma reflexão sobre o acidente nuclear à luz do conceito de Antropoceno e o desafio que traz ao entendimento tradicional da história e da atuação humanas. Por fim, explora-se a interconexão entre história humana e história natural através do entendimento cruzado do desastre nuclear de Tchernóbil e a queda da União Soviética como fim do mundo.

A técnica e o emudecimento do mundo

Em texto intitulado “A conquista do espaço e a estatura do homem”, Hannah Arendt lembra que o avanço da ciência moderna teve com condição a “renúncia a uma visão de mundo antropocêntrica ou geocêntrica”, assim como “uma eliminação radical de todos os princípios e elementos antropomórficos que surgem seja do mundo dado aos sentidos humanos, seja das categorias inerentes à mente humana” (ARENDR, 2007, pp. 326-327). Motivada pela exploração espacial, fenômeno que também instigara a última seção de *A condição humana*, publicado originalmente em 1958, a filósofa alemã reconhecia no breve giro do satélite não-tripulado Sputnik pela órbita terrestre, realizado um ano antes, a passagem para a concretude do fenômeno que

chamou de “alienação do mundo” que constituíra, desde o século XVI, o caminho em direção ao mundo e à ciência modernos:

É próprio da natureza da capacidade humana de observação só poder funcionar quando o homem se desvencilha de qualquer envolvimento e preocupação com o que está perto de si, e se retira a uma distância de tudo o que o rodeia. Quanto maior a distância entre o homem e o seu ambiente, o mundo ou a terra, mais ele pode observar e medir, e menos espaço mundano e terreno lhe restará. O fato de que o apequenamento definitivo da Terra foi consequência da invenção do aeroplano, isto é, de ter o homem deixado inteiramente a superfície da Terra, como que simboliza o fenômeno geral de que qualquer diminuição de distâncias terrestres só pode ser conquistado ao preço de colocar-se uma distância definitiva entre o homem e a Terra, de aliená-lo do seu ambiente imediato e terreno (ARENDR, 2004, p. 263).

O lançamento do satélite artificial em 1957 e a possibilidade de que o ser humano veja sua morada a partir de fora, realizada em 1961 pelo cosmonauta soviético Yuri Gagarin, mostram que a o avanço da ciência repousa – potencialmente – sobre a abstração das condições da vida humana na Terra. O conhecimento científico, reconhece a autora ao término do capítulo mencionado acima, se assenta no deslocamento do ser humano de sua posição de centralidade enquanto sujeito do conhecimento para uma posição lateral ou secundária; essa ciência, afirma ela,

(...) seria geocêntrica no sentido de que a terra, e não o universo, é o centro e a morada dos homens mortais, e seria antropomórfica na acepção de que o homem incluiria sua própria mortalidade fatural entre as condições elementares indispensáveis para que seus esforços científicos sejam possíveis (ARENDDT, 2007, p. 342),

De modo que ultrapassar o âmbito da existência dos indivíduos seria pré-condição para a obtenção do conhecimento. O avanço da ciência tornou insignificantes, portanto, todas as preocupações “antropocêntricas, isto é, verdadeira humanísticas” que guiavam a busca do saber (ARENDDT, 2007, p. 327).

Essa alienação em relação ao mundo é resultado da contraposição entre o sensível e o imaginável. Segundo a autora, as “categorias e ideias da razão humana originam-se em última instância na experiência sensorial humana, e todos os termos que descrevem nossas capacidades mentais, bem como boa parte de nossa linguagem conceitual, derivam do mundo dos sentidos e são utilizados metaforicamente” (ARENDDT, 2007, p. 333). Ora, o progresso da ciência se iniciou justamente com a imaginação de realidade que extrapolavam os dados perceptíveis aos seres humanos:

A moderna aventura científica começou com reflexões nunca pensadas antes (Copérnico imaginou que estivesse “postado no sol... observando os planetas”) e com objetos nunca vistos antes (o telescópio de Galileu perfurou a distância entre a terra e o céu e liberou os segredos das estrelas à

cognição humana (...)). De fato, Einstein tão-só generalizou essa ciência da época moderna ao introduzir um “observador suspenso livremente no espaço” (ARENDDT, 2007, pp. 335-336).

Embora em todos esses casos ainda se possa pensar na maquinação do engenho humano capaz de elevar de suas condições de existência em busca de outros mundos conceituais, o corolário de todas essas criações de hipóteses é que, “Estritamente falando”, os objetos da ciência

(...) não são fenômenos e aparências porquanto não os encontramos em parte alguma, nem em nosso mundo cotidiano nem no laboratório; sabemos de sua presença apenas porque afetam nossos instrumentos de mensuração de determinada maneira. (...) O ponto crucial é que (...) esses dados físicos emergem de um “mundo real”, mais real por implicação, que aquele em que vivemos; o problema é que algo *físico* está presente, porém jamais aparece (ARENDDT, 2007, p. 328).

Separados, o sensível e o cognoscível podem, até mesmo, excluir-se mutuamente – com resultados possivelmente desastrosos.

Nos relatos coletados por Svetlana Aleksiévitich, são comuns a resistência e a incompreensão acerca da radiação. “Da primeira vez em que nos disseram que tínhamos radiação, pensamos que se tratava de alguma doença, uma doença que logo levava a pessoa à morte. Mas nos diziam que não era isso, era algo que estava na terra, penetrando a terra,

algo que não se podia ver” (p. 58). “O que se passou aqui é algo desconhecido. É outro tipo de horror. Não se vê, não se ouve, não tem cheiro nem cor” (p. 300). O mal é invisível e se manifesta apenas em pequenos sinais. Segundo os camponeses, as cristas das galinhas ficaram negras, o leite se esfarelava antes de azedar para produzir queijo, o gado passou três dias sem comer (p. 72).

Apartado do mundo dos sentidos, o conhecimento científico também não encontra mais expressão no âmbito da linguagem e do raciocínio humanos (ARENDR, 2004, p. 11). Entre ambos os polos, entretanto, situa-se o técnico, responsável por reestabelecer o contato entre “o mundo dos sentidos e das aparências e a visão de mundo da física” (ARENDR, 2007, p. 336). Cada avanço da físico-química ao longo do último século resultou numa miríade de instrumentos e aparelhos de aplicação cotidiana – seja em âmbito doméstico ou industrial – que servem como comprovações mais convincentes desses avanços do que “quaisquer observações ou experiências meramente científicas” (ARENDR, 2007, p. 336). Mas a tecnologia não é responsável por refletir ou procurar compreender, apenas em aplicar, esses saberes, e, com isso, “pode vir a suceder que nós, criaturas humanas que nos pusemos a agir como habitantes do universo, jamais cheguemos a compreender, isto é, a pensar e a falar sobre aquilo que, no entanto, somos capazes de fazer” (ARENDR, 2004, p. 11). Incapazes de refletir sobre seu próprio conhecimento ou de comunicá-lo, o resultado é a entrada num “modo de vida no qual o discurso não teria sentido” e

no qual a política se encontraria subordinada à técnica (ARENDR, 2004, p. 11).

“Ninguém imaginava”, afirma Svetlana Aleksievitch, “que ambos os átomos, o de uso militar e o de uso pacífico, fossem gêmeos” (p. 43). Que os dois possam causar o mesmo dano, entretanto, indica que entre as tecnologias destinadas ao uso civil e aquelas direcionadas a fins bélicos, a diferença é apenas de aplicação, e não de natureza (NANCY, 2015, p. 18). Incompreensível no âmbito dos sentidos, o prelúdio à nossa reflexão iniciado pela abordagem do problema da ciência e da técnica em parcela da obra de Hannah Arendt aponta que o desastre nuclear de Tchernóbil também significa um desafio à compreensão do que sejam os limites da agência humana e da temporalidade na qual ela se inscreve. Meio século após a reflexão de Hannah Arendt, porém, o que está em jogo é a possibilidade de que a alienação do ser humano com relação ao mundo encontre um ponto extremo no qual a Terra deixa de ser sua moradia definitiva para se transformar em mera casa de passagem:

(...) naquele dia que aconteceu esse Tchernóbil maldito, eu sonhei com abelhas, com muitas, muitas abelhas. As abelhas saíam voando de uma colmeia atrás da outra, e voavam, voavam para bem longe. E quando você sonha com abelha, é sinal de incêndio. A terra vai incendiar. Deus deu o sinal de que o homem já não vive na terra como na sua casa; é um visitante. E nós estamos de visita aqui (p. 213).

Entre a pedra e o átomo

Inserida numa história da técnica e seus impactos, a catástrofe nuclear de Tchernóbil pode ser comparada a outro incêndio que chamou a atenção da reflexão historiográfica recentemente, aquele que foi extinto na província chinesa de Xinjiang no ano de 2004 após ter queimado – ininterruptamente – por 130 anos (LORENZ, 2014, p. 44). Para o historiador holandês Chris Lorenz, “um incêndio extremo como esse simplesmente expande nossa ideia normal do que é um incêndio. (...) Tal incêndio se situa literalmente para além da nossa imaginação” (LORENZ, 2014, P. 45), pois não é próprio dos incêndios como nós os conceitualizamos que eles atravessem décadas e, até mesmo, séculos. Não é preciso muito, entretanto, para perceber que a chama de Tchernóbil é mais espectral e duradoura do que o exemplo destacado por Lorenz.

Segundo Svetlana Aleksievitch, o acidente de Tchernóbil “se assemelhava a um monstro” (p. 41). Isso não é dito, no entanto, para destacar sua onipresença midiática, como já foi ressaltado em outros trabalhos teóricos contemporâneos, embora o acontecimento tenha se impregnado rapidamente na consciência europeia. Tchernóbil assemelha-se a um monstro porque redimensiona a escala humana de atuação em ambas as pontas do espectro: o micro e o macroscópico. O incidente atua simultaneamente ao nível genético – infinitesimal do ponto de vista humano – e sobre vastas extensões geográficas:

Até hoje usamos os termos antigos: “longe-perto”, “próprio-alheio”... Mas o que significa longe e perto depois de Tchernóbil, quando já no quarto dia as suas nuvens sobrevoavam a África e a China? A Terra parece tão pequena, não é mais aquela Terra do tempo de Colombo. Infinita. Hoje possuímos outra sensação de espaço. Vivemos num espaço arruinado. E ainda... (p. 49).

E o mesmo ocorre com as categorias ligadas à compreensão do tempo:

Nos últimos anos, o homem passou a viver mais, mas o seu tempo de vida continua a ser minúsculo e insignificante se comparado à vida dos radionuclídeos instalados na nossa terra (p. 49).

Nesse sentido, “Tchernóbil é antes de tudo uma catástrofe do tempo. Os radionuclídeos espalhados sobre a nossa terra viverão cinquenta, cem, 200 mil anos. Ou mais. Do ponto de vista da vida humana, são eternos” (p. 39). A longa duração dos efeitos – indesejados – de Tchernóbil é tanto mais frustrante quanto a consciência de que os desejos de preservação e conservação alimentados pela cultura contemporânea são irrealizáveis (ASSMANN, 2011, pp. 373-374). Tchernóbil força considerar a atuação humana ao nível do corpo e da espécie, mas não – e isso é significativo – enquanto sujeito político.

Para Chris Lorenz, o incêndio de Xinjiang serve de metáfora para um passado que não “esfria” conforme se distancia no tempo (LORENZ, 2014, p. 46). O passado que não se distancia é resultado de

uma transformação na experiência do tempo, o qual deixou de ser linear, irreversível e progressivo para se tornar seu oposto: não-linear, reversível e passível de retrogressão (LORENZ, 2014, p. 46). Sobre Tchernóbil, é constante essa sensação. Segundo uma das vozes registradas, “voltamos cem anos no tempo” (p. 76), e a própria autora se pergunta: “eu sou testemunha de quê, do passado ou do futuro?” (p. 49). Segundo Lorenz, o tempo não-linear permite pensar que “o passado pode viver no presente assim como o futuro pode estar presente no presente” (LORENZ, 2014, p. 46) – e Tchernóbil, sintomaticamente, possui a tendência a estranhas sobreposições temporais, uma experiência radical daquilo que Reinhart Koselleck chamou de “simultaneidade do não-simultâneo” (KOSELLECK, 2006, p. 96).

Não deixa de ser com irônica melancolia que uma das testemunhas ouvidas pela autora relata que

No primeiro dia, vimos a central nuclear de longe. No segundo, já recolhíamos os resíduos à sua volta. Carregávamos os detritos em baldes. Usávamos pás comuns, varriamos o chão com vassouras como as que os zeladores usam para varrer os pátios. E raspadeiras. Está claro que as pás eram apropriadas para areia e cascalho. E não para resíduos como aqueles, onde havia de tudo: pedaços de película, de ferro, de madeira e de concreto. *Era como quem luta contra o átomo com uma pá. Século XX... (p. 118; grifo meu).*

O mesmo com relação aos operários da usina:

Dentre os trabalhadores da central de Tchernóbil, muitos eram camponeses. De dia, estavam nos reatores, e à noite, cuidando das suas hortas, ou na casa dos pais, na aldeia vizinha, plantando batatas com a pá ou espalhando esterco com a forquilha. Extraindo a colheita, também com as mãos. *A sua consciência oscilava entre dois tempos, entre duas eras: a da pedra e a atômica.* E o homem, como um pêndulo, movia-se de um extremo a outro (pp. 265-266; *grifo meu*).

Entre a pedra e o átomo, a autora confirma a incongruência temporal experimentada pelos que trabalharam na remoção dos resíduos nucleares de Tchernóbil e no estabelecimento da zona de exclusão em torno à usina:

Lembram-se das aldeias desertas por que passaram, encontrando por vezes idosos solitários que haviam se recusado a partir com os outros, ou que mais tarde haviam regressado do exílio: homens que viviam à luz da lamparina, que ceifavam com a gadanha e a foice, que cortavam lenha com o machado, que dirigiam as preces aos animais e aos espíritos. *Tudo como há duzentos anos, enquanto naves espaciais sulcavam o céu* (p. 46; *grifo meu*).

Para além destes exemplos, no entanto, creio que a crise do tempo exposta por Chris Lorenz e exemplificada por Tchernóbil manifesta um problema profundo, qual seja, a interpenetração entre o tempo histórico e o tempo da natureza.

Segundo o historiador indiano Dipesh Chakrabarty, em pioneiro texto intitulado “O clima da história: quatro teses”, a atual catástrofe ambiental acarreta o “fim da velha distinção humanista entre história natural e história humana” (CHAKRABARTY, 2013, p.5). Essa distinção atravessou as concepções de história desde a Antiguidade até o mundo moderno. Como já destacou Hannah Arendt,

Quando Sófocles (no famoso coro da *Antígona*) diz que não há nada mais inspirador de temor que o homem, ele prossegue, para exemplificá-lo, evocado atividades humanas propositadas que violentam a natureza por conturbarem o que, na ausência dos mortais, seria a eterna quietude do ser-para-sempre que descansa ou oscila dentro de si mesmo (ARENDR, 2007, p. 77).

O tempo histórico emerge sob a forma da mortalidade e da finitude sobre a constância e a perenidade do mundo natural ou, na bela formulação da autora, é um “mover-se ao longo de uma linha retilínea em um universo onde tudo, se é que se move, se move em uma ordem cíclica” (ARENDR, 2007, p. 77). Já para Reinhart Koselleck, no processo de consolidação do conceito moderno de história, esta “foi reestruturada em forma de uma grandeza não natural” e, como consequência, “Natureza e história puderam desde então separar-se conceitualmente” (KOSELLECK, 2006, p. 54) Apesar de os indivíduos interagirem, reagirem ou serem por ela condicionados, o tempo da natureza e o tempo dos seres humanos permaneciam essencialmente

opostos. “O ambiente”, destaca Chakrabarty, “se modificava, mas o fazia de forma tão lenta que relacionar a história humana com seu entorno assumia uma característica quase atemporal, o que excluía essa relação do domínio da historiografia” (CHAKRABARTY, 2013, p.8). Em comparação, o momento atual revela que

(...) o clima, e consequentemente todo o meio ambiente, pode às vezes atingir um ponto máximo a partir do qual sua condição de pano de fundo lento e aparentemente atemporal se transforma com uma velocidade tamanha que só pode ser desastrosa aos seres humanos (CHAKRABARTY, 2013, p. 8).

Essa aceleração do tempo da natureza decorre da ampliação vertiginosa da escala da atuação humana. Segundo Chakrabarty, o ser humano se transformou em muito mais do que “o simples agente biológico que sempre foi. Os seres humanos agora exercem uma força geológica” (CHAKRABARTY, 2013, p. 8). Esse aspecto caracteriza o chamado Antropoceno. Proposto pelos geólogos Paul Crutzen e Eugene Stoermer, a categoria designaria uma “nova época geológica que se seguiu ao Holoceno, a qual teria se iniciado com a Revolução Industrial e se intensificado após a Segunda Grande Guerra” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 19). O que distingue o Antropoceno é o fato de que “alcançamos números e inventamos tecnologias” que possuem “uma escala suficientemente grande para causar impacto no próprio planeta” e por uma escala temporal que excede as dimensões naturais da longevidade dos indivíduos ou sociais das instituições

humanas (CHAKRABARTY, 2013, p. 9) – como os radionuclídeos de Tchernóbil, presentes por duzentos mil anos na Terra.

Ainda segundo Chakrabarty, o aquecimento global atualmente em ocorrência impõe a necessidade de pensar simultaneamente em três escalas: a história da Terra enquanto sistema geológico e biológico; a história da vida na Terra e a evolução das espécies, incluindo o gênero humano; e a história mais recente do desenvolvimento técnico-industrial e econômico do sistema capitalista (CHAKRABARTY, 2013, p. 1). Uma vez que a agência humana se expandiu para além da esfera propriamente humana, a história atravessa e articula essas três escalas, o que aponta a necessidade de repensar a atuação humana ao longo e na história.

Como já destacou Reinhart Koselleck, foi apenas no final do século XVII que se tornou possível “imaginar que se pudesse fazer a história” (KOSELLECK, 2006, p. 234). Teria sido apenas quando a história se transformou num conceito singular e com motivação própria – ou seja, a história em si, ao invés de a história *de* algo–, que ela “pareceu estar disponível aos homens, ou pode ser pensada como factível” (KOSELLECK, 2006, p. 236). No término desse processo, a possibilidade do fazer histórico humano se consolidou sobre o pano de fundo de uma “renúncia a uma instância extra-histórica”, pois

Para experimentar ou reconhecer a história em si não era mais necessário recorrer a Deus ou à natureza. Em outras palavras: a história, experimentada como

nova, tinha de antemão o sentido de história universal. Deixou de ser uma história que se realiza neste mundo por meio da humanidade e com a humanidade. Nas palavras de Schelling, em 1798: o homem tem história “porque não leva sua história consigo – ele mesmo a produz” (KOSELLECK, 2006, p. 237).

Os indivíduos são agentes de sua própria história, e não veículo de um motor transcendental – a providência divina sendo o mais conhecido deles. É essa disponibilidade da história que encontra-se questionada ao mesmo tempo que a agência humana se estende em direção à natureza.

Segundo Isabelle Stengers, nos situamos atualmente não apenas diante “de uma natureza ‘que deve ser protegida’ contra os danos causados pelos homens, mas também de uma natureza capaz de incomodar, de uma vez por todas, nossos saberes e nossas vidas” (STENGERS, 2015, p. 1). Essa “súbita colisão dos Humanos com a Terra”, como o resumem Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro, significa o “retorno definitivo de uma forma de transcendência que acreditávamos haver transcendido, e que agora reaparece mais forte do que nunca”:

A transformação dos humanos em força geológica, ou seja, em um fenômeno “objetivo”, em um objeto “natural”, em um “contexto” ou “ambiente condicionante”, se paga assim com a intrusão de Gaia no mundo humano, dando ao Sistema Terra a forma ameaçadora de um *sujeito histórico*, um

agente político, uma pessoa moral (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 26).

Essa nova transcendência é o reconhecimento de que o mundo histórico se encontra invadido por outros “sujeitos” – agenciamentos – que se sobrepõem, quando não são opostos, ao âmbito humano de atuação, de modo que a história não é mais apenas o teatro da sociedade ou da cultura, mas o local de incidência da própria dissolução entre natureza e cultura.

Pode-se pensar, com Hannah Arendt, valendo-se de uma parábola de Franz Kafka, que o progresso do conhecimento humano se deu com a condição de que ele fosse utilizado contra si mesmo, limitando o estatuto do ser humano (ARENDRT, 2007, p. 341). Nesse sentido, a ampliação da escala da agência humana encontra como limite a transcendência com relação ao próprio aspecto humano que a condicionava – como dito acima, o ser humano enquanto corpo ou espécie, mas não mais como sujeito político. Essa situação é paralela daquela pensada por Jean-Luc Nancy à sombra de outro acidente nuclear, o de Fukushima, em 2011. Segundo o filósofo francês, “catástrofes naturais não são mais distinguíveis de suas implicações ou repercussões tecnológicas, econômicas e políticas” (NANCY, 2015, p. 4). “Daqui para frente”, afirma,

(...) existirá uma interconexão, um entrelaçamento, até mesmo uma simbiose de tecnologias, trocas, movimentos, que fazem uma enchente – por

exemplo –, onde quer que ela ocorra, necessariamente envolver relações com uma certa quantidade de aspectos técnicos, sociais, econômicos e políticos intrincados entre si que evitam que a consideremos simplesmente como um acidente ou uma infelicidade cujas consequências podem ser mais ou menos facilmente circunscritas (NANCY, 2015, pp. 3-4).

Embora nomes como Auschwitz e Hiroshima já tenham nos aproximado do fim da humanidade enquanto tal, outros nomes, como Tchernóbil e Fukushima, nomes ainda por escrever, como o colapso das barragens da mineradora Samarco, em Mariana, Minas Gerais, ou nomes que ainda não conseguimos de todo pronunciar, como o aquecimento global, se diferenciam daqueles dois eventos-chave do século XX porque eles foram resultado do “planejamento consciente dos poderes constituídos”, enquanto os últimos exemplos “são frutos de ações humanas não-intencionais e mostram, somente através de análise científica, os efeitos de nossas ações enquanto espécie” (CHAKRABARTY, 2013, p. 22). Esses acontecimentos são não-intencionais mas, ao mesmo tempo, possuem a agência humana – os chamados “fatores antrópicos” – como uma de suas condições de possibilidade; numa escala geológica de atuação, as consequências dos atos humanos possuem – e possuirão – sempre um “excesso”, uma transcendência, com relação ao tempo e à geografia humanos. Num futuro que já vivenciamos, portanto, os “acidentes” serão uma parcela cada vez maior dos acontecimentos históricos – eles são a própria

materialização do entrecruzamento, frequentemente catastrófico, entre o tempo da natureza e o tempo da cultura. Para Jean-Luc Nancy,

Não existem mais catástrofes naturais. Existe apenas uma mesma catástrofe civilizacional que se expande continuamente. Isso pode ser demonstrado cada vez que acontece uma das supostas catástrofes naturais – terremotos, enchentes ou erupções vulcânicas – para não mencionar as perturbações na natureza causadas por nossas tecnologias (NANCY, 2015, P. 34).

Não se deve estranhar, portanto, quando uma das testemunhas ouvidas por Svetlana Aleksiévitich afirma que “Tchernóbil fica muito além de Kolimá e de Auschwitz. Do Holocausto. Estou me expressando com clareza?”, porque “O homem armado de machado e arco ou com lança-granadas e câmara de gás não pode matar todo mundo. Mas o homem com o átomo...” (p. 280).

Essa incomensurabilidade dos atos humanos lança uma estranha sombra sobre a ideia de que os indivíduos fazem a história. Embora o argumento de Koselleck possua um ponto de inflexão – para ele, a história se caracteriza “pelo fato de que, com o decorrer do tempo, as previsões e os planos dos homens são sempre diferentes de sua realização” (KOSELLECK, 2006, p. 242) e, por isso, a possibilidade da história encontra-se justamente nesse intervalo entre o planejado e o realizado –, o atual contexto leva ao limite a possibilidade de os resultados diferirem do planejado:

Na realidade, estávamos indefesos. Essa era a principal sensação que tínhamos naqueles dias. Que em algum lugar bem longe estava Gorbatchóv. E mais algumas pessoas. Dois ou três homens decidiam o nosso destino. *Da mesma forma que outro punhado de homens podia nos matar. Não maníacos ou criminosos com planos terroristas na cabeça, mas os corriqueiros operadores de plantão da central atômica. Bons rapazes, por sinal* (p. 280; *grifo meu*).

Por esse motivo, pode-se concordar com Svetlana Aleksíevitch quando ela afirma que, com Tchernóbil, chegou-se ao “entendimento de que nos encontrávamos diante de uma história nova: teve início a história das catástrofes...” (p. 43).

O estabelecimento de uma agência em escala planetária dos humanos enquanto espécie, impõe como consequência, aparentemente contraditória, que essa atuação é ilimitada, pois só responderia aos imperativos da própria ação humana – “alienada” do mundo no sentido proposto por Hannah Arendt, e, por isso, o ser humano só encontrará a si numa natureza fabricada por ele mesmo (ARENDR, 2004, p. 342; NANCY, 2015, p. 4) – ao mesmo tempo que encontrou seu limite transcendental: o desencadeamento de efeitos numa escala muito maior do que é comum ou possível imaginar enquanto indivíduos históricos ou agentes políticos (CHAKRABARTY, 2013, p. 3), e que são indiferentes ou desproporcionais com relação aos atos humanos que as ocasionaram. Embora seja próprio da situação que vivemos a

necessidade de pensar simultaneamente em escalas incongruentes que não são necessariamente concêntricas (CHAKRABARTY, 2013, p. 3), uma vez que o próprio centro foi removido, o problema, novamente, parece ser mais profundo:

O Antropoceno (...) é uma época, no sentido geológico do termo, mas ele aponta para o fim da “epocalidade” enquanto tal, no que concerne à espécie. Embora tenha começado conosco, muito provavelmente terminará sem nós: o Antropoceno só deverá dar lugar a uma outra época geológica muito depois de termos desaparecido da face da Terra (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 16).

Trata-se, portanto, não apenas do fim do conceito moderno de história, mas do fim da história. É hora de falar do futuro.

O fim do mundo soviético como fim do mundo

“A disciplina da história”, recorda Dipesh Chakrabarty, “existe tendo como pressuposto que nosso passado, presente e futuro estão ligados por uma certa continuidade da experiência humana”, de modo que “Normalmente enxergamos o futuro com o auxílio da mesma faculdade que nos permite representar o passado” (CHAKRABARTY, 2014, p. 2). O efeito concatenado das três temporalidade – passado, presente e futuro – provê de sentido o devir humano; por esse motivo, momentos de ruptura qualificam o passado como incapaz de fornecer instrumentos conceituais que permitam a compreensão do presente. A

atual crise ecológica, no entanto, “pode precipitar um senso do presente que separa o futuro do passado ao colocar tal futuro além do alcance da sensibilidade histórica” (CHAKRABARTY, 2014, p. 2). Não se trata de dizer que o fio que une os três tempos se rompeu; pelo contrário, a crise que vivemos é consequência direta – um “karma geofísico”, no dizer de Danowski e Viveiros de Castro (2015, p. 16) – de práticas e hábitos historicamente datados, mas sim de apontar a desproporção entre esses atos em suas dimensões individuais, sociais ou políticas e suas consequências biológicas e geológicas. Essa incongruência brutal entre passado e futuro transforma o presente no lugar instável no qual se torna até mesmo difícil imaginar ou representar a catástrofe que vivemos, a não ser sob formas negativas.

Conforme se reconhece a gravidade da “presente crise ambiental e civilizacional”, retoma-se com crescente insistência o tema – “antiquíssimo” – do fim do mundo (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 11), que deixa de ser marginal para se transformar em fenômeno de interesse coletivo (HACHE, 2014, p. 8). Aparentemente simples, a expressão “suscita necessariamente o problema correlato do fim do pensamento, isto é, o fim da relação (...) entre pensamento e mundo” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 32). Nesse sentido, o “fim do mundo” só tem sentido caso se determine “simultaneamente *para quem* este mundo que termina é *mundo*, quem é o mundano ou o ‘mundanizado’ que *define o fim*”

(DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 33). Surgem, então, os pólos que enquadram o espectro do “fim do mundo”:

De maneira muito simples, podemos partir da oposição entre um “*mundo sem nós*”, isto é, o mundo depois do término da existência da espécie humana, e um “*nós sem mundo*”, uma humanidade desmundanizada ou desambientada, a subsistência de alguma forma de humanidade ou subjetividade após o fim do mundo (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, p. 35).

A segunda possibilidade permite pensar na sobrevivência dos agentes – humanos ou não – após o fim do mundo, o que remete ao fato de que o mundo só termina para aqueles para os quais o mundo era, de fato, mundo. Pode-se, então, utilizar o conceito de “fim do mundo” como categoria operacional para perscrutar os diversos “fins” do mundo, alguns dos quais já aconteceram. É o que proponho para Tchernóbil.

Pode-se dizer que os sobreviventes de Tchernóbil encontram-se “em suspenso entre duas histórias”, como destaca Isabelle Stengers (2015, p. 7). Uma história é ritmada “pelas notícias do front da grande competição mundial, e seu crescimento segue a flecha do tempo”; a outra, por sua vez, “pode ser pensada como nítida quanto ao que está acontecendo, mas obscura no que exige, na resposta àquilo que está acontecendo” (STENGERS, 2015, p. 7). Com essa metáfora, a filósofa belga aponta a “enorme distância entre conhecimento científico e

impotência política, isto é, entre nossa capacidade (científica) de imaginar o fim do mundo e nossa incapacidade (política) de imaginar o fim do capitalismo” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 31), o que também é apontado por Dipesh Chakrabarty quando relembra que “especialistas em política pensam em termos de anos, décadas, séculos, no máximo, enquanto políticos nas democracias pensam em termos de ciclos eleitorais” (CHAKRABARTY, 2014, p. 3), dois referentes temporais inadequados para compreender – ou pensar em reverter – as imprevisíveis transformações climáticas que engendramos.

Embora se possa objetar que Tchernóbil tenha ocorrido em território socialista e não capitalista, o livro de Svetlana Aleksiévitich oferece inúmeros exemplos de conflito ou incongruência entre as duas histórias. Pode-se percebê-los no relato de uma testemunha, ex-diretor do Instituto de Energia Nuclear da Academia de Ciências de Belarús, e suas fracassadas tentativas de encetar uma ação organizada de conscientização da população por parte das autoridade soviéticas (pp. 322; 326), ou na censura aplicada sobre os registros imagéticos do acidente e suas consequências locais (p. 219).

O descompasso entre as duas histórias, no entanto, adquire maior significação quando se observam os confrontos entre os modos disponíveis aos soviéticos para entender o que está acontecendo e as exigências que Tchernóbil impõe para sua compreensão:

De início houve perplexidade geral. A sensação de que se tratava de manobras militares. De um jogo.

Mas era uma guerra de verdade. Uma guerra atômica... Algo desconhecido para nós: o que temer e o que não temer, o que evitar e não evitar? Ninguém sabia. E não havia ninguém que pudesse responder (pp. 111-112).

Não eram apenas os civis que estavam despreparados para a ocasião, mas também os comandantes militares:

A minha mãe justificava: “Se tivesse começado uma guerra, saberíamos o que fazer. Para a guerra, dispúnhamos de instrução. Mas isso?”.

Quem encabeçava a nossa defesa civil? Generais e coronéis para quem a guerra começa da seguinte forma: estações de rádio transmitem as declarações do governo, alarme aéreo, projéteis explosivos, bombas incendiárias. Eles não se davam conta de que estávamos em outra época (p. 330).

Numa sociedade caracterizada pelo militarismo e na qual a memória da guerra era um dos atributos da nacionalidade – e na qual a experiência bélica continuava “sendo o termo de medida” (p. 70) –, a experiência de Tchernóbil é como a deposição de uma camada de solo estranha a essa paisagem saturada de história, como diz a autora ao trazer sua própria voz como testemunho:

“Teria sido mais fácil nos acostumar à situação de uma guerra atômica como a de Hiroshima, pois sempre nos preparamos para ela. Mas a catástrofe aconteceu num centro atômico não militar (...) Passamos a vida lutando e nos preparando para a

guerra, tão bem a conhecíamos e, de súbito, isso! A imagem do inimigo se transformou. Surgiu diante de nós um outro inimigo... Inimigos... que tocavam a relva ceifada, o peixe pescado, a caça aprisionada. As maçãs... O mundo à nossa volta, antes maleável e amistoso, agora nos infundia pavor. As pessoas mais velhas, ao serem evacuadas e ainda sem perceber que isso seria para sempre, olhavam para o céu e diziam: ‘O sol está brilhando, não se vê fumaça nem gás. Não se escutam tiros. Como isso pode ser uma guerra? No entanto, devemos nos tornar refugiados’” (pp. 42; 44-45).

Contra esse novo inimigo, o conhecimento oferecido pela literatura não era mais suficiente, como o relato de uma professora acerca de seus alunos:

Deixaram de amar os clássicos, eu recito Púchkin de cor para eles e vejo os seus olhares frios, ausentes... Há um vazio... O mundo em torno deles é outro (...). Às vezes me vem o pensamento sacrílego de que a nossa cultura não é mais que um baú de velhos manuscritos (pp. 164; 168; grifo meu).

Outra testemunha reafirma novamente o contraste entre o passado militar e o desafio presente: “(...) uma guerra nuclear, o rádio da explosão. Isso eu até podia imaginar. Mas o que aconteceu conosco... Para isso me faltava... me faltavam conhecimentos, e faltavam em todos os livros que eu havia lido na minha vida” (pp. 172-173). A conclusão é que “(...) precisamos mais que nunca de outros livros, porque a vida à nossa volta é outra. E nós somos estranhos nela” (p. 283). “Estávamos

acostumados a acreditar”, afirma uma testemunha. “Eu sou da geração pós-guerra, que cresceu nessa fé. De onde veio essa fé? Nós vencemos uma guerra tão terrível! O mundo todo nos reverenciou” (p. 255). Tudo isso pouco importa agora:

Falam da guerra. Da geração da guerra. Comparam... A geração da guerra? Mas ela é feliz! Tiveram a Vitória. Eles venceram! Isso lhes deu uma grande energia vital, ou, como se diz agora, uma poderosa carga de vivência. Eles não temiam nada. Queriam viver, estudar, ter filhos. E nós? Nós temos medo de tudo. Tememos pelos nossos filhos, pelos netos que ainda não temos. Ainda não existem e já tememos por eles (p. 291).

Por esses motivos,

O acontecimento ainda está à margem da cultura. É um trauma da cultura. E a nossa única resposta é o silêncio. Fechamos os olhos como crianças pequenas e acreditamos que assim nos escondemos, que o horror não nos alcançará (p. 130).

Segundo a autora, no acidente nuclear “Confluíram duas catástrofes: a social – aos nossos olhos arruinou-se a União Soviética, submergiu sob as águas o gigantesco continente socialista – e a cósmica – Tchernóbil”:

A primeira nos é mais próxima, mais compreensível. As pessoas estão preocupadas com o dia a dia, com o cotidiano: o que comprar, aonde ir? No que

acreditar? Levantar-se novamente sob que bandeira? Ou será preciso aprender a viver para si, viver a sua vida? Já a última nos é desconhecida, não sabemos o que fazer, porque ninguém nunca viveu assim. Isso é algo que experimentamos todos e cada um. Gostaríamos de esquecer Tchernóbil, porque diante dele a nossa consciência capitula. É uma catástrofe da consciência. O mundo das nossas representações e valores explodiu. Se tivéssemos vencido Tchernóbil ou compreendido o fenômeno até o fim, pensaríamos e escreveríamos mais a respeito. *E assim, vivemos em um mundo enquanto nossa consciência vive em outro* (p. 49; grifo meu).

Tchernóbil oferece o triste espetáculo de um “apocalipse sem revelação” (NANCY, 2015, p. 20), pois “Ingressamos num mundo opaco, onde o mal não dá explicações, não se revela e não conhece leis” (p. 45). Embora seja despropositado culpar Tchernóbil pela queda da União Soviética, não é possível, no entanto, separar ambos os acontecimentos, pois na medida em que os humanos interferem ativamente no funcionamento da Terra, se realiza o “desmoronamento da distinção fundamental da *episteme* moderna – a distinção entre as ordens cosmológica e antropológicas, separadas desde ‘sempre’ (quer dizer, desde pelo menos o século XVII) por uma dupla descontinuidade, de essência e de escala” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 26). Com isso, o sonho de remodelar a natureza e todo o voluntarismo que o caracterizava esbarra no limite imposto pela própria Terra e sua agência imprevisível aos olhos humanos; apesar dos

inúmeros exemplos de heroísmo, que conseguiram evitar uma catástrofe ainda maior, Tchernóbil representa o fim de uma realidade política abstraída – “alienada”, no dizer de Hannah Arendt – das condições “naturais” na qual se insere. Por causa dessa dupla catástrofe, “Agora já não mais podemos crer, como os heróis de Tchékhev, que dentro de cem anos o ser humano será maravilhoso. Que a vida será maravilhosa! Esse futuro nós já perdemos” (p. 50).

Não me parece à toa que alguns testemunhos apresentem uma súbita transformação da vida soviética após Tchernóbil. “Depois de Tchernóbil”, afirma uma testemunha, “Nós temos aprendido a dizer ‘eu’” (p. 334):

Tchernóbil fez surgir o sentimento novo e incomum de que cada um de nós tem a sua própria vida; até então isso parecia desnecessário. E as pessoas passaram a se preocupar com o que comiam, como alimentavam os filhos, o que seria ou não perigoso para a saúde, se mudavam ou não para outro lugar. Cada um tinha de tomar as suas próprias decisões. Antes, como se vivia? Com toda a aldeia, com toda a comunidade. Com o coletivo da fábrica ou do colcoz. Nós éramos soviéticos (pp. 258-259).

Trata-se da frustração com o fracasso das utopias, das quais o comunismo era a derradeira; da ruptura com um passado em comum que conduzia inequivocamente ao futuro, que continha em si o horizonte da felicidade; da impossibilidade de uma leitura dualista da realidade da qual a Guerra Fria foi o maior exemplo – em Tchernóbil,

procurava-se os agentes infiltrados ocidentais, responsáveis pelo incidente (p. 45). Diante de Tchernóbil,

As pessoas passaram a se preocupar com a vida cotidiana, o que comprar e como sobreviver. Em que acreditar e sob qual bandeira novamente se erguer. Ou seria necessário aprender a viver sem uma grande ideia? Essa última solução não era nada familiar, ninguém nunca tinha vivido assim. O “homem vermelho” se viu confrontado a centenas de perguntas, e em face delas se encontrou totalmente só (p. 381).

E, nesse estado de solidão, o cidadão soviético “não pôde entrar naquele reino de liberdade que sonhou na sua cozinha” (p. 382).

A queda da União Soviética motivou toda sorte de especulações a respeito do “fim da história”, das quais a de Francis Fukuyama é a mais conhecida. Ao reduzir a escala de análise para o indivíduo – onde “tudo acontece”, diz a autora –, parece-me possível considerar que o término da história soviética coincide com o fim do “mundo”, tanto cultural quanto social, no qual ele existia (p. 372). Na solidão do “homem vermelho” e no caráter incognoscível de Tchernóbil em termos de uma história de guerras, mas não de uma história de catástrofes, é possível reconhecer que “os Humanos (...) já perderam a guerra; [pois] *seu mundo já acabou*” (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 154). No caso russo, o mundo soviético acabou porque o mundo soviético não existe mais.

Pode-se imaginar um mundo sem história – seja nas versões de um mundo antes da Queda ou de um futuro no qual os humanos não mais existem –, mas é possível pensar numa história sem mundo? Não seria possível, então, ao menos pensar que seres humanos, mundo e história não são mais termos necessários ou que se remetem entre si? E se, na ausência de um mundo, for possível renunciar à história?

Houve um tempo... houve um em que eu invejava os heróis. Aqueles que tinham participado dos grandes acontecimentos, que viveram épocas de ruptura, momentos de reviravolta da história. Falávamos e cantávamos sobre eles. Havia canções muito bonitas. (...) Eu sonhava! Lamentava não estar lá em 1917 ou em 1941. Hoje penso de outra forma: *eu não quero viver a história, no tempo histórico*. A minha pequena vida ficaria imediatamente sem defesa. Os grandes acontecimentos a esmagariam sem sequer notá-la (p. 270; *grifo meu*).

Ao observar os camponeses e sua capacidade de adivinhar, antes dos informes oficiais, apenas através da reação dos animais, a catástrofe que vem, a autora se pergunta: “Quem de nós é o primeiro, quem está mais sólida e eternamente ligado à terra, nós ou eles? Devíamos aprender com eles como sobreviver. E como viver” (p. 48).

Em Tchernóbil, “O tempo mordeu o próprio rabo, o início e o fim se tocaram” (p. 47) e o futuro se encontra no passado. Talvez renunciar à história seja uma forma que os humanos encontrem para continuarem vivos – e se eles sobreviverão ao mundo que habitam, para encontrá-los será preciso seguir

adiante e ouvir, ouvir bem, ouvir com atenção, até encontrar a última voz humana viva.

Referências

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **Vozes de Tchernóbil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

CHAKRABARTY, Dipesh. “O clima da história: quatro teses”, in *Sopro*, n. 91, julho de 2013, pp. 1-22; disponível em <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91.html>

_____. “Climate and Capital: On Cojoined Histories”, in **Critical Inquiry**, vol. 41, n. 1, Autumn 2014, pp. 1-23.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

LORENZ, Chris. “Blurred Lines: History, Memory and the Experience of Time”, in **International Journal for History, Culture and Memory**, Amsterdam, vol. 2, n. 1, pp. 43-62.

NANCY, Jean-Luc. **After Fukushima: The Equivalence of Catastrophes**. New York: Fordham University Press, 2015.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima.** São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Recebido em 11/12/2016, aceito para publicação em 13/03/2017

Sociologia do Autor: biografia e trajetória de Darcy Ribeiro

Ana Crhistina Vanali¹

RESUMO: esse artigo fornece alguns apontamentos sobre a trajetória intelectual de Darcy Ribeiro e sua contribuição para o pensamento social brasileiro a partir da análise da obra autobiográfica “As Confissões” publicada em 1997.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro. Biografia. Pensamento Social.

ABSTRACT: this article provides some notes on the intellectual history of Darcy Ribeiro and his contribution to Brazilian social thought from the analysis of the autobiographical book "The Confessions" published in 1997.

Key-words: Darcy Ribeiro. Biography. Social thought.

*“Fracassei em tudo o que tentei na vida.
Tentei alfabetizar as crianças brasileiras e não consegui.
Tentei salvar os índios, não consegui.
Tentei fazer uma universidade séria e fracassei.
Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei.
Mas os fracassos são minhas vitórias.
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.”*

(Parte do discurso proferido por Darcy Ribeiro quando do recebimento do título de Doutor Honoris Causa da Sorbonne em 1978)

¹ Graduada em Ciências Sociais pela UFPR. Mestre em Antropologia Social pela UFPR. Doutoranda em Sociologia pela UFPR. Bolsista CAPES/PDSE na Universidade Nova de Lisboa. Endereço eletrônico: anacvanali@yahoo.com.br

Darcy Ribeiro (1997) registrou em *Confissões*, escrito quando o câncer que o matou já o havia condenado ao recolhimento forçado, não só os enredos de sua vida pessoal, mas também o testemunho de um homem público apaixonado pela terra em que nasceu e pela qual mantinha viva toda esperança de um futuro promissor. Mineiro de Montes Claros, nascido em 26 de outubro de 1922, Darcy Ribeiro foi um intelectual múltiplo, ou, como gostava de enfatizar, “viveu muitas vidas”, entre elas na etnologia, educação, literatura e política. Formado em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1946) com especialização em Antropologia, trabalhou como etnólogo do Serviço de Proteção ao Índio. Nesse período fundou o Museu do Índio e criou o Parque Nacional do Xingu. Romancista, publicou, entre outros, *Maíra* (1976); *O Mulo* (1981); *Utopia Selvagem* (1982); *Migo* (1988). Na educação, com Anísio Teixeira, participou da defesa da escola pública; criou a Universidade de Brasília, sendo seu primeiro reitor; foi ministro da educação de João Goulart (1961) e chefe da Casa Civil, tendo sido um dos coordenadores das reformas estruturais. Com os direitos políticos cassados com o Golpe Militar (1964), exilou-se. Retornando ao Brasil, foi anistiado em 1980 e eleito vice-governador do Rio de Janeiro (1982), acumulando o cargo de secretário de Estado de Cultura, onde gestou e dirigiu a implantação dos CIEP’s – Centros Integrados de Educação Pública. Em 1987, teve uma efêmera passagem por Minas Gerais, no então governo Newton Cardoso, como secretário especial para a implantação de escolas de tempo integral. Em 1990,

elegeu-se senador da República; entre diversas investidas, elaborou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394), sancionada em 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei Darcy Ribeiro.

Essa “vivência de muitas vidas” apontada por Darcy Ribeiro nos remete à proposta de Burawoy e Braga (2009), que defendem a ideia de uma “prática sociológica” engajada com diferentes públicos extra-acadêmicos e que consiga conjugar o rigor de uma sociologia profissional com a intervenção no espaço público. Assim, a trajetória de Darcy Ribeiro pode ser considerada como um exemplo dessa sociologia pública. Temos um intelectual pensando o país, seja atuando em academias e institutos, seja na universidade, em partidos ou inserido no aparelho de Estado. Ele buscou se inscrever na esfera pública, formulando e disputando projetos sobre o futuro da nação, desempenhando papel de destaque no processo da modernização brasileira. Analisar sua trajetória nos leva a refletir sobre as possibilidades conceituais e potenciais para se pensar o tema da inserção pública dos intelectuais, especificamente em nosso país².

² Consultar o artigo BRAGA, Ruy; GARCIA, Sylvia G.; MELLO E SILVA, Leonardo. Sociologia pública: considerações a partir do Brasil. In: BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael (Org.). **Por uma Sociologia Pública**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 253-265. Esse artigo dedica-se à discussão da sociologia pública no Brasil analisando as trajetórias intelectual e política de dois representantes da sociologia crítica e militante: Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira. Suas trajetórias institucionais se mesclam com trajetórias institucionais significativas para o desenvolvimento da sociologia pública no país, como as da USP, da Sudene e do Cebrap.

A narrativa autobiográfica de *Confissões* pode ser considerada um espaço privilegiado de constituição do sujeito e de experiências de subjetividade. Essa narrativa busca dar sentido a sua vida individual, marcada por experiências múltiplas e heterogêneas, construindo a imagem de um intelectual engajado e multifacetado que tinha uma posição nada convencional em relação aos padrões acadêmicos vigentes a partir da segunda metade da década de 1960. Ressaltamos que tanto quanto a vida narrada, narrativa e narrador não escapam do condicionamento social, pois o indivíduo é sempre resultado de uma construção histórica e cultural. Darcy Ribeiro não poupou esforços para legitimar a figura de um intelectual indignado, seja com os rumos tomados pela antropologia brasileira, aos seus olhos cada vez mais “academicista” e descomprometida com seus sujeitos de pesquisa, seja pela situação política do Brasil, seja pela educação no país, seja ainda pela situação precária à qual foram conduzidas as populações indígenas. É difícil questionar a figura do intelectual “engajado e multifacetado”, misto de antropólogo, político, educador e escritor que, de fato, marcou sua trajetória. Mas não podemos esquecer que a estrutura narrativa dos textos autobiográficos expressa um embate entre lembrança e esquecimento, a partir do qual é construída a memória; assim, não é difícil supor que Darcy Ribeiro tenha privilegiado, em sua narrativa, certos acontecimentos biográficos em detrimento de outros, conforme sugere Kofes (2001).

Algumas narrativas sobre a trajetória de Darcy Ribeiro

Para a identificação de Darcy Ribeiro e de suas principais vivências em cada um dos seus campos de atuação³ temos uma vasta literatura; algumas obras serão apresentadas em seguida, não somente para compreender melhor o autor e suas realizações, mas também para buscar elementos que contribuíram marcadamente para a formação de seu pensamento político e para a construção de sua obra intelectual, buscando os elementos que possam contribuir para o modo como o autor pensou e interpretou a realidade social.

O trabalho biográfico de Guilherme Azevedo (2002), publicado como parte da coleção “Rebeldes brasileiros: homens e mulheres que desafiaram o poder” (Volume 2), organizada pela revista Caros Amigos, se dedica especificamente a traçar uma cronologia da vida do autor, bem como a exaltar seus feitos e modos de pensar. A principal contribuição de Guilherme Azevedo é que ele traz de forma bastante sintética e precisa a cronologia da vida de Darcy Ribeiro.

Mércio Gomes (2000), ao contrário de ser uma publicação reduzida e de caráter informativo, como a de Azevedo (2002), se propõe, além de uma cronologia da vida de Darcy Ribeiro, a uma análise pormenorizada de cada uma das fases de suas vivências. Constrói uma trajetória de seu pensamento sobre cada um de seus principais temas: os índios, a antropologia, a educação, a literatura e a política; redigindo, inclusive, uma pequena revisão das obras de Darcy

³ Darcy Ribeiro foi etnólogo, antropólogo, educador, romancista e político.

Ribeiro sobre cada um destes temas. No entanto, não escapa do caráter apologético de exaltação do autor e de seu pensamento. Contribui, contudo, para o recolhimento de elementos, de forma generalizada, sobre a vida e a obra de Darcy Ribeiro.

Destacando diferentes autores que se dedicaram a uma aproximação ao intelectual analisado, temos o livro de Vera Brant (2002). Muito belo, e por vezes emocionante, foi elaborado de forma a construir uma biografia romanceada de Darcy Ribeiro, levando-se em conta a proximidade de que pôde desfrutar a autora ao lado do seu “querido amigo” em questão. Apenas contribui para o conhecimento do autor na medida em que mostra sua vida cotidiana e seu modo de lidar com as pessoas e problemas, alguns deles de grande relevância para o Brasil e a vida política de sua capital, Brasília. Vez ou outra menciona feitos públicos de relevância por parte de Darcy Ribeiro sem os analisar pormenorizadamente, visto que a autora não se propõe a isso. Vera Brant apenas destaca algumas situações importantes da vida de Darcy e as insere em contextos reconstruídos para destacar a sua inegável veia poética, com a qual preenche os fatos descritos de pesada carga emotiva e os dota, invariavelmente, de grande beleza.

Eric Nepomuceno (2001) se dedicou a selecionar e organizar uma coletânea de frases e pensamentos de Darcy Ribeiro em que os elementos selecionados falam por si, de forma que a própria catalogação da obra indica o próprio Darcy Ribeiro como autor. Interessante porque congrega “frases de efeito” e geradoras de grandes

polêmicas, algumas delas reconhecidas como marcas registradas de Darcy Ribeiro. Divide-se também por temas, como reflexões sobre a vida e contextos de vivência do autor, seu pensamento sobre ética acadêmica e política, sobre ideologias, índios, educação, o Brasil, o papel dos intelectuais e sobre a América Latina.

Conta-se também com a autobiografia do autor - *Confissões*⁴, importante por ser sua última obra, publicada postumamente⁵. Nesse livro o autor analisa sua infância, sua formação como intelectual, seus dilemas políticos relacionados ao comunismo, a Getúlio Vargas, ao trabalhismo, ao nacionalismo e ao desenvolvimentismo das décadas de 1950 e 1960, ao golpe militar, ao exílio em países latino-americanos, ao retorno ao Brasil com a anistia política, às experiências no governo do estado do Rio de Janeiro, na década de 1980, e no Senado, na década de 1990. Traz também uma revisão de toda a sua obra intelectual, com ponderações do autor sobre os objetivos de suas obras frente aos tempos e contextos em que foram escritas e, assim, sobre as necessárias revisões, adequações e atualizações de temas e conceitos, de acordo com as necessidades exigidas por novos tempos e contextos, com novos

⁴ Obra de caráter autobiográfico, revela suas intimidades, seus sentimentos, suas frustrações e suas alegrias, mas não de maneira cronológica e sim de maneira descontínua. Coloca o que guardou seletivamente na sua memória, o que o impressionou e que serviu para a construção do seu EU. Traz à tona somente o que julgou conveniente e merecedor de registro (recurso válido e utilizado pelos que escrevem sobre si mesmos). Neste livro nos fala dos amores, dos amigos e das descobertas que fez durante sua vida.

⁵ Darcy Ribeiro nasceu em 26 de outubro de 1922 na cidade de Montes Claros/MG e faleceu em 17 de fevereiro de 1997, em Brasília, aos 74 anos.

problemas e possibilidades de atuação e intervenção na realidade brasileira e latino-americana. Sua leitura cativante exige, contudo, que se tenha conhecimento prévio da trajetória do autor, já que este tende a “endeusar-se”. Sua leitura acrítica pode levar a análise de sua trajetória aos mesmos riscos assumidos pelos autores já mencionados, que sugerem ou induzem a uma visão exaltadora e pouco crítica de Darcy Ribeiro, de sua obra, de seus feitos e pensamentos.

Conta-se ainda com dois livros de entrevistas. Um com o próprio Darcy Ribeiro (Ribeiro, 1997a), em que, interpelado por Antonio Callado, Antonio Houaiss, Eric Nepomuceno, Ferreira Gullar, Oscar Niemeyer, Zelito Viana e Zuenir Ventura, o entrevistado fala de temas ainda não divulgados pela imprensa ou meios acadêmicos: assuntos ligados às suas vidas pessoal, política e intelectual. Sua principal contribuição refere-se ao tratamento da participação de Darcy Ribeiro na militância pelo Partido Comunista, nas décadas de 1940 e 1950 e, principalmente, da transição de sua filiação do comunismo ao trabalhismo nas décadas de 1950 e 1960. O livro traz ainda importantes avaliações sobre a dependência dos países latino-americanos em relação aos países desenvolvidos e, principalmente, da contradição entre Estados Unidos da América e América Latina no contexto das reformas neoliberais das décadas de 1980 e 1990.

Outro livro de entrevistas, organizado por Haydée Coelho (2003), como resultado de um trabalho de pós-doutorado pela Universidade da República Oriental do Uruguay, dedica-se a conseguir

depoimentos de eminentes intelectuais latino-americanos que conviveram com Darcy Ribeiro, de 1964 a 1968, em seus quatro primeiros anos de exílio no Uruguai, mas que chega a transcender a momentos posteriores de seu exílio em outros países latino-americanos. Com esse trabalho temos a possibilidade de acompanhar a maneira como Darcy Ribeiro foi se incorporando a debates e se propondo a discutir problemas que, antes do exílio, se restringiam ao Brasil e, depois do exílio, ganharam abrangência latino-americana em suas dimensões política, econômica e social. O conteúdo desse trabalho mostra quais são os elementos e debates intelectuais em que Darcy Ribeiro se envolveu, em função do exílio, que o conduziram a refletir não somente sobre o Brasil e os países latino-americanos em seu conjunto, mas também sobre a identidade dos mesmos e destes com outros países menos desenvolvidos.

Vale destacar, ainda, que existe um conjunto de dissertações e teses de diferentes áreas do conhecimento que tratam sobre Darcy Ribeiro. Alguns exemplos: da área de filosofia, temos a dissertação de Lourenço Zancarano (1990), da antropologia, Danilo Lazzarotto (2000) e da educação, Paulo Tarso Gomes⁶ (1989). Como Darcy Ribeiro atuou em diferentes áreas, ele acaba se tornando um objeto de estudo atraente em diversos campos.

⁶ Esse trabalho trata das reformas universitárias que Darcy Ribeiro realizou ao longo da década de 1970, com base na experiência da fundação da Universidade de Brasília, em 1961, e pode ser estendido a outras reformas universitárias realizadas por ele posteriormente.

Em se tratando da educação, destacamos duas obras de Helena Bomeny. Na primeira, Bomeny (2001b) trata das propostas de modernização da educação brasileira operadas por três intelectuais da área: Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Na segunda, Bomeny (2001a) trata da construção do pensamento educacional de Darcy Ribeiro. Cabe a Helena Bomeny a idéia de “intelectual militante” ou “intelectual engajado”⁷, referências fundamentais para o entendimento da vida e da obra de Darcy Ribeiro, que não concebe a atividade científica sem uma veia política marcadamente “militante e engajada”. Darcy Ribeiro tenta mostrar através de seus ensaios e obras literárias a sua interpretação da condição da América Latina, e como ela deveria “reinventar” sua identidade através de suas propostas de integração e formação de uma grande nação.

Darcy Ribeiro é considerado um intelectual múltiplo devido aos seus diferentes campos de atuação, seja na área da educação, nos seus ensaios literários, ou tratando de temas gerais, tudo isso contribuiu para a formação de seu pensamento. A projeção pública alcançada por ele e sua participação em momentos importantes da história brasileira já justificariam um trabalho biográfico. Darcy Ribeiro representa um daqueles poucos exemplos de intelectuais que se tornaram conhecidos também fora da sua disciplina. Tal fato se deve não somente à

⁷ Dado o fato de não só vincular estritamente causas ideológicas a reiterados projetos de intervenção, como também o fato de que, em cada atividade que exercia, respaldar-se de maneira marcante por convicções político-ideológicas sempre polêmicas e, por vezes, combativas e combatidas, e que exigiam, portanto, a militância.

repercussão de seus escritos, mas também, e talvez sobretudo, às atividades de diversos matizes exercidas por ele no Brasil e no exterior – neste caso particularmente durante os anos em que se manteve exilado em países da América Latina – que acabaram por projetá-lo internacionalmente. Tudo isto vem contribuindo para associá-lo à imagem de um intelectual multifacetado, recorrentemente retratada em grande parte das narrativas sobre a sua trajetória. O próprio Darcy Ribeiro não foge à regra. Em várias ocasiões, quer em entrevistas, quer em textos autobiográficos, ele não poupou esforços para construir – ou reforçar – esta imagem em torno de seu próprio personagem. Mas não só. Quase sempre, tais narrativas procuram atribuir-lhe uma posição nada convencional em relação aos padrões do trabalho acadêmico então vigentes.

Contudo, a ênfase em tais atributos da personalidade de Darcy Ribeiro pode resvalar, com certa facilidade, para uma tentativa de apreender sua trajetória a partir de uma suposta excepcionalidade, particularmente em relação à academia. As violentas críticas que Darcy Ribeiro passou a dirigir publicamente aos seus pares a partir do final da década de 1970, aliadas à sua retomada da vida política, no princípio da década de 80, acabaram por contribuir significativamente para que a imagem de intelectual avesso a qualquer tipo de academicismo se tornasse indissociável de sua própria personalidade. Mais ainda, Darcy Ribeiro passou a ser comumente associado à figura do intelectual

público, antes comprometido com um tipo de política *tout à court* do que com uma produção acadêmica no sentido estrito.

As pesquisas biográficas devem ter como ponto de partida antes um problema do que um personagem. No caso de Darcy Ribeiro, a reflexão deve ter como ponto de partida não a sua figura como “pai fundador” da antropologia no Brasil, nem tampouco partir de uma suposta exclusão de um campo intelectual ao qual ele, de fato, se contrapôs com extremado vigor, particularmente após o exílio. Trata-se de perguntar como e quando Darcy Ribeiro se tornou, de fato, um personagem à margem do *mainstream* da antropologia brasileira, perguntar em que medida ele escolheu ser um intelectual *outsider*.

Considerações Finais

A trajetória de Darcy Ribeiro, olhada mais de perto, deixa entrever não só a existência de um antropólogo cuja formação e atuação, particularmente entre o final dos anos 1940 e os anos 1960, se enquadravam com quase perfeição aos padrões de trabalho intelectual daquele período, como, principalmente, a de um indivíduo que buscou articular-se continuamente com o intuito de inserir-se em espaços sociais que nem sempre franquearam seu acesso. Tentativas que, em contextos distintos, tiveram maior ou menor sucesso e que, portanto, permitem situá-lo ora como um intelectual comum, ora como precursor, ora como marginal. É nesta multiplicidade de sentidos que pode se apreender a experiência social de Darcy Ribeiro – na análise da

perspectiva de uma trajetória. Escrever uma biografia não é mais contar uma história individual concebida como do berço ao túmulo, mas sim buscar uma visão de conjunto, seguir um percurso e com isto tentar entender, a partir de uma dimensão diacrônica, como se articulam discurso, prática e obra do biografado num determinado período. Trata-se ainda de uma trajetória apreendida a partir de um campo empírico específico que pode ser um acervo pessoal, documentos, correspondências, recortes de jornais, textos, etc. A trajetória emerge da análise desse material empírico, tendo sempre em mente que é necessário desnaturalizar esses arquivos e considerar as condições de sua construção, pois os documentos não são isentos de erros, imprecisões e omissões. Os documentos, embora digam muito, não dizem tudo sobre o biografado e muito menos sobre as circunstâncias nas quais ele viveu.

De acordo com Antonio Candido⁸, Darcy Ribeiro “teve a capacidade de viver muitas vidas numa só”. Em qualquer lugar que se procure saber algo sobre Darcy Ribeiro dificilmente se consegue escapar, à primeira vista, do que já, de tão recorrente, parece ter se tornado inerente à caracterização desse intelectual, e que se trata, exatamente, da multiplicidade de seus campos de atuação – foi etnólogo, antropólogo, educador, político, exilado, ensaísta, romancista, legislador, político e crítico social do Brasil, da América Latina e do

⁸ No prefácio do livro de Darcy Ribeiro *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

mundo. Em cada um destes campos de atuação ganhou grande repercussão. E, para se destacar nesses diferentes espaços, ele viveu vários contextos desde a década de 1940 até a sua morte.

Darcy Ribeiro via sua obra como fruto do esforço em conjugar o conhecimento de diferentes áreas de atuação. É difícil separar o autor da sua obra, já que ele se movia por uma convicção de que os dois interagem. E para participar de diferentes contextos e sob tantas perspectivas político-ideológicas em confronto, assumiu diferentes posturas. Com base nessas contraditoriedades foi questionado e banalizado, como um caso de intelectual a desconsiderar e, assim, foi também depreciado ou colocado em descrédito, principalmente pela comunidade acadêmica brasileira. Com relação a isso o próprio Darcy Ribeiro, que se orgulhava de mudar de convicções de acordo com o que acreditava serem as exigências de cada momento, se via como um *“homem feito muito mais de dúvidas do que de certezas e estou sempre disposto a ouvir argumentos e a mudar de opinião. Tenho mudado muitas vezes na vida. Felizmente.”* (RIBEIRO, 1997, p. 309).

O que de fato importava para Darcy Ribeiro era defender suas causas. Ele próprio chegou a se definir, antes de tudo, como homem de fé e de partido, que fazia tanto política como ciência movido por razões éticas, defendendo causas as mais variadas possíveis com vistas a, antes de tudo, ser participante. Ser participante, influir sobre as pessoas, ajudar o Brasil a encontrar a si mesmo, libertar a América Latina da exploração – Darcy Ribeiro dizia que tinha o grande objetivo de intervir

na realidade e, de acordo com o que acreditava, torná-la melhor, interferindo, via social ou política, positiva ou negativamente, mas sempre inferindo a sua marca. Um diálogo entre racionalidade e passionalidade acompanha seu discurso: causas racionais transformadas em causas passionais, grandes paixões perseguidas de maneira racionalizada para se tornarem realidade. Segundo Bomeny (2001a, p. 52):

Qualquer que seja o informe, o motivo de reflexão, o relato, percebemo-nos envolvidos em sua paixão exponentialista nas suas muitas formas de tradução: indignação, erotismo, paixão, raiva e melancolia (...) Lendo o mundo com as lentes da paixão, a Darcy nada era compreensível fora do registro da emoção. (...) Da Escola Livre de Sociologia, Darcy Ribeiro guardou mais que lembranças. Armazenou não apenas o acervo que foi cultivando ao longo da vida, mas também a marca de um confronto que nunca pôde resolver entre a atividade acadêmica e a militância. Caminhos suspeitos para ambas as adesões que supunha natural: os comunistas lhe cobrando ação, a academia lhe cobrando rigor e isenção. (...) A mudança de rumo com relação à causa indígena também recebeu em Darcy uma justificativa política. Deixa os estudos acadêmicos, mais do interesse dos antropólogos do que seus objetos de estudo, e passa a ser um ‘combatente da causa indígena’. Sai da postura do etnólogo que busca o índio como quem vai ao primitivo, e presentifica sua ação, politizando-a como questão nacional (...) Conhecer modelos não implica a

adoção desses modelos como projetos nacionais. E se acompanharmos a trajetória de Darcy percebemos muito rapidamente que o diletantismo não era propriamente o fundamento da sua curiosidade intelectual. Conhecer é intervir. O sentido político da atividade intelectual nunca lhe escapou. Ora, se tinha como projeto de vida intervir nos processos sociais e alterar seu curso, se sua estrada no mundo era política, isso se traduziu em uma adesão incondicional à matriz transformadora.

Ao longo de sua carreira de projetos realizados e não realizados, Darcy Ribeiro acreditava ter deixado como exemplo e solução para os problemas do Brasil, da América Latina e do mundo, a capacidade de se indignar: “*Nós da América Latina, só podemos ser indignados ou resignados. Eu não vou me resignar nunca.*” (RIBEIRO, 1997, p. 269). E a partir da indignação, reivindicar, e se possível muito mais do que isso, realizar pequenas e grandes revoluções: “*O mundo é um projeto que os homens poderiam fazer. A essência da natureza humana é que ela é utópica.*” (RIBEIRO, 1997, p. 327).

Darcy Ribeiro é um personagem intelectual bastante divulgado, porém pouco estudado no Brasil, sendo conhecido mais pela sua obra *O povo brasileiro*, de 1995, ou por sua participação política no contexto brasileiro em nome de causas educacionais. Dentro da comunidade acadêmica brasileira, dificilmente se vincula Darcy Ribeiro como um importante teórico. Iniciamos esse exercício com a leitura da

história de Darcy, narrada por Darcy⁹, depois partimos para algumas narrativas biográficas para melhor entender esse repensar de si mesmo que Darcy Ribeiro realiza. Assim, voltamos ao início, onde toda narrativa, autobiográfica ou não, é uma construção social, comportando, portanto, contestações e novas (re)interpretações. Esse pequeno exercício não foge à regra. Sem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim de apresentá-lo, dotado de uma dose de objetividade procurando questionar, e não confirmar as suposições levantadas. Procuramos apontar que a biografia pode ser um objeto de estudo da Sociologia que deve mapear a tensão de cada campo em que o autor estudado estava ou está inserido. Discurso, conhecimento e realidade encontram-se inevitavelmente imbricados. Dessa perspectiva, a riqueza da trajetória de Darcy Ribeiro torna-se evidente, quer pelos fatos narrados em *Confissões*, quer pelas lacunas e pelos não-ditos que permitem uma (re)interpretação de momentos importantes da história brasileira que o influenciaram e foram por ele influenciados.

Referências

AZEVEDO, Guilherme. Darcy Ribeiro. In: **Rebeldes brasileiros: homens e mulheres que desafiaram o poder**. v. 2. São Paulo: Casa Amarela, 2002. p. 674-691.

BOMENY, Helena. **Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001a.

⁹ RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BOMENY, Helena. **Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001a.

BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. RJ: Jorge Zahar Editores, 2001b

BRANT, Vera. **Darcy**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BURAWOY, Michel; BRAGA, Ruy (Org.). **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2009.

COELHO, Haydée Ribeiro (Org.). **Las memorias de la memoria: el exilio de Darcy Ribeiro en Uruguay: entrevistas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003.

GOMES, Mércio Pereira. **Darcy Ribeiro**. São Paulo: Ícone, 2000.

GOMES, Paulo de Tarso. **A Universidade em sociedades subdesenvolvidas: estudo das propostas de Darcy Ribeiro**. Campinas: Dissertação - Mestrado em Educação. PUC-Campinas, 1989.

KOFES, Maria Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

LAZZAROTTO, Danilo. **A teoria de Darcy Ribeiro: evolução cultural da pedra lascada à cibernética**. Ijuí: Editora UNIJUI, 2000.

NEPOMUCENO, Eric (Org.). **Somos todos culpados: pequeno livro de frases e pensamentos de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **Mestiço é que é bom**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: evolução e sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ZANCARANO, Lourenço. **A filosofia da cultura na ciência da cultura de Darcy Ribeiro**. Campinas: Dissertação de Mestrado em Filosofia. PUC-Campinas, 1990.

Recebido em 20/07/2015, aceito para publicação em 04/04/2016

As percepções de Clodomir Vianna Moog e Bayard de Toledo Mércio acerca da nacionalização de imigrantes e descendentes nas obras *Um rio imita o Reno* e *Longe do Reno*

Rodrigo Luís dos Santos¹

The perceptions of Clodomir Vianna Moog and Bayard de Toledo Mércio about the nationalization of immigrants and descendants in the works *Um rio imita o Reno* and *Longe do Reno*

Resumo: Objetivamos neste trabalho analisar os diferentes discursos e posicionamentos acerca da Campanha de Nacionalização empreendida no Brasil durante o período do Estado Novo, tendo como objetos dois romances escritos neste período: *Um rio imita o Reno*, de Vianna Moog, publicado em 1939, e *Longe do Reno*, lançado em 1940, tendo como autor Bayard de Toledo Mércio. Cada autor elabora uma narrativa representativa de suas compreensões pessoais e posicionamentos políticos e ideológicos frente ao processo nacionalizador em vigência naquele momento, em consonância com a divisão em esfera mundial deflagrada por conta da eclosão da Segunda Grande Guerra, a partir de 1939. Deste modo, cabe ressaltar a importância da apreensão de elementos presentes na Literatura por parte dos historiadores, tendo em vista a forte carga representativa e discursiva que é empregada nessas obras, sendo possível antever uma compreensão significativa do quadro social, político e cultural deste período histórico.

Palavras-chave: Vianna Moog. Bayard de Toledo Mércio. Nacionalização. Imigração.

Abstract: The objective of this work is to analyze the different discourses and positions about the Campanha de Nacionalização (Nationalization Campaign) undertaken in Brazil during the Estado Novo period, having as objects two novels written in this period: *Um rio imita o Reno* (A river imitates the Rhine) by Vianna Moog, published in 1939; *Longe do Reno* (Away from the Rhine), launched in 1940, having as author Bayard de Toledo Mércio. Each author

¹ Instituto Superior de Educação Ivoti – ISEI; Mestre em História – UNISINOS.

elaborates a narrative representative of their personal understandings and political and ideological positions in front of the nationalizing process in force at that moment, in line with the division in world sphere triggered by the outbreak of the Second World War, from 1939 onwards. Thus, it is important to point out the importance of historians' grasp of elements present in literature, given the strong representative and discursive character of these works. It is possible to foresee a significant understanding of the social, political and cultural context of this historical period. **Keywords:** Vianna Moog. Bayard de Toledo Mércio. Nationalization. Immigration.

O final da década de 1930 e o princípio dos anos 1940 foram marcados pela publicação de uma série de obras abordando a questão da presença de imigrantes e descendentes em terras brasileiras, sobretudo no Sul do país. Algumas tinham um caráter mais político-pedagógico ou se atribuíam o caráter denunciativo, como os livros *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*, de José Pereira Coelho de Souza², de 1941, *A ofensiva japonesa no Brasil*, de Carlos de Souza Moraes³ e *A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, do tenente-coronel Aurélio da Silva Py⁴, ambos lançados em 1942. Outros adotaram o gênero ficcional, sobretudo na forma de romances. Através de suas narrativas, estas obras buscavam apresentar ao leitor diferentes representações sobre a questão imigrante no Brasil e sobre o processo

² Jornalista e professor, foi secretário de Educação do Rio Grande do Sul entre os anos de 1937 e 1945, abarcando assim todo o período do Estado Novo.

³ Advogado, ocupou os cargos de secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo entre 1937 e 1944, diretor de Instrução Pública do município entre 1938 e 1943 e, por fim, prefeito municipal, entre 1944 e 1945.

⁴ Médico e militar, foi chefe de Polícia do Rio Grande do Sul entre os anos de 1937 e 1943.

de Nacionalização, então em curso. Neste trabalho, nos ateremos a analisar aspectos presentes em dois romances, lançados com a diferença de um ano entre eles. O primeiro é *Um rio imita o Reno*, escrito por Clodomir Vianna Moog, escritor nascido em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, que ocupou vaga na Academia Brasileira de Letras, além de exercer por muitos anos funções diplomáticas e representativas. O segundo livro é *Longe do Reno: uma resposta a Vianna Moog*, de Bayard de Toledo Mércio, advogado e juiz de Direito nascido na cidade sul-rio-grandense de Venâncio Aires. Cada romance apresenta uma percepção sobre a imigração, de forma especial a de origem alemã, e a dinâmica das medidas nacionalizadoras sobre estas comunidades.

Um elemento importante que podemos asseverar é que os dois pontos de vista defendidos pelos autores, contrastantes ente si, encontram ancoradouro nos discursos das autoridades estadonovistas sul-rio-grandenses do período. É o caso do então secretário de Educação, José Pereira Coelho de Souza.

Coelho de Souza usava frequentemente as páginas dos jornais, sobretudo o *Diário de Notícias* e o *Correio do Povo*, para manifestar suas ações de nacionalização, suas denúncias e suas teorizações sobre os núcleos imigrantes no Rio Grande do Sul. Em uma destas entrevistas, publicada na edição do *Correio do Povo* de 29 de março de 1942⁵, o secretário de Educação elabora uma divisão conceitual sobre as

⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/03/1942, ano XLVIII, n. 75, p. 5

comunidades de origem alemã, enquadrando-as em três tipologias: as *nacionalizadas*, as *tradicionais* e as *nazistas*.⁶

No primeiro grupo, das comunidades *nacionalizadas*, Coelho de Souza entendia que estas já estavam integradas de forma intrínseca ao cenário social e cultural brasileiro, exercendo sua cidadania plenamente e demonstrando seu amor pátrio de forma coesa e interligada com o pensamento do Estado Novo. O segundo grupo, das comunidades *tradicionais*, ainda sofria do problema do isolamento, não geográfico, mas étnico e cultural, pois ainda estavam fortemente ligadas com o seu passado estrangeiro. Para este grupo, o emprego da Campanha da Nacionalização do Ensino e as proibições de uso do idioma alemão seriam suficientes para resolver o problema, logo promovendo uma integração plena ao Brasil. Já o grupo das comunidades *nazistas* era o mais perigoso, necessitando da máxima ação do regime estadonovista, com enfática repressão e medidas coercitivas, pois representavam um problema gravíssimo ao Brasil.

Todavia, essa conceituação atribuída por Coelho de Souza às comunidades de origem alemã é problemática, pois não havia uma

⁶ Sobre a questão da presença nazista no Rio Grande do Sul, queira ver: LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento* (Rio Grande do Sul, Brasil). Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2011. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2011; GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1991; _____. *O Fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

homogeneidade. Dentro destas comunidades poderiam coexistir estes três grupos. Isso explica o fato de, embora algumas comunidades tenham sido classificadas como nacionalizadas, tenham sofrido interferências coercitivas por parte das autoridades, seja no âmbito educacional, seja na ação policial. Em termos gerais, mesmo com a divisão tipológica, todas recebiam o sinal de atenção por parte do governo.

Sobre as obras de Vianna Moog e Toledo Mércio, ambas se enquadram no discurso oficial, cada uma verticalizando seu foco sobre um tipo de grupo. No caso de *Um rio imita o Reno*, a comunidade local é vinculada com o terceiro grupo, dos *nazistas*. E em *Longe do Reno*, se visualiza o primeiro tipo, das comunidades *nacionalizadas*.

Apreciações sobre Um rio imita o Reno e Longe do Reno

Dentro das fontes e possibilidades analíticas que vêm sendo desenvolvidas nos últimos anos na disciplina histórica, sobretudo a partir dos *novos horizontes* descortinados pela Nova História Cultural, a literatura tem um destaque bastante grande. Na assertiva de Antonio Celso Ferreira (2004), que vai ao encontro dessas novas possibilidades investigativas e interpretativas, são construídos discursos de representação social em uma gama variável e expressiva de fontes, não mais apenas aquelas percebidas como oficiais, fugindo assim de uma visão positivista de construção histórica, mas adentrando em um universo mais amplo, que inclui o campo literário, dos museus, do

cinema, das artes plásticas e de outros suportes documentais e discursivos.

Primeiramente, é preciso estabelecer alguns marcos conceituais importantes para que o historiador possa, dentro de sua perspectiva e arcabouço teórico-metodológico, efetivar uma análise mais adequada de uma obra literária e compreender o universo social, político e cultural que estas expressam e representam. Conforme ressalta Valdeci Borges,

se a literatura, como outros monumentos e arquivos humanos, guarda as questões de um tempo e as marcas de um povo e de um lugar, lidar com tais fontes requer a construção de instrumentos afinados capazes de lançar luz àquilo que traz em seu bojo (BORGES, 2010, p. 107).

Deste modo, é preciso estar ciente que uma obra literária é fruto de aspectos subjetivos e também de intencionalidades. É resultado de interesses e visões de mundo que o autor traz em sua bagagem pessoal. E aquilo que é materializado nas frases e linhas de uma obra literária é expressão direta ou indireta dessa realidade. A partir desta perspectiva, nos apropriamos de um conceito proposto por Michael Pollack (1989, p. 11), que é o *trabalho especializado de enquadramento*. Expressão elaborada por este historiador austríaco para análises críticas no âmbito dos usos da memória, cabe também ao adentrarmos no campo das apreciações literárias, tendo em vista que, na concepção e feitura de uma obra, também são enquadrados, ressaltados, desprezados e silenciados determinados aspectos e elementos do tecido

social. Assim, embora com maior liberdade, o autor literário também transcreve em sua obra elementos que lhe são caros, dando uma ênfase ou não para aquilo que lhe convém.

A literatura, por seu turno, não se enquadra em padrões e regras ortodoxas, não tendo assim compromissos diretos em apresentar e representar as verossimilhanças do contexto social no qual está inserida. Conforme Jacques Leenhardt,

A literatura apresenta, neste aspecto, a vantagem de ser explícita, legítima, e, ao mesmo tempo, de pouca consequência, pois é claro para cada um que não se poderia conceder fé às ficções! A literatura é, assim, a boa filha do historiador, sempre a servir, se for preciso, ou silenciosa, se necessário. Ela é, então, um objeto particularmente útil no momento de pensar ou de não pensar os movimentos que agitam, ainda que implicitamente, as calmas águas da História (LEENHARDT, 2004, p. 151).

Vislumbrar essas diferentes nuances é necessário para que o historiador compreenda criticamente não apenas o que está delimitado ao texto literário sobre o qual se debruça, mas para que atente aos elementos subjetivos e objetivos que estão além dele, expressos muitas vezes nas entrelinhas, nos realces e nas omissões. Fundamentados por essas compreensões teóricas e pelas possibilidades que as mesmas apresentam, é com esse olhar crítico que procuramos vislumbrar os detalhes constitutivos e os discursos presentes nos romances *Um rio imita o Reno* e *Longe do Reno*.

Para este artigo, iremos analisar estes romances abordando quatro aspectos: a) as trajetórias de Vianna Moog e Toledo Mércio; b) o cenário onde as histórias se passam; c) os principais personagens e d) a propaganda nazista.

Em *Um rio imita o Reno*, a cidade onde se desenvolve a narrativa da obra se denomina Blumental, um nome de origem alemã. A inspiração para a cidade fictícia veio dos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Ao descrever a estrutura urbana da cidade, Vianna Moog a aponta como uma cidade desenvolvida, com um ramo industrial proeminente, mas que mantém uma série de características germânicas. Em determinado momento da obra, um dos personagens principais, Geraldo Torres, ao vislumbrar do hotel onde está hospedado a área central da cidade, chega a pensar que não está em uma localidade brasileira, mas sim em uma pequena cidade alemã:

Blumental dava-lhe a impressão de uma cidade do Reno extraviada em terra americana. Desde o gótico da igreja, até a dura austeridade das fachadas, tudo nela, à exceção do jardim, era grave, rígido, tedesco. Os sinos plangeram dentro da noite que se adentrava. Onomatopéia da melancolia. Como se estivesse ouvindo novamente o prelúdio do piano, um tumulto, uma angustia interior agarrava-lhe as entranhas. Geraldo teve vontade de chorar. Sentia saudades do Brasil (MOOG, 1966, p. 25-26).

Além disso, no cotidiano da cidade, aspectos culturais e linguísticos relacionados com a Alemanha eram fortemente valorizados pela população de Blumental. Em determinado momento da obra, em um diálogo com Geraldo Torres, o promotor da cidade comenta: “Ah, filho, aqui é assim. Quem não souber falar alemão, come no duro. Se eu não fosse promotor, como advogado passava fome. Não peguei até agora nenhuma causa por fora” (MOOG, 1939, p. 20). Assim, mesmo sendo uma cidade onde se falava o português, dominar a língua alemã era um sinal de abertura ou fechamento de espaços dentro dos círculos sociais locais. Ao caracterizar Blumental, Vianna Moog reforça o estereótipo germanizado da localidade, tanto no seu aspecto arquitetônico como cultural. A escolha das cidades para embasar sua Blumental não é meramente aleatória por parte de Vianna Moog. O escritor possuía vinculações estreitas com São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Clodomir Vianna Moog nasceu na cidade de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, em 28 de outubro de 1906. Era filho de Maria da Glória Vianna Moog, professora, e de Marcos Moog, funcionário público federal. Sobre a formação educacional e intelectual de Clodomir Vianna Moog, sua alfabetização iniciou em uma escola que sua mãe dirigia, a Escola Primária de São Leopoldo. Posteriormente, ingressou no Colégio Elementar Visconde de São Leopoldo. Quando do falecimento de sua mãe, permaneceu dois anos como aluno interno do Instituto São José, mantido pelos Irmãos Lassalistas, em Canoas, então

distrito de Gravataí. Estudou ainda no Colégio São Jacó, em Hamburgo Velho, localidade então pertencente ao 2º Distrito de São Leopoldo, Novo Hamburgo, onde morava seu pai. Por fim, ingressa no Ginásio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, no ano de 1918. Em 1925, após não conseguir se matricular na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, ingressa na Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde se formou bacharel em janeiro de 1930.

Profissionalmente, Vianna Moog começou no comércio em Porto Alegre. Em 1925 é nomeado guarda-fiscal de Repressão ao Contrabando na Fronteira, além de ser nomeado para a Delegacia Fiscal de Porto Alegre. Nos anos seguintes, após passar em concurso para agente fiscal de imposto do consumo, trabalhou nas cidades de Santa Cruz do Sul e Rio Grande.

Politicamente, Vianna Moog fez parte do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que estava à frente do governo estadual desde a proclamação da República, tendo como seus principais expoentes Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Vianna Moog aderiu à Aliança Liberal, que lançou Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul, como candidato à presidência da República em 1929. No ano seguinte, participou do movimento de outubro de 1930, que derrubou o então presidente Washington Luiz, levando Getúlio Vargas ao poder federal. Ainda em 1930, retorna a Porto Alegre, como agente fiscal desta cidade. Neste período começa a atuar como jornalista, escrevendo para o Jornal da Noite. No ano de 1932, apóia a chamada Revolução

Constitucionalista, promovida pelo estado de São Paulo contra o governo Vargas, exigindo, entre outros aspectos, a promulgação de uma nova constituição para o Brasil. Por apoiar o movimento paulista, Vianna Moog é preso e transferido para Manaus, no Amazonas. Logo após, é transferido para Teresina, no Piauí, retornando ao Amazonas, mas desta vez para o interior do estado. Em 1934, com a promulgação da nova Constituição e com a anistia concedida aos rebeldes de 1932, Vianna Moog retorna ao Rio Grande do Sul.

Ao retornar a Porto Alegre, passou a trabalhar no jornal *Folha da Tarde*, publicado pela Companhia Jornalística Caldas Júnior. Chegou a ser um dos diretores deste jornal. Ocupou diversos cargos entre as décadas de 1940 e 1960, representando o Brasil em organizações internacionais, entre elas a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 1945, foi eleito para ocupar a Cadeira 04 da Academia Brasileira de Letras, que fora ocupada por Alcides Maya⁷, falecido no ano anterior. Tomou posse em 17 de novembro de 1945, sendo recebido pelo acadêmico Alceu Amoroso Lima. Clodomir Vianna Moog faleceu no Rio de Janeiro, cidade onde residia, em 15 de janeiro de 1988, vítima de uma parada cardíaca.

⁷ Alcides Castilho Maya nasceu em São Gabriel, Rio Grande do Sul, em 1878 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1944. Foi jornalista, escritor e político. Politicamente, era filiado ao Partido Republicano Rio-grandense, pelo qual se elegeu deputado federal entre 1918 e 1921. Foi diretor do Museu Júlio de Castilhos e colaborador do jornal *Correio do Povo*. Na literatura, escreveu, entre outras obras, o romance *Ruínas vivas* e o livro de contos *Alma bárbara*.

Já em *Longe do Reno*, Toledo Mércio não se preocupa em descrever as características urbanísticas da cidade onde se passa sua obra, mas busca reforçar os aspectos de integração cultural e social ao Brasil. Para isso, adota já uma estratégia oposta a Vianna Moog ao escolher o nome da cidade: Cruzeiro. Por conta de, em 1940, Bayard de Toledo Mércio estar exercendo atividades políticas em Taquara, provavelmente ele se baseou nesta cidade para a construção ficcional de Cruzeiro. Assim como Vianna Moog, a vida e as experiências do autor são transportadas nitidamente para o campo literário, onde realidade vivida e ficção imaginada se cruzam diametralmente.

Bayard de Toledo Mércio era natural da cidade de Venâncio Aires, na região do Vale do Rio Taquari. Nasceu no dia 21 de fevereiro de 1916. Posteriormente, em 1935, mudou-se para Porto Alegre, capital do estado, onde ingressou no Curso de Direito da Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde bacharelou-se em 1938.

Neste mesmo ano passa a trabalhar na prefeitura municipal de Porto Alegre, durante o governo de José Loureiro da Silva. Ocupa funções nesta administração por um curto período de tempo, sendo logo designado para atuar junto ao governo estadual do Rio Grande do Sul. Ainda em 1938, é designado pelo então interventor federal, coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, para o cargo de secretário da prefeitura municipal de Taquara, para onde fora nomeado recentemente um novo prefeito, na pessoa do engenheiro Egydio Soares da Costa.

Posteriormente, entre fevereiro e novembro de 1946, Egydio da Costa foi nomeado prefeito de Porto Alegre.

Taquara, assim como São Leopoldo, era um município com um número grande de distritos, onde também havia uma marca preponderante da imigração alemã. No caso de São Leopoldo, a iniciativa de formação de uma colônia alemã partiu dos interesses do Império brasileiro, em 1824, capitaneada pelo então presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul José Feliciano Fernandes Pinheiro, o visconde de São Leopoldo. Taquara, por seu turno, foi resultado de um processo de colonização particular de terras, tendo como principal colonizador Tristão José Monteiro, a partir de 1846, quando iniciou a venda de lotes a imigrantes alemães e descendentes.

Nomeados para a administração municipal de Taquara pelo governo estadual a fim de efetivarem as ações de nacionalização, Egydio da Costa e Toledo Mércio estiveram à testa do Executivo taquarense até 1942, quando solicitaram exoneração de seus respectivos cargos, o que foi aceito pelo interventor federal Cordeiro de Farias.

No ramo jornalístico, Toledo Mércio fundou, em Taquara, o jornal *Folha de Notícias*, que circulou até 1942, quando deixou a prefeitura. Também foi diretor do jornal *A Semana*, periódico do município de Estrela, no Vale do Rio Taquari, também com forte presença de imigração alemã. Neste município, entre 1941 e 1943, a administração municipal foi chefiada por Cláudio de Toledo Mércio, irmão de Bayard. Após deixar a administração taquarense, Bayard de

Toledo Mércio muda-se com sua família para Estrela, onde reside até 1943. Durante o período em que residiu no município, ocupou o cargo de secretário da prefeitura municipal.

Em 1945, após concurso prestado, é nomeado juiz de Direito da Comarca de Novo Hamburgo, para onde se transfere com a família, exercendo este cargo até 1951. Novo Hamburgo, emancipado de São Leopoldo desde 1927, tem sua comarca instalada em 1945, tendo Bayard de Toledo Mércio como seu primeiro juiz. Entre os anos de 1957 e 1963, ocupou o cargo de juiz de Direito nas cidades de Bom Jesus, Três Passos, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Santo Ângelo, todas no Rio Grande do Sul. Também foi juiz eleitoral em Montenegro, outra cidade com forte presença da colonização alemã e, entre 1964 e 1970, exerceu funções jurídicas em Porto Alegre. Ao se aposentar, em 1970, transferiu-se para São Leopoldo. Mais tarde, entre 1995 e 2001, passou a residir novamente em Novo Hamburgo.

Além das funções políticas e profissionais, Bayard de Toledo Mércio circulou entre diferentes ambientes sociais. Foi membro da Maçonaria, integrando a Loja Maçônica Rui Barbosa, em Novo Hamburgo, no início da década de 1950, onde exerceu a função de orador. Foi um dos fundadores do Aeroclube de Novo Hamburgo, em 1947, além de ter atuado no ramo imobiliário, com um loteamento no atual bairro Liberdade, local onde parte de suas cinzas foram depositadas. Bayard de Toledo Mércio faleceu em Novo Hamburgo, no dia 24 de setembro de 2001.

Dentre os argumentos que Toledo Mércio utiliza para reforçar a ideia de integração plena da comunidade cruzeirense ao meio social brasileiro, o autor faz uso de elementos culturais como o carnaval e o fato desta população estar desprovida de qualquer tipo de preconceito para com aqueles que venham *de fora*, ou seja, que não façam parte do vínculo local, como é o caso do personagem principal da obra, o médico sergipano Mário Vasconcellos.

Sobre os personagens principais, as duas obras utilizam-se de um enredo semelhante. Em *Um rio imita o Reno*, os protagonistas são o engenheiro amazonense Geraldo Torres e Lore Wolff, filha de uma das famílias tradicionais mais ricas de Blumental. Além destes, outros personagens ganham destaque, como Martha e Karl Wolff, respectivamente mãe e irmão de Lore; Armando Seixas, fiscal de consumo e principal amigo de Geraldo Torres; Dr. Stahl, médico conhecido por suas ideias anarquistas e contrárias ao nazismo. Merecem também menção os personagens do secretário da prefeitura, do promotor público e do major, prefeito local. Estes personagens não têm seus nomes mencionados. Sobre o major, prefeito de Blumental, a narrativa fornece indícios de que o mesmo seja inspirado no prefeito de São Leopoldo Theodomiro Porto da Fonseca.

No final da década de 1930, Clodomir Vianna Moog encaminhou queixas contra Theodomiro Porto da Fonseca junto a Borges de Medeiros, então chefe unipessoal do Partido Republicano Rio-grandense. No final da década de 1930, o mesmo já se encontrava

há 10 anos no governo leopoldense. Sua permanência no poder em 1937 se deu por conta de uma mudança de postura política. Até o final de 1936, Theodomiro Porto da Fonseca, já então membro do Partido Republicano Liberal (PRL), anuncia seu apoio inequívoco ao governador sul-rio-grandense José Antônio Flores da Cunha. Em março de 1937, em publicação no jornal *Correio de São Leopoldo*, Theodomiro anuncia seu rompimento com Flores da Cunha e parte para a dissidência do PRL, passando a prestar seu apoio irrestrito ao presidente Getúlio Vargas. E essa mesma situação, mesmo sem os nomes mencionados, é ressaltada em *Um rio imita o Reno*, ao focar as posturas políticas *interesseiras* do prefeito de Blumental.

Já no romance de Bayard de Toledo Mércio, o prefeito de Cruzeiro não possui patente militar. É chamado de Dr. Cardoso. Conforme a narrativa, o Dr. Cardoso foi responsável por apaziguar os ânimos na cidade e promover de forma ordeira, pacífica e estruturada a nacionalização em Cruzeiro. Por conta de sua ação, Cruzeiro era uma cidade genuinamente brasileira, onde havia a integração entre os nacionais e os imigrantes e descendentes de alemães. Assim como o prefeito de Blumental foi inspirado no prefeito leopoldense, o prefeito de Cruzeiro personifica elogios ao chefe do Executivo de Taquara, Egydio Soares da Costa.

O personagem principal de *Longe do Reno* é Mário Vasconcelos, médico nascido no Sergipe, que vem para Cruzeiro atuar. Logo se apaixona por Flávia, neta do Dr. Cardoso pelo lado materno. A

mãe de Flávia se casa com um descendente de alemães. Com isso, mais uma vez o discurso de integração é reforçado, assim como a construção representativa de que o preconceito era algo inexistente naquela comunidade. Outro personagem de destaque é o Dr. Schutz, que assim como o Dr. Stahl de Vianna Moog, é contrário ao ideário nazista. Mas, ao contrário do personagem de *Um rio imita o Reno*, é favorável e defensor das ideias de nacionalização para com as comunidades de origem imigrante. Um aspecto importante que merece ser destacado é que no romance de Toledo Mércio, no tocante à representatividade de preconceitos, estes se encontram principalmente na figura de Mário Vasconcelos e no sentimento que nutre para com Cruzeiro e sua população. Com o passar do tempo, ao perceber a inserção e a assimilação entre nacionais e alemães e descendentes, sua postura muda e, ao casar-se com Flávia, decide residir permanentemente em Cruzeiro, para aí constituir sua vida, por ver naquela cidade um local aprazível e propício para isso. Em *Um rio imita o Reno*, os atos de preconceitos exacerbados estão concentrados nas falas dos personagens de origem alemã, sobretudo em Martha e Karl Wolff, e até mesmo em personagens mais liberais, como o Dr. Stahl: “Não gosto de negros. Mesmo se quisesse, por um ato de vontade, não podia. Fui educado já com preconceitos raciais. [...] Agora seria difícil desintoxicar-se por completo” (MOOG, 1939, p. 136). Estes discursos servem para ressaltar a suposta superioridade que, intencional ou subjetivamente, alemães e descendentes nutrem para com outros grupos étnicos.

O terceiro aspecto que abordaremos abrange a questão da propaganda e inserção do nazismo, presente em ambos os livros. Em *Longe do Reno*, Bayard de Toledo Mércio praticamente recusa a ideia de que tenham ocorrido infiltrações nazistas no Rio Grande do Sul ou, pelo menos, sugere que isso tenha ocorrido de forma quase que insignificante. Em sua *Cruzeiro*, a presença do nazismo e de defensores dessas ideias era inexistente.

Contudo, em *Um rio imita o Reno*, Vianna Moog notadamente demarca a infiltração nazista e a presença de adeptos deste regime através das ideias e diálogos de alguns personagens. Ideias estas que possuem relação direta com o preconceito e com o racismo presente em boa parte da população de Blumental. Neste sentido, a personagem que sintetiza esse elemento é Martha Wolff:

Nas veias de Frau Marta não corria sangue nobre, mas ela tinha orgulho de sua raça. Orgulho de descender de alemães, de haver casado com um filho de alemão. Ela mesma se considerava alemã. A raça nada tinha a ver com o lugar de nascimento. Não, não havia de tolerar a ameaça de um intruso na família, um negro. Para Frau Marta quem não tivesse sangue ariano puro estava irremediavelmente condenado: era negro. [...] Protestante casar com católico, ainda tolerava. Mas uma alemã com um negro?... era demais. Uma afronta ao espírito da raça. (MOOG, 1939, p. 116).

Em outra passagem, no diálogo de Martha Wolff com o médico Stahl, novamente fica acentuada a carga de preconceito da personagem: “Mas, na Alemanha não há negros – contraponteu Frau Martha. – O doutor vai querer nos convencer que um negro é igual a um branco?” (MOOG, 1939, p. 134).

Quanto à simpatia pelas ideias nazistas, o romance também aponta Martha Wolff como uma fiel seguidora: “mas o pensamento teimou. Se ela não estivesse convicta de que Hitler nunca errava, seria capaz de dizer que ele agira mal, fazendo essa aliança [...]” (MOOG, 1939, p. 118). E acrescenta, ao ressaltar a valorização extremada que a personagem atribui à Alemanha nazista, reforçando também seu preconceito étnico: “Frau Martha chegara ao auge de sua indignação. Só sabia que Freud era um judeu desprezível e que aquelas coisas que Otto dizia nada tinham a ver com a grandeza da Alemanha, da Alemanha invencível” (MOOG, 1939, p. 229).

Em outro momento do romance, por conta da chegada de Otto Wolff, primo de Paul Wolff, esposo de Martha e pai de Karl e Lore, os pensamentos do patriarca são utilizados para reforçar a ideia de ligação entre os alemães e descendentes de Blumental com a Alemanha nazista:

Herr Wolff sacudiu a cabeça, lentamente. Mas um leve sorriso de malícia crispou os lábios finos de Karl. Passava-lhe pela mente uma ideia que ele preferiu não formular em palavras. E se primo Otto trouxesse uma missão do governo alemão? Sim, era bem possível. Havia colônias alemãs em todo o sul

do Brasil. Era preciso organizá-las, levar para a Grande Pátria documentos que dessem ao Führer uma ideia de possibilidades da colônia. Primo Otto... Missão secreta... Havia de lhe contar coisas, dar-lhe informações preciosas (MOOG, 1939, p. 218).

Mais adiante, num momento de diálogo da família Wolff com o visitante Otto, é a vez de Karl Wolff fazer exaltação ao líder nazista: “Hitler é o maior de todos os alemães” (MOOG, 1939, p. 228). Além dos discursos e diálogos, Vianna Moog busca respaldar e defender a presença nazista através dos rituais e do cotidiano social de Blumental, como pode ser conferido na passagem que segue:

Na outra esquina o pelotão entra a cantar uma canção guerreira. Pela mente de Geraldo perpassam multidões de soldados com capacete de aço, marchando naquele mesmo passo. Já o pelotão fez alto em frente ao Seminário Evangélico. Geraldo devora a cena com os olhos. O chefe destaca-se novamente do grupo, e tendo agora a seu lado o porta-estandarte, empunha a bandeira com a cruz suástica, infla o peito e berra: “- Heil Hitler!”. Vibrante, estentórico, acode o pelotão da mocidade, com o braço estendido: “ – Heil! Heil! Heil!” (MOOG, 1939, p. 38).

Enquanto durante todo o seu livro Vianna Moog tenta enfatizar energicamente a não inserção social e cultural de imigrantes alemães e seus descendentes e a infiltração nazista no Rio Grande do Sul, Bayard de Toledo Mércio, em seu romance, é mais direto, não

utilizando recursos literários mais expressivos. Seu interesse é reforçar a opinião e inculcar a ideia de adequação e assimilação dessas comunidades de origem imigrantista ao cenário sociocultural brasileiro.

Conclusões

Como foi possível verificar, cada autor possuía um ponto de vista próprio sobre a questão da presença de imigrantes e descendentes no Rio Grande do Sul, assim como acerca do processo de nacionalização. E conforme destacado na parte inicial deste artigo, não é possível determinar com exatidão os motivos que fomentaram as escritas destas duas obras. No caso de *Longe do Reno*, como diz o próprio subtítulo, Bayard de Toledo Mércio quis dar uma resposta contrária ao que Vianna Moog escrevera. Mas, qual a real intenção disso?

Mesmo sem essas respostas definitivas, alguns aspectos podem ser aventados. Um deles era o interesse de cada um em fomentar uma boa imagem e relações pessoais profícuas para com as autoridades do Estado Novo. No caso de Vianna Moog, a narrativa de seu romance vai ao encontro dos discursos radicais proferidos pelos agentes da nacionalização, referendando e reforçando suas declarações, sobretudo aquelas advindas do secretário de Educação Coelho de Souza e do chefe de Polícia Aurélio da Silva Py. Deste modo, *Um rio imita o Reno* se torna um instrumento de *denúncia* e *visibilidade* para as *aberrações* que, segundo o autor, ocorreriam no interior das comunidades de

origem imigrante, bem ao gosto dos representantes estadonovistas. Tanto que a repercussão do romance é positiva entre os mesmos, a ponto de o interventor Cordeiro de Farias e o secretário Coelho de Souza determinarem a compra de exemplares do romance e os distribuírem em educandários do Rio Grande do Sul, com fins *pedagógicos e informativos*. Além disso, o êxito da obra rendeu bons dividendos políticos e sociais a Vianna Moog nos anos que se seguiram, abrindo espaço para seu campo de atuação.

Por sua vez, Bayard de Toledo Mércio utilizou um artefato em linha oposta ao discurso de Vianna Moog, mas também galgou dividendos entre as autoridades do Estado Novo. Embora seu livro não tivesse a mesma repercussão que *Um rio imita o Reno*, e lhe seja atribuído apenas o destaque de ser uma oposição ao mesmo, a obra serviu para uma propaganda positiva das ações de nacionalização que foram empreendidas no município de Taquara, durante a gestão de Egydio Soares da Costa e Bayard de Toledo Mércio, destacando a *eficiência* das ações executadas, não apenas em nível local, mas no Rio Grande do Sul, rendendo assim *louros* aos agentes estaduais do Estado Novo. Não foi possível verificar, por conta das escassas fontes sobre a vida de Toledo Mércio, até que ponto essa obra possibilitou a abertura de *outras portas* para o mesmo. Mas, de qualquer modo, não ocorreria uma má repercussão da mesma entre as autoridades, tendo em vista que *Longe do Reno* também falava dos benefícios da nacionalização e de seus operadores.

É uma tendência crescente entre os historiadores a utilização da literatura para análise histórica, pois esta, com a adequada instrumentação teórica e metodológica em sua apreciação crítica, se estabelece como uma riquíssima fonte para análise social. Por meio da investigação dos autores, das representações, dos discursos e ideias, das inspirações, relações, contextos e conjunturas, é possível descortinar um panorama complexo e dinâmico por meio das fontes literárias. E essas possibilidades também estão possíveis através das obras *Um rio imita o Reno*, de Clodomir Vianna Moog, e *Longe do Reno*, de Bayard de Toledo Mércio. O que aqui fizemos foi trazer alguns aspectos que consideramos importantes, pois se inserem em um contexto conturbado em nível nacional e mundial, marcado por contrastes e incoerências, como foram as décadas de 1930 e 1940. Mas outras perspectivas de abordagens são possíveis e necessárias, nestas e em outras obras oriundas desse período histórico.

Referências

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas considerações. *Revista de História – UFG*, ano 1, n. 3, junho 2010.

CHARTIER, Roger. Debate: Literatura e História. *Topoi*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 01, p. 197-216, 2000.

DIENSTBACH, Carlos. *A Maçonaria Gaúcha*. Volume 2. Londrina: Editora Maçônica “A Trolha”, 1993.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1991.

_____. *O Fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERREIRA, Antonio Celso. Heróis e vanguardas, romance e história: os intelectuais modernistas de São Paulo e a construção de uma identidade regional. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de História Cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

LEENHARDT, Jacques. As Luzes da Cidade. Notas sobre uma metáfora urbana em Jorge Amado. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de História Cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d'além mar: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil)*. Tese [Doutorado]. Porto Alegre, 2011. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2011.

MERCIO, Bayard de Toledo. *Longe do Reno: uma resposta a Vianna Moog*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas do Instituto Técnico Profissional do Rio Grande do Sul, 1940.

MOOG, Clodomir Vianna. *Um rio imita o Reno*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Livraria do Globo, 1939.

_____. *Um rio imita o Reno*. Rio de Janeiro: Editora Delta 1966.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2. n. 3, 1989.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNIESP, 1998.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. v. 1 e 2. Porto Alegre: Globo, 1969.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *Organização Social dos Imigrantes: a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

Recebido em 02/01/2017, aceito para publicação em 18/05/2017

Clientelismo em reportagens do Jornal *Folha de S. Paulo*: uma análise das formas de utilização do termo

Alana Lemos Bueno¹
Sabrina Cesar Freitas²

Resumo: As autoras recorrem ao conceito de Imagem Pública para examinar as noções envolvidas no uso do termo *clientelismo* em reportagens do jornal Folha de S. Paulo; intentam reconhecer o modo como a literatura jornalística trata o fenômeno clientelista e quais associações primordiais estão tecidas nestes textos, especialmente tensionada a outros processos políticos. A pesquisa indica, consoante as fontes de análise, que a prática clientelista é mostrada como algo antiquado, que ocorre geralmente em cidades pequenas e que se trata de algo que não ocorre, ou no mínimo não deveria mais ocorrer em cidades urbanas. Ao mesmo tempo em que há evidências de uma prática corriqueira e atual em cidades grandes (e pequenas) há a negação deste fato, como sendo algo distante e afastado da realidade política dessas cidades.

Palavras-chave: Clientelismo; Literatura jornalística; Jornalismo Político; Imagem Pública.

Abstract: The authors use the concept of Public Image to examine the notions involved in the use of the term clientelism in reports in the newspaper Folha de S. Paulo to recognize the way in which the journalistic literature treats the clientelistic phenomenon and which primordial associations are woven in these texts, especially strained to other political processes. According to the sources of analysis, the research indicates that clientelistic practice is shown as something antiquated, usually occurring in small towns and that it is something that does not occur, or at least should no longer occur in urban cities. At the same time that there is evidence of a common practice and current (in small towns) and big cities there is the denial of this fact, as being something far and away from the political reality of this cities.

KEYWORDS: Clientelism; Journalistic Literature; Political Journalism; Public Image.

¹ Alana Lemos Bueno (alanawns@gmail.com) é Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná.

² Sabrina Cesar Freitas (sabinac.freitas@hotmail.com) é Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná.

O jornalismo concede a seu público possibilidades específicas de entendimento de mundo, especialmente no que tange a práticas exploradas exclusivamente, em sua maioria, por meios de comunicação. Parece palpável, conforme Costa (2002), dizer que as concepções elaboradas acerca do fenômeno clientelista no Brasil estão ligadas ao modo como essas produções jornalísticas tratam desses episódios. Produções estas expostas em textos que possuem ideias e compreensões específicas, fruto de interesses editoriais, políticos e de legitimidade no debate público.

Dentro disto, o presente trabalho tem como intenção discutir as noções envoltas no uso do termo *clientelismo* em textos do jornal Folha de S. Paulo. Há pontualmente nessa intenção de análise o propósito de demonstrar: a) o modo como a literatura jornalística, representada em quatro reportagens, trata o fenômeno clientelista; b) quais associações primordiais estão tecidas nestas produções, especialmente tensionada a outros processos políticos.

Visto que o tema amplo desta pesquisa consiste em um importante debate na ciência política (o debate sobre práticas clientelistas), e por isso, frequentemente presente na agenda de pesquisa desse campo, a quantidade de livros e artigos encontrados sobre o tema é grandiosa (ZARUCKI, 2007). No entanto, de antemão, é importante ressaltar que este exame não diz respeito a uma revisão bibliográfica sobre o fenômeno clientelista e seu tratamento científico. Trata-se, antes, da construção de apontamentos que possibilitem indicar como a

literatura jornalística, através de reportagens selecionadas na plataforma on-line do jornal *Folha de S. Paulo*, percebe e compreende o referido tramite político. A seleção do jornal ocorreu mediante dois critérios: a grande circulação que o jornal possui em âmbito nacional³, e a facilidade encontrada na plataforma online do jornal para refinar as buscas de reportagens. Através da análise dessas reportagens, pretende-se notar quais são as associações existentes nesses textos com a expressão *clientelismo*, para assim localizar com quais outras ordens de práticas/ideias/acontecimentos a prática clientelista está vinculada segundo essas publicações.

Do conceito de Imagem Pública

A discussão sociológica e da teoria da comunicação a respeito da noção de imagem pública tem constituído um campo de pesquisa abrangente e com diversas ramificações analíticas e conceituais - como mostram, por exemplo, Mundim e Tomaz (2007) e Barata (2002). Dentro destas produções, recorreremos ao conceito de imagem pública elaborado por Joan Costa (1992: 16) para utilizar neste texto.

Optou-se aqui pelo uso de *imagem pública* porque este conceito detém a capacidade de unir duas caras ferramentas analíticas

³ Consoante a pesquisa realizada pelo Instituto Verificador de Circulação no mês de janeiro de 2014, o jornal *Folha de S. Paulo* é o jornal de maior circulação digital nacional. A pesquisa foi divulgada pelo jornal *Folha de São Paulo* em 30/03/2014 e está disponível no link: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1433100-folha-e-o-maior-jornal-do-brasil-nas-diferentes-plataformas-aponta-ivc.shtml>. Acesso em 05/05/2014.

das ciências sociais: a noção de formação de imagens e a de debate público. As ações jornalísticas, do campo da comunicação institucional ou mesmo de cunho publicitário, estabelecem como um de seus propósitos a elaboração de imagens públicas sobre temas, agentes e assuntos específicos. É exatamente nesta via que Costa (1992) tece suas considerações sobre a noção de imagem pública. Segundo o autor,

[...] as imagens mentais que regem as condutas (as micro-condutas) dos indivíduos no fluxo do cotidiano mais elementar, por exemplo o consumo, convertem-se em autênticos instrumentos estratégicos com os quais as organizações influem sobre estes vectores das condutas sociais que são as imagens públicas. Estas ferramentas são imagens ‘instrumentais’, quer dizer, são instrumentalizadas pelas políticas, as instituições e as empresas em busca de competitividade — quer dizer, da sua sobrevivência e do seu triunfo. (COSTA, 1992, p. 6).

Nesta via, a elaboração de uma imagem não pode ser encarada como uma instância física e plausível de objetividade imediata; é antes de mais nada uma representação do campo mental (BARATA, 2002). Assim, a imagem mental pode ser entendida como uma síntese construída por diversas fontes: imaginação, experiência e mesmo pela memória.

Barata (2002), tributário de Costa, explana que a imagem pública pode ser encarada como uma atividade mental que tem como principal intenção descomplexificar o *entorno*. Assim,

a imagem tem, pois, uma orientação pragmática, é o resultado da actividade mental que procura descomplexificar o meio envolvente, todo ele significante: simplifica, selecciona, hierarquiza e retém apenas aquilo que lhe interessa; procura as certezas, mais ou menos ilusórias, para orientar as condutas e as acções. Ou seja, sintetiza a interactividade entre os indivíduos e o meio e emerge da interdependência essencial que rege as relações entre as coisas, as imagens materiais, as experiências e as imagens mentais. A imagem possui, ao mesmo tempo, uma condição de objecto e uma condição semiótica, i.e., significações implícitas ou explícitas na representação: a mensagem. (p. 84)

A construção de uma imagem pública está envolta a disputas e demandas simbólicas conduzidas pelo uso da linguagem – e no caso específico deste estudo, a produção jornalística. É nesta via que

quando se fala em imagem pública deve-se levar em conta não apenas a representação material de um objeto, ou a representação corpórea de uma pessoa, mas uma idéia ou “fato cognitivo, conceitual” a respeito dela, construído a partir de “mecanismos enunciativos lingüísticos”, que irão formar convicções e conceitos junto aos receptores. (MUNDIM; TOMAZ, 2007, p. 135).

Benetti (2008) afirma que o jornalismo é, em última instância, um discurso. Baseado nos fundamentos da Análise do Discurso francesa, o dialogismo pressupõe dois processos: o primeiro se

estabelece entre sujeitos, e o segundo entre discursos ou textos. A primeira concepção desvincula o discurso enquanto um objeto oral ou escrito, situando-o como um processo que acontece entre os sujeitos da interlocução. Nesse sentido, o jornalismo gênero discursivo só pode existir entre sujeitos. (BENETTI, 2008).

Outra noção importante acerca das relações que se estabelecem entre os sujeitos no discurso diz respeito à ilusão discursiva e tipos respectivos de esquecimentos. De acordo com Benetti (2008), existe um tipo de esquecimento em que “o sujeito apaga que não é a origem plena de seu discurso” (p. 18), anulando processos históricos mais amplos que acabam por situá-lo como “senhor absoluto do discurso” (p. 18) produzido. No segundo tipo de esquecimento, o sujeito desconsidera o processo pelo qual a construção do discurso perpassa por escolhas e estratégias específicas de sentidos. (BENETTI, 2008).

Com estas considerações em mente, no tópico a seguir serão apresentados alguns apontamentos acerca do uso do termo clientelismo, através de reportagens selecionadas no Jornal Folha de S. Paulo.

O uso do termo ‘clientelismo’ na literatura jornalística

A escolha das reportagens a serem analisadas neste trabalho prosseguiu do seguinte modo: dentro da plataforma on-line do Jornal Folha de São Paulo foi pesquisada, dentro do campo de pesquisas do site, a palavra clientelismo. Posteriormente, a filtragem ocorreu por ano, no caso, o ano de 2012 – assim, o período foi de 01/01/2012 a

31/12/2012; a escolha deste período ocorreu por este ter sido o último ano eleitoral brasileiro. Em seguida, a filtragem ocorreu mediante dois marcos: “*Site da Folha-Poder*” e “*Site da Folha – Colunas*”. Foram encontrados 4 resultados pelo primeiro marco e 3 pelo segundo, e destes, quatro matérias serão analisadas: “*Discussão sobre uso da máquina marca debate em Porto Alegre*”; “*Políticos presos pela Polícia Federal agora estão em campanha*”; “*TRE pune só 16% dos políticos acusados de clientelismo no RJ*”; “*Gilberto Dimenstein – Aula de dignidade*”. É importante ressaltar que a palavra clientelismo poderia estar contida tanto no título da reportagem quanto no corpo do texto⁴.

Na reportagem intitulada “*TRE pune só 16% dos políticos acusados de clientelismo no RJ*”, do autor Ítalo Nogueira, publicada no site do Jornal Folha S. Paulo em 30/07/2012, é relatado o modo pelo qual alguns políticos tentaram conseguir votos no Rio de Janeiro, e como essas formas se configuram como prática ilegal. Consoante a reportagem, o principal motivo dos políticos serem acusados é por estes manterem centros sociais com o propósito de conseguir votos. Esses centros sociais, segundo a reportagem, “são arma de boa parte dos políticos fluminenses. Neles, há atendimento médico básico e cursos

⁴ A seleção de reportagens foi realizada no dia 03/05/2014 e pode ser acessada nos links:

<http://search.folha.com.br/search?q=clientelismo&site=online%2Fpaineldoleitor&sd=01%2F01%2F2012&ed=31%2F12%2F2012>

<http://search.folha.com.br/search?q=clientelismo&site=online%2Fpensata&sd=01%2F01%2F2012&ed=31%2F12%2F2012>

profissionalizantes, e o título de eleitor é necessário para a inscrição. Para promotores, é um 'curral eleitoral'" (NOGUEIRA, 2012). No ano de 2012, o Tribunal de Justiça Eleitoral recorreu ao Batalhão de Operações Especiais (BOPE) para fechar um centro social – localizado no Complexo da Maré, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro – que, como exposto na reportagem, era mantido por uma vereadora. Durante a operação para fechar alguns centros foram encontrados materiais utilizados para propaganda eleitoral e remédios que, consoante fiscais, foram desviados de secretarias da saúde.

Na reportagem também é relatado que, em um dos casos, foram encontradas neste centro social anotações com nomes e números de títulos de eleitor, referentes às eleições de 2006 e 2008, porém o político em questão foi absolvido, já que não houve provas do uso eleitoral em 2010 (ano em que o local foi fiscalizado) (NOGUEIRA, 2012). O corregedor do TRE-RJ Antônio Augusto Gaspar afirma que este tipo de situação ocorria antes da Lei da Ficha Limpa, e que após esta será julgada a conduta do sujeito em questão, e não somente a utilização ou não de meios ilegais para obtenção de votos. A referida Lei da Ficha Limpa diz respeito à lei que não permite a candidatura de políticos a cargos eletivos se estes tiverem sido condenados por órgãos colegiados, assim

de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir

hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1990).

Apesar de o título da reportagem conter o termo clientelismo - *TRE pune só 16% dos políticos acusados de clientelismo no RJ* - em nenhum trecho do corpo do texto a palavra foi mencionada novamente. É utilizada no texto a palavra “assistencialismo” para referir-se ao que no título foi denominado como “clientelismo”, esse não explicitamente entendido como uma troca desfavorável entre políticos e o eleitor, por intermédio de um centro social, podendo ser representado no trecho “(...) O mesmo rigor não é usado na punição de políticos que usam o assistencialismo em troca de votos” (NOGUEIRA, 2012).

Na reportagem escrita por Felipe Batchold e Nelson Barros Neto, com o título de *Políticos presos pela Polícia Federal agora estão em campanha*, publicada no site do jornal Folha de S. Paulo em 18 de setembro de 2012, é exposto que pelo menos 12 candidatos a exercer o cargo de prefeito foram presos em território nacional pela Polícia Federal desde 2009. A candidatura desses candidatos não poderia ser barrada pois ainda estão sendo investigados ou em processo, assim “estão imunes à Lei da Ficha Limpa, que exige condenação colegiada (mais de um) para barrá-los” (BATCHOLD; BARROS NETO, 2012).

Como exposto na reportagem, um desses 12 candidatos liderava, à época da reportagem, os índices de intenção de voto na pesquisa realizada pelo instituto de pesquisa IBOPE (Instituto Brasileiro

de Opinião Pública e Estatística), na cidade de Macapá, no estado do Amapá. O referido candidato se chama Roberto Góes e pertence ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), e, segundo a exposição na reportagem, “o escândalo envolvendo Góes é citado na campanha. Ele passou dois meses no presídio de Papuda (DF), entre 2010 e 2011, por suspeita de verbas federais”. (BATCHOLD; BARROS NETO, 2012). Segundo a publicação, as ações da Polícia Federal consistem em apurar fraudes e desvios em recursos destinados a compra de merenda. A maior parte dos casos de fraudes e desvios de verbas está no Nordeste e em cidades pequenas, e a falta de aplicabilidade da Lei da Ficha Limpa ocorre principalmente por dois processos: a falta de informações sobre a Lei e o fenômeno do clientelismo.

Assim como na reportagem anteriormente descrita, a compreensão sobre o significado do termo clientelismo fica subentendida ao leitor, forçando-o a uma associação com outras ordens de acontecimentos/ações políticas. No caso, a utilização do termo está associada a uma troca que impede o eleitor de denunciar o candidato, e essa troca é comum em cidades consideradas pequenas, já que, pelo tamanho destas, a relação clientelista é favorecida e acarreta em uma não “denúncia” de uma prática ilegal.

Na reportagem *Discussão sobre uso da máquina marca debate em Porto Alegre*, de autoria de Felipe Batchold, publicada em 05 de outubro de 2012 no site do jornal Folha de S. Paulo, é exposto um recorte do debate televisivo (realizado pela RBS TV, afiliada da TV

GLOBO) entre dois candidatos a exercer o cargo de prefeito em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. No debate, segundo a descrição da reportagem, dois participantes – Adão Villaverde (PT) e Manuela D'Ávila (PC do B) – mencionaram em diversos momentos uma investigação em andamento pelo Ministério Público sobre uma suspeita de uso “da máquina da prefeitura em um bairro para favorecer um candidato a vereador do PTB e o prefeito nas vésperas da votação.” (BACHTOLD, 2012). Tal ocorrência foi interpretada pelo candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) como uma ocorrência “clientelista” e que essa suspeita degrada a imagem da cidade. O prefeito da cidade à época conseguiu um direito de resposta concedido pelo programa de TV, nele “falou que não aceita ‘inverdades’ e que um juiz eleitoral considerou uma peça de ‘injúria e difamação’ um panfleto do PT sobre o assunto.” (BACHTOLD, 2012).

Mesmo se tratando de uma fala que não pertence ao autor da matéria, é possível considerar que o uso da palavra clientelismo é associado a uma imagem que pode manchar, de forma negativa, a cidade de Porto Alegre. Ou seja, a utilização de recursos da prefeitura para fins próprios de um bairro foi encarado pelos adversários do atual prefeito da cidade como um ato clientelista (em troca de votos) e esse ato caracteriza algo negativo para a cidade.

Gilberto Dimenstein discute, na reportagem publicada em 19 de junho de 2012, intitulada “*Aula de Dignidade*”, a fala que a candidata à prefeitura de São Paulo (em 2012) Luiza Erundina (PSB)

tomou em relação ao candidato adversário à época, Fernando Haddad (PT). Nesta fala, consoante Dimenstein, “Erundina disse o que deveria ser dito: nem tudo vale a pena para chegar ao poder.” (DIMENSTEIN, 2012). O autor complementa a tomada de posição da candidata do PSB ao relatar que Haddad (PT) direciona sua campanha para novos ideais, porém isso se contradiz na medida em que o partido se vale de métodos ilícitos para ter maior tempo na propaganda política eleitoral. “Haddad acena com a campanha do novo, mas seu partido usa a velha política do clientelismo para comprar 90 segundos de horário eleitoral.” (DIMENSTEIN, 2012).

Segundo a reportagem de Dimenstein, Erundina, apesar de não estar na frente nas pesquisas eleitorais, é uma vencedora, considerando que seu gesto opõe-se à hipocrisia política recorrente. Para evidenciar esta hipocrisia, o autor cita a aliança feita entre Haddad e Maluf, que estava sendo criticada por pessoas que elogiavam a aliança feita anteriormente entre Serra e Maluf.

A utilização da palavra clientelismo no texto remete a uma prática política condizente a outros períodos históricos que não este. Sendo assim, esta não seria uma prática coerente com a proposta inovadora do candidato Haddad. Além do mais, o termo é utilizado com sentido negativo, sendo que este “clientelismo” é utilizado para obter vantagem em relação aos outros candidatos durante o horário eleitoral.

Considerações Finais

Pelas reportagens analisadas, a compreensão sobre o significado da expressão *clientelismo* fica designada ao leitor; submetendo-o a relacionar a palavra com ordens de fenômenos, o que pode gerar uma interpretação ambígua. Assim, nessa literatura foi observado o uso da palavra *clientelismo* entendido como expressão - pois diz respeito a uma manifestação de pensamento, sem a preocupação de definir em que sentido está sendo usada.

Há em cada publicação jornalística o emprego da palavra *clientelismo* com uma conotação política que remete a uma categoria de valor, circunscrita no texto:

1) Na reportagem “*TRE pune só 16% dos políticos acusados de clientelismo no RJ*”, de autoria de Italo Nogueira, a prática clientelista foi associada a uma prática ilegal, pois a troca (entre centro social e voto) se constitui de modo desigual entre políticos e eleitores, caracterizando um assistencialismo não legítimo, segundo o autor.

2) Em “*Políticos presos pela Polícia Federal agora estão em campanha*”, escrita por Felipe Batchold e Nelson Barros Neto, o clientelismo foi associado panoramicamente a uma obstrução que impede o eleitor de denunciar o candidato político, pois o primeiro foi beneficiado em uma troca. Além do mais, os autores contextualizam que essa prática é típica (e favorecida) em cidades pequenas.

3) No texto “*Discussão sobre uso da máquina marca debate em Porto Alegre*”, de autoria de Felipe

Batchold, com a ressalva de que se trata de uma transcrição de fala, a existência do fenômeno clientelista é correlacionada a algo que pode caracterizar de forma negativa a cidade (Porto Alegre), justamente por essa prática ser considerada ilegal.

4) Na reportagem “*Aula de dignidade*”, escrita por Gilberto Dimenstein, a prática de compra de maior tempo de propaganda eleitoral por um candidato à prefeitura de São Paulo é entendida como um ato não coerente com uma política inovadora. O *clientelismo* foi compreendido pelo autor como uma política desatualizada e com um sentido majoritariamente negativo.

Com efeito, em duas das reportagens a prática clientelista é mostrada como algo antiquado, que ocorre geralmente em cidades pequenas e que se trata de algo que não ocorre, ou no mínimo não deveria mais ocorrer, em cidades. Porém, ao mesmo tempo em que isto ocorre, temos em três reportagens evidências de que estas práticas ainda são utilizadas e não somente em cidades pequenas, mas em cidades grandes como São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Sendo assim, ao mesmo tempo em que há evidências de uma prática corriqueira e atual em cidades grandes e pequenas, há a negação deste fato, como sendo algo distante e afastado da realidade política, e ainda que seja aceita a existência desse fenômeno, ele é tratado de forma negativa e que não trará boas características às cidades.

Levando em conta estas considerações e o número reduzido de reportagens analisadas, se faz necessária para uma elaboração sofisticada das hipóteses lançadas uma pesquisa com maior profundidade das análises discursivas e com maior número de evidências empíricas. Assim, este trabalho está longe de ser a conclusão sobre o assunto, mas sim uma abertura para que as hipóteses aqui consideradas ganhem maior validade, levando em conta que para isto será necessário análise de uma quantidade maior de reportagens e que estas não tenham sido produzidas por apenas uma linha de jornal (já que, no caso dessa pesquisa, apenas reportagens da plataforma online do jornal Folha de S. Paulo foram exploradas).

Os estudos da sociologia da comunicação possibilitam decodificações e análises histórico-políticas de debates específicos da realidade social. E é justamente nesta via que o conceito de imagem pública se faz útil, como apontado anteriormente neste texto. A partir de um número maior de evidências, será possível sustentar com maior validade tanto a possível relação entre o modo de tratar o clientelismo em um corpo editorial e a possível formação do léxico do discurso do senso comum, quanto a conotação da palavra clientelismo nas reportagens de jornais como influência da forma de interpretação e propagação na linguagem popular; assim, através de maior quantidade de bases empíricas, será permissível concluir se essa relação é factível e possui bases tanto empíricas quanto teóricas.

Fontes:

BACHTOLD, F.; BARROS NETO, N. Políticos presos pela Polícia Federal agora estão em campanha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 set. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/09/1155098-politicos-presos-pela-policia-federal-agora-estao-em-campanha.shtml>> Acesso em: 03 maio 2014.

BACHTOLD, F. Discussão sobre uso da máquina marca debate em Porto Alegre. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 out. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1164268-discussao-sobre-uso-da-maquina-marca-debate-em-porto-alegre.shtml>> Acesso em: 03 maio 2014.

NOGUEIRA, I. TRE pune só 16% dos políticos acusados de clientelismo no RJ. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jul. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/07/1128188-tre-pune-so-16-dos-politicos-acusados-de-clientelismo-no-rj.shtml>>. Acesso em: 03 maio 2014.

DIMENSTEIN, G. Aula de dignidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gilbertodimenstein/1107207-aula-de-dignidade.shtml>> Acesso em: 22 maio 2014.

Referências

BARATA, M. J. R. Imagem Pública, Marketing e Comunicação Institucional: Uma Abordagem Sociológica de Três Conceitos Empresariais. **Interacções**, n. 2, p. 79-94. 2002.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, n. 15. São Paulo: PUC-SP, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em

<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/823283/lei-ficha-limpa-lei-complementar-135-10>> Acesso em: 8 maio 2014.

COSTA, J. **Imagem Pública: Una Ingeniería Social.** Madrid: Fundesco, 1992.

FOLHA é o maior jornal do Brasil nas diferentes plataformas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2014. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1433100-folha-e-o-maior-jornal-do-brasil-nas-diferentes-plataformas-aponta-ivc.shtml>> Acesso em: 03 maio 2014.

MUNDIM, P. S.; TOMAZ, N. L. F. O conceito de imagem pública política nos estudos de comunicação: análise de um caso. **Rev. Estud. Comun.**, Curitiba, v. 8, n. 16, p. 133-140, maio/ago. 2007.

ZARUCKI, S.E.D.; FILHO, P.A. **Clientelismo: um debate conceitual.** Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2007. Disponível em: <<http://www.puc->

rio.br/pibic/relatorio_resumo2007/relatorios/soc/soc_sara_ester_dias_zaruck.pdf> Acesso em: 24 abr. 2014.

Recebido em 28/07/2014, aceito para publicação em 26/09/2014.

"Meu reino por um cavalo!": a construção da imagem vilanesca do rei Ricardo III a partir das crônicas de Holinshed, de 1587¹

Renata Ribeiro Oliveira²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a construção da imagem de vilão do rei Ricardo III da Inglaterra, a partir das *Crônicas de Holinshed*, de 1587. A história do monarca, assim como seu caráter, são bastante discutidos na historiografia inglesa, sendo este constantemente retratado como um dos piores reis do país. Contudo, em muitos estudos, julgamentos de caráter são feitos a partir de atos atribuídos ao rei desde o século XVI, durante a dinastia Tudor, que retirou Ricardo do poder. As Crônicas foram uma das principais fontes históricas do período e responsáveis por criar um imaginário em torno do rei Plantageneta, caracterizando-o como assassino e vilão, sendo posteriormente imortalizado pela famosa peça de William Shakespeare, *Ricardo III*.

Palavras-chave: Ricardo III, Tudor, Crônicas de Holinshed.

Abstract: This article aims to analyze the construction of the image of villain of King Richard III of England, from the *Chronicles of Holinshed*, 1587. The history of the monarch, as well as his character, are much discussed in English historiography, him being constantly portrayed as one of the country's worst kings. However, in many studies, judgments of character are made from acts attributed to the king since the sixteenth century, during the Tudor dynasty, which removed Richard from power. The *Chronicles* were one of the main historical sources of the period and responsible for creating an ideal around the Plantagenet king, characterizing him as killer and villain, and later immortalized by the famous play of William Shakespeare, *Richard III*.

Keywords: Richard III, Tudor, *Chronicles of Holinshed*.

¹ Artigo elaborado para conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* em História Cultural, pelo Centro Universitário Claretiano, em 2015.

² Licenciada e bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, especialista em História Cultural pelo Centro Universitário Claretiano e pós-graduanda em Língua Inglesa e Suas Literaturas, pela Estácio.
renata_ro@outlook.com

A história do rei inglês Ricardo III (1483-1485)³ recentemente tem sido destaque nas mídias e revistas especializadas. A descoberta de seus ossos, enterrados em um estacionamento na cidade de Leicester, na Inglaterra, em 2012, trouxe à tona uma discussão sobre a vida do monarca, seu reinado e detalhes de sua morte na Batalha de Bosworth, em 1485⁴. Parte do debate diz respeito a sua índole, o que faz com que figure frequentemente na lista de piores reis ingleses.

Essa imagem pejorativa se deve, principalmente, ao retrato do monarca nas *Crônicas de Holinshed*, de 1577/1587, utilizadas como fonte histórica por Shakespeare na peça *Ricardo III*, que perpetuou a figura de vilão, assassino, aquele capaz de cometer os piores atos para conseguir poder.

O presente artigo tem como objetivo desmitificar a figura do rei, contudo, sem isentá-lo de suas ações. Busca-se observar a validade dessas afirmações, de acordo com a metodologia histórica, ou seja, devidamente comprovadas. Questiona-se, portanto: até que ponto a construção da imagem de Ricardo III após sua morte deve-se a atos que realmente aconteceram ou a conjecturas sobre seu caráter? Ainda, quais foram as primeiras fontes que descrevem o monarca de modo depreciativo, contribuindo para a perpetuação desta imagem de Ricardo?

³ As datas entre parênteses indicam o tempo de reinado.

⁴ Sobre a descoberta dos ossos, identificação e enterro do rei, ver <http://www.kriii.com/>

Para atingir tais objetivos, foi feita uma análise da fonte primária, as *Crônicas*, observando a construção da imagem de vilão feita pelos autores a respeito de Ricardo III, assim como uma identificação dos relatos utilizados por eles, uma vez que não presenciaram os fatos. Ainda, para entender o contexto histórico por trás da crônica, bem como a vida e o governo do rei, foram abordadas fontes bibliográficas atuais sobre o tema.

O rei Ricardo III, as Guerras das Duas Rosas e a dinastia Tudor

"Tal lorde é Lúcifer, quando ele entra no coração de um príncipe orgulhoso, dado à cobiça e crueldade"⁵ (HOLINSHED, 1587, n.p., tradução nossa)

Ricardo III nasceu em 1452, quarto filho de Ricardo Plantageneta, 3º duque de York, e Cecília Neville, ambos descendentes de realeza. Possuíram territórios vastos na Inglaterra e constituíram uma das mais nobres famílias do país. Participaram ativamente nas Guerras das Duas Rosas, conflitos civis entre duas famílias nobres, os Lancasters e os Yorks, ambas reivindicando o trono inglês.

No século XIV, Henrique Bolingbroke, neto do rei Eduardo III (1327-1377) e duque de Lancaster, usurpou o trono de Ricardo II

⁵ "Such a lord is Lucifer when he is entered into the hart of a proud prince, giuen to couetousnesse and crueltie."

(1377-1399), seu primo, por considerá-lo incapaz de governar devido às decisões políticas tomadas durante seu reinado. Assumiu o título de Henrique IV (1399-1413) e iniciou a época em que os Lancasters reinaram na Inglaterra. Nos períodos seguintes, seus descendentes Henrique V (1413-1422) e Henrique VI (1422-1461; 1470-1471) governaram o país, sendo Henrique V conhecido pela vitória na Batalha de Agincourt, em 1415, durante a Guerra dos Cem Anos⁶.

As disputas entre as duas famílias iniciaram a partir do momento em que Ricardo Plantageneta, pai de Ricardo III, considerou o reinado de Henrique VI ineficaz e reivindicou a coroa, pois acreditava ser sua descendência mais legítima que a do rei. Vários relatos descrevem Henrique como uma pessoa frágil, enferma, sem capacidade para governar a Inglaterra. Dan Jones explica sobre um dos períodos de doença do monarca:

Ele se tornou completamente indefeso, removido de raciocínio e do mundo em sua volta, ao ponto de total vacuidade. Ele não reconhecia ninguém. Ele não conseguia falar ou responder, de modo algum, as questões. Ele não conseguia se alimentar, nem se lavar sozinho, pois não tinha mais controle de seus braços e pernas, muito menos manter sua cabeça elevada. Ele não tinha noção de tempo. Nenhum médico conseguia animá-lo. Nenhum remédio poderia estimulá-lo. (...) Henrique estava simplesmente mudo e inerte: um real nada. Mesmo

⁶ Conflito entre Inglaterra e França por questões territoriais e dinásticas, com duração de 116 anos.

saudável, Henrique foi uma força de governo bastante fraca e impotente⁷. (JONES, 2015, n.p., tradução nossa).

Devido a essa deficiência, Ricardo Plantageneta foi apontado como regente, enquanto o rei estava incapacitado. Porém, outras pessoas que apoiavam o monarca foram essenciais para manter seu reinado, como Margarida de Anjou, sua esposa, e William de la Pole, 1º duque de Suffolk. Henrique VI retornou ao poder.

Ricardo III observou seu pai movimentar exércitos com o objetivo de retomar o poder e iniciar um governo de Yorks. Como dito, sua família tinha sangue real. Tanto York quanto Lancaster baseavam suas pretensões ao poder no fato de ambas serem descendentes do rei Eduardo III. Eduardo teve 11 filhos, dentre eles João de Gaunt, duque de Lancaster, sendo sua família representada pela rosa vermelha⁸, e Edmundo de Langley, duque de York, com a representação pela rosa branca.

Henrique VI, Lancaster, e Ricardo Plantageneta, York, se enfrentaram em batalhas durante a segunda metade do século XV, até a vitória do rei em Wakefield, em 1460. Os filhos de Ricardo e sua

⁷ "He became completely helpless, remove from both wit and the world around him to the point of total vacuity. He recognized no one. He could not speak or respond in any way to questions. He could neither feed nor clean himself, since he had no control of his arms or legs and could not even keep his head up. He had no sense of time. No physician could stir him. No medicine could stimulate him. (...) Henry was simply mute and inert: a kingly nothing. Even when sane, Henry had been a fairly weak and impotent force in government."

⁸ A atribuição da rosa vermelha aos Lancaster é posterior às guerras, sendo adotada por Henrique VII à época de seu casamento com Elizabeth de York.

mulher, Cecília, foram presos. Pela participação na guerra contra o rei, o duque de York foi considerado traidor e decapitado. Contudo, o conflito entre as famílias não terminou. Eduardo, filho mais velho de Ricardo Plantageneta, assumiu a liderança da causa York após a morte do pai. Conseguiu assumir a coroa em 1461, tornando-se o rei Eduardo IV (1461-1470; 1471-1483). Manteve-se no poder até 1470, quando Henrique VI conseguiu retornar ao trono. Eduardo IV finalmente derrotou o monarca Lancaster na Batalha de Tewkesbury, em 1471, e o aprisionou na Torre de Londres⁹. Após alguns dias de encarceramento, Henrique VI faleceu, sendo o motivo da morte desconhecido. Alguns afirmam que Eduardo mandou assassiná-lo, como vingança pela morte de Ricardo Plantageneta, outros acreditam que Henrique morreu de melancolia, derivada de seus problemas de saúde preexistentes. Com a morte dos principais herdeiros Lancasters, uma vez que o filho de Henrique VI morrera em Tewkesbury, Eduardo pôde estabelecer um governo de Yorks no trono inglês, como seu pai desejou.

Ricardo III recebeu o título de duque de Gloucester aos 9 anos e, desde então, começou a participar da política, ajudando seu irmão a tomar o poder e, posteriormente, a governar. Tornou-se um importante líder militar, apesar de suas dificuldades físicas, um dos aspectos mais questionados sobre sua figura. Appleby *et al.*, cientistas da Universidade de Leicester e responsáveis pelas análises dos ossos de

⁹ A Torre, uma das principais construções inglesas, era utilizada tanto como prisão como para residência da realeza, principalmente durante a coroação.

Ricardo, feitas em 2012, descrevem-no: "o indivíduo é do sexo masculino, com uma composição delicada, entre o fim da segunda e o fim da terceira década de vida, compatíveis com a idade de morte conhecida de Ricardo, aos 32. Ele tinha grave escoliose idiopática, que iniciou em sua adolescência¹⁰". (APPLEBY et al., 2013, p. 536, tradução nossa). Portanto, confirma-se que, de fato, o futuro monarca sofrera de uma deficiência física na coluna.

Em 1483, após 12 anos de governo, Eduardo IV morreu de causas desconhecidas. Criou-se um novo problema dinástico na Inglaterra. Os filhos do rei eram crianças: Eduardo, príncipe de Gales, e Ricardo de Shrewsbury, 12 e nove anos, respectivamente. Havia a preocupação referente à regência e tutela do futuro rei, uma vez que Eduardo era menor de idade. Era necessária sua coroação, para que fosse mantido o reinado no poder dos Yorks e não houvesse novas disputas pela coroa. Contudo, havia discordâncias em relação à necessidade de uma regência ou a admitir que Eduardo fosse considerado adulto.

O duque de Gloucester, após a morte de Eduardo, se tornou um dos homens mais importantes da Inglaterra. Parente mais próximo do jovem Eduardo V, assumiu a posição de regente, apesar da forte pressão para a independência política do sobrinho. Ricardo adiou a coroação, a fim de continuar no poder. Como Dan Jones explica, ele conseguiu

¹⁰ "The individual is male, with a gracile build, in his late 20s to late 30s, compatible with Richard's known age at death of 32. He had severe idiopathic adolescent-onset scoliosis."

assumir o trono para si devido às suspeitas em relação à legitimidade de seus sobrinhos:

No domingo, 22 de junho, o teólogo Dr. Ralph Shaa apareceu na Catedral Paul's Cross para pregar a extraordinária - e especialmente sagrada - mensagem de que o casamento de Eduardo IV com Elizabeth Woodville foi contraído enquanto Eduardo já havia acordado se casar com outra pessoa: Lady Eleanor Butler, a filha do grande soldado lancastriano John Talbot, *earl* de Shrewsbury. Baseado nisso, Shaa argumentou que Eduardo V e Ricardo, duque de York, eram ilegítimos e, portanto, Eduardo V não poderia assumir o trono . Ricardo, duque de Gloucester (...) deveria tomar o trono no lugar de seus sobrinhos.¹¹ (JONES, 2014, n.p., tradução nossa).

E assim o fez. Em 1483, Ricardo III assumiu a coroa e se declarou rei da Inglaterra, sob direito legítimo, sendo o herdeiro mais próximo de seu irmão, Eduardo IV.

O governo de Ricardo foi breve. Encontrou bastante resistência, principalmente dos Lancasters, que, apesar de terem sido derrotados, ainda questionavam o poder. Surgiu neste momento a figura

¹¹ "On Sunday 22 June the theologian Dr. Ralph Shaa appeared at St. Paul's Cross to preach the extraordinary - and wholly specious - message that Edward IV's marriage to Elizabeth Woodville had been undertaken while Edward was already contracted to marry someone else: Lady Eleanor Butler, the daughter of the great lancastrian soldier John Talbot, earl of Shrewsbury. On these grounds, Shaa argued, Edward V and Richard, duke of York were illegitimate and therefore the former could not be allowed to take the throne. Instead, Richard, duke of Gloucester (...) should take the throne in the place of his nephews".

de Henrique, conde de Richmond, filho de Edmundo Tudor e Margarida Beaufort. Por ser descendente de João de Gaunt, por parte de mãe, Henrique tornou-se um forte candidato Lancaster ao trono inglês. Seria o recomeço das disputas dinásticas.

Uma campanha contra Ricardo iniciou-se a partir do sumiço de seus sobrinhos, que estavam presos na Torre de Londres, a mando do rei. Rumores sobre os assassinatos dos príncipes se espalharam e contribuíram para uma construção negativa da imagem de Ricardo III. Mas não há provas de sua participação. Até os dias atuais, pouco se sabe sobre o destino de Eduardo V e de seu irmão Ricardo. A teoria mais provável seria que o rei tenha ordenado suas mortes. Há aqueles que acreditam na participação do Duque de Buckingham, aliado do monarca, que teria eliminado as crianças para que não existisse questionamento em relação à legitimidade do governo de Ricardo. Uma teoria menos comum acusa Henrique Tudor de ter orquestrado o sumiço, "(...) como uma manobra para remover alguns obstáculos significativos para sua própria reivindicação ao trono¹²" (BINGHAM, 2014, n.p., tradução nossa).

Nunca comprovado, mas o desaparecimento dos príncipes tornou-se um dos maiores problemas para Ricardo. Muitos distanciavam-se do monarca, apoiando a causa de Henrique. Apesar de ter o apoio do Norte, principalmente York, o rei buscava cada vez mais

¹² "(...) as a way of removing some significant obstacles to his own claim to the throne."

sedimentar seu reinado, através da hereditariedade. Ricardo III era casado com Anne Neville, filha do importante conde de Warwick, "O Fazedor de Reis". Warwick foi responsável pela ascensão de Eduardo IV, assim como pelo retorno de Henrique VI ao poder. Morreu em batalha e, sem ter herdeiros homens, deixou sua fortuna para as filhas Isabel e Anne.

Juntos, Ricardo e Anne tiveram um filho, Eduardo de Middleham, príncipe de Gales, que morreu aos dez anos de idade por causas desconhecidas. A rainha também faleceria no ano seguinte, em 1485. Como John Ashdown-Hill explica, devido à morte da rainha e de seu filho, para a estabilidade do país e da casa York, cabia ao rei buscar, com urgência, uma nova consorte, para que pudessem gerar herdeiros (ASHDOWN-HILL, 2013, n.p.). Mas Ricardo tinha problemas maiores que a sucessão. Henrique Tudor avançava e conseguia cada vez mais apoio.

Ricardo III e Henrique Tudor se enfrentaram na famosa Batalha de Bosworth, em 1485. Apesar do monarca ter um contingente maior de soldados, foi traído pela participação do exército de Lorde Stanley, que no momento da batalha esperava para decidir qual lado apoiaria. Escolheu Henrique e, desse modo, Ricardo, apesar de ter mais experiência militar que o rival, foi derrotado. Este fato foi immortalizado pela peça de William Shakespeare *Ricardo III*, publicada em 1592/1593. Na cena IV do quinto ato, o rei, durante a batalha, clama: "apostei minha vida em um lance, aceito o que marcaram os dados.

Acho que tem seis Richmonds no campo de batalha; cinco deles eu já matei hoje, em vez dele mesmo. Um cavalo! Um cavalo! Meu reino por um cavalo!" (SHAKESPEARE, 2010, p. 186).

O monarca Plantageneta morreu durante a batalha, vítima de um golpe na cabeça. Appleby *et al.* descrevem o estado dos ossos de Ricardo III:

Dois grandes ferimentos na nuca, compatíveis com golpes de uma alabarda e de uma espada, foram provavelmente fatais. Um terceiro ferimento penetrante, menor, no topo da cabeça é mais enigmático, mas pode ter sido causado por uma pancada de um objeto pontudo, como uma adaga, no alto da cabeça. Outros ferimentos foram mais superficiais e nenhuma das lesões no crânio poderiam ser infligidas em alguém que usasse capacete do tipo mais comum no final do século XV. Dois ferimentos, um corte na costela direita e outro na pélvis direita, típico de golpe através da nádega direita, são, novamente, improváveis de terem sido infligidos em alguém que utilizasse armadura. Estes, juntamente com os dois ferimentos no rosto, podem ser 'lesões de humilhação', feitas após a morte.¹³ (APPLEBY *et al.*, 2013, p. 536, tradução nossa).

¹³ "Two large wounds underneath the back of the skull, consistent with a halberd and a sword blow, are likely to have been fatal. A third, smaller, penetrating wound to the top of the skull is more enigmatic, but may have been caused by a sharp blow from a pointed weapon, such as a dagger, on the crown of the head. Other wounds were more superficial and none of the skull injuries could have been inflicted on someone wearing a helmet of the type favoured in the late fifteenth century. Two wounds, a cut on a right rib and a cut to the right pelvis typical of a thrust through the right buttock,

Seu corpo foi enterrado no mosteiro Greyfriars, na cidade de Leicester, sem honras para um antigo rei da Inglaterra. Henrique, conde de Richmond, tornou-se Henrique VII (1485-1509), primeiro da dinastia Tudor, e se casou com Elizabeth de York, filha de Eduardo IV, estabelecendo uma união entre a rosa vermelha de Lancaster e a branca de York.

Henrique VII tinha menos reivindicação ao trono do que Ricardo III. Os Tudors descendiam do casamento de João de Gaunt com sua amante, Katherine Swynford, que mais tarde se tornou rainha consorte. Apesar do decreto que tornou legítimos os filhos prévios ao casamento, este também estabeleceu que nenhum de seus descendentes poderia ser rei. Apesar da legitimidade ter sido uma questão menos importante durante as Guerras, tornou-se fundamental durante o reinado dos Tudors. Esta busca por legitimação é vista, principalmente, no governo de Henrique VIII (1509-1547), que executou os últimos Plantagenetas da Inglaterra para que não houvesse contestação em relação ao seu reinado e sua dinastia.

Os Tudors, ao invés de utilizarem suas linhagens e dependerem de seus ascendentes, mantiveram seus governos ao se basearem na vontade de Deus, um dos princípios do absolutismo. Como explica Jane Bingham, "graças à providência divina, como os advogados de

are again unlikely to have been inflicted on someone wearing armour. These, along with two wounds to the face, may be 'humiliation injuries' delivered after death."

Henrique afirmavam, o novo rei havia libertado o povo inglês da tirania de Ricardo de York¹⁴" (BINGHAM, 2012, n.p., tradução nossa).

As ações dos Tudors, desde a fundação até o período elisabetano, não são julgadas do mesmo modo como o pequeno reinado de Ricardo é descrito. Mas a História é favorável àqueles que a escreveram primeiro. Portanto, cabe uma análise daqueles que registraram o triunfo Tudor e a decadência Plantageneta, como as *Crônicas de Holinshed*, objeto de estudo deste artigo.

As Crônicas de Holinshed

"E assim ele ensinou a outros como executar a justiça e equidade, o contrário do que praticava diariamente¹⁵" (HOLINSHED, 1587, n.p.). Desse modo se inicia a descrição do governo de Ricardo III nas *Crônicas de Holinshed*. Publicadas nos anos de 1577 e 1587, foram uma das principais fontes históricas responsáveis pela criação da imagem negativa de Ricardo III. Construídas por um conjunto de pessoas, tiveram na figura de Reyner Wolfe seu idealizador, este desejando a criação de uma história completa e universal. Contudo, após sua morte antes das publicações, seu assistente, Raphael Holinshed, terminou o projeto, relatando somente a história da

¹⁴ "Thanks to the heavenly providence, Henry's lawyers claimed, the new king had delivered the English people from the tyranny of Richard of York". Jane Bingham se refere ao rei Ricardo III, duque de Gloucester, da família York. Ricardo, duque de York, também conhecido como Ricardo Plantageneta, foi seu pai, que reivindicou a coroa de Henrique VI.

¹⁵ "And thus he taught other to execute iustice and equitie, the contrarie whereof he dailie exercised."

Inglaterra, Escócia e Irlanda (THE HOLINSHEDE PROJECT, 2015, n.p.).

A edição de 1577 contém 4 volumes, dos quais o primeiro e o quarto tratam da história da Inglaterra. O primeiro descreve o país, seus rios, metais e construções, além da cronologia de reinados e personagens importantes. O quarto volume, como dito no prefácio, surgiu devido ao tamanho da obra e contém a descrição dos anos em que William, o Conquistador (1066-1087) governou o país até Elizabeth I (1558-1603). Já a edição de 1587, utilizada como fonte neste artigo, contém informações extras, divididas em 6 volumes. Apesar de Holinshed já ter falecido quando esta edição foi criada, as *Crônicas* ainda levaram seu nome devido ao sucesso da primeira publicação.

Sendo uma crônica do século XVI, os autores consultaram textos de pessoas das épocas que descreviam. Um dos relatos utilizados foi *A história do rei Ricardo III*, de Thomas More, escrito por volta de 1513 e publicado pela primeira vez em 1543. O autor ficou famoso na história pela publicação do livro *A Utopia* e por ter sido chanceler de Henrique VIII, segundo da dinastia Tudor. Foi morto pelo monarca por criticar a Reforma Protestante ocorrida na Inglaterra e por não apoiá-lo em sua decisão de divorciar-se da rainha Catarina de Aragão.

Apesar das desavenças posteriores, no período da escrita do livro More e Henrique VIII eram próximos. Como súdito, faz sentido que o autor louvasse a dinastia, em detrimento da casa anterior. O texto descreve a história de Ricardo III, sem necessariamente enfatizar suas

decisões políticas, mas focando em atos considerados tirânicos. O livro demonstra a parcialidade do autor, como se seu objetivo fosse legitimar a dinastia Tudor, ao criticar o governo e figura de Ricardo. Percebe-se, portanto, que More atribui uma imagem a Ricardo, sem comprometimento com uma escrita que buscasse descrever o reinado do monarca York e tornar-se um estudo histórico.

Essa característica também é presente nos estudos de Holinshed e outros autores do século XVI. É mais perceptível, principalmente, ao analisar o desaparecimento dos filhos de Eduardo IV, momento em que a maioria dos autores acusam Ricardo de ter participação no ocorrido. Como dito, sem comprovação. Nas *Crônicas de Holinshed*, há a transcrição do texto de More sobre as mortes:

Então todas as outras coisas foram removidas deles (dos príncipes), este Miles Forest, e John Dighton, por volta de meia-noite (as inocentes crianças deitadas em suas camas) entraram nos quartos e de repente, prendendo-os em suas roupas, para que ficassem envolvidos e enredados, mantendo-os deitados ao forçarem os travesseiros e camas de penas em suas bocas, assim, com o tempo, sufocados e duros, suas respirações falhando, entregaram suas inocentes almas para Deus, para a felicidade dos céus, deixando o tormento de seus corpos na cama¹⁶. (HOLINSHED, 1587, n.p., tradução nossa).

¹⁶ "Then all the other being remooued from them, this Miles Forrest, and Iohn Dighton, about midnight (the séelie children lieng in their beds) came into the chamber, & suddenlie lapping them vp among the clothes, so to bewrapped them and

Segundo as *Crônicas*, não havia nada que fosse tão simples e tão provado como a participação de Ricardo no sumiço de seus sobrinhos, ou até mesmo em seus assassinatos, mas ainda haviam aqueles que suspeitavam disso. Devido a esse fato, Holinshed descreve o ato, segundo o que escutou, considerando que deve ter sido verdade (HOLINSHED, 1587, n.p.).

O maior problema dos textos, tanto no livro de More quanto no de Holinshed, é a aproximação com a ficção. São escritos a partir de relatos e, no caso das *Crônicas*, com quase 100 anos de diferença. Os dois autores apresentam aquilo que acreditam ser verdade, o que foi comumente passado e, no caso da figura de Ricardo III, aquilo que possivelmente foi construído para legitimar a nova dinastia. Os livros não são isentos de opinião. Deixam bem claro as preferências em relação aos monarcas e suas decisões, assim como os julgamentos de suas ídoles. O monarca Plantageneta pode ter sido, de fato, um tirano. Mas deve-se levar em consideração a possibilidade de que suas ações tenham sido exacerbadas para que o novo rei fosse visto como uma melhor opção. Como relatado, Henrique VII não possuía uma forte reivindicação ao trono.

Apesar de tais preocupações, as crônicas são importantes fontes históricas para os historiadores atuais. Principalmente após a

intangled them, kéeping downe by force the fether-bed and pillows hard vnto their mouths, that within a while, smoothered and stifled, their breath failing, they gaue up to God their innocent soules into the ioies of heauen, leauing to the tormentors their bodies dead in the bed."

Escola dos Annales, movimento historiográfico iniciado em 1929, que buscou introduzir novos objetos de pesquisa para a História, assim como a renovação daqueles já disponíveis. Como Luiz Antônio Gloger Maroneze escreve, a crônica:

[...] pode ser percebida como uma forma privilegiada de narrar o vivido, pois entre o fato e a ficção, ela abre portas especiais para acessar a sociedade contemporânea: o gênero menor da literatura assume, dessa forma, um espaço privilegiado na reflexão histórica (MARONEZE, 2014, p. 2).

O estudo das *Crônicas de Holinshed* nos possibilita o entendimento do pensamento do século XVI, particularmente do período elisabetano, e, desde seu contexto de criação, o texto foi utilizado como fonte histórica. Na peça *Ricardo III*, em que Shakespeare retrata o monarca como uma pessoa avarenta e sedenta de poder, o dramaturgo inglês utilizou o relato de Holinshed sobre a aparência física de Ricardo para criar o vilão que precisava. Holinshed caracteriza o rei como de "(...) pequena estatura, traços doentios nos membros, corcunda, com o ombro esquerdo mais elevado que o direito (...)">¹⁷" (THE HOLINSHED PROJECT, 2015, n.p., tradução nossa). A partir desta informação, no primeiro ato, cena 1, o personagem de Ricardo, então duque de Gloucester, se define:

¹⁷ "(...) little of stature, ill featured of limmes, crooke backed, his left shoulder much higher than his right (...)"

Mas eu, que não fui moldado para as proezas dessas brincadeiras, nem fui feito para cortejar espelho de olhar amoroso; eu, que sou rude estampa e sou aquele a quem falta a grandeza do amor para me pavonear diante de uma ninfa de andadura lúbrica; eu, que fui deserdado de belas proporções, roubado de uma forma exterior por natureza dissimuladora, foi com deformidades, inacabado e antes do tempo que me puseram neste mundo que respira, feito mal e mal pela metade, e esta metade tão imperfeita, informe e tosca que os cachorros começam a latir para mim se me paro ao lado deles. (SHAKESPEARE, 2010, p. 25-26).

Por anos, a *Richard III Society*¹⁸, comunidade que estuda e pesquisa a vida do monarca e responsável por defender sua imagem, negou tais afirmações de deformidades, pois a associam à negatividade em relação ao rei. Contudo, após a descoberta dos ossos de Ricardo, percebeu-se claramente a curvatura da coluna. Portanto, as definições feitas por Shakespeare e Holinshed, em parte, estavam corretas. Mas a deficiência de Ricardo não o torna um vilão, assim como sua negação por parte dos ricardianos¹⁹ não o faz um santo.

Tais relatos já revelam a tendência de Holinshed a criticar o governo e a figura de Ricardo. Percebe-se que são julgamentos de caráter, afirmações que não se baseiam completamente em fatos ou eventos específicos. É a tendência comum do texto, exemplificar o

¹⁸ Ver <http://www.richardiii.net/>

¹⁹ São pessoas que defendem a figura e governo de Ricardo III, assim como publicam textos favoráveis ao rei.

monarca inglês como aquele que engana, conspira, assassina. Levando em consideração o contexto de guerra e necessidade de legitimação do governo, é possível que ele de fato tenha sido assim. Contudo, sem fatos para comprovarem tal comportamento.

Quando Holinshed descreve a coroação de Ricardo e aqueles que o apoiaram, fica mais clara essa conjectura sobre a personalidade do rei. O autor afirma que, ao tomar o poder para si, apresentando uma "clemência enganadora", o Plantageneta conquistou juristas e nobres ao perdoar quaisquer ofensas cometidas contra ele, prometendo esquecer as inimizades existentes no reino. Em seguida, Holinshed define que isso não ocorreu, pois "como coisas maliciosas nunca são bem guardadas, em todo o tempo de governo, nunca parou com mortes cruéis e massacres²⁰" (HOLINSHED, 1587, n.p.). Por que não poderia ser verdade o perdão? E por que a atribuição de "enganadora"? Outros reis da história inglesa perseguiram seus inimigos ao assumirem o poder, como o próprio Henrique VII, tão cultuado pelo autor. De fato, os Tudors assassinaram a maioria dos Plantagenetas que poderiam ameaçar seus reinados, como no caso da Condessa de Salisbury. Sobrinha de Eduardo IV e tia do rei Henrique VIII, foi uma das mais nobres mulheres do século XVI. Foi acusada de traição, falsamente, e decapitada na Torre de Londres.

²⁰ "And as the thing euill gotten is neuer well kept, thorough all the time of his reigne neuer ceassed there cruell death and slaughter (...)"

Outro momento em que Ricardo é julgado diz respeito à morte de sua esposa, Anne, quando Holinshed atribui ao rei mais um assassinato. Afirma que o monarca desejava se casar com sua sobrinha, Elizabeth de York, uma vez que haviam rumores sobre a possibilidade dela se unir a Henrique Tudor. Pelo fato da rainha ter adoecido rapidamente, muitos acusaram o rei de tê-la envenenado. Holinshed escreve:

Mas por mais que tenha sido por sorte, seja por pensamento interior e meditação do coração, ou por ingestão de veneno (o que é dito como mais provável) em poucos dias, a rainha partiu de sua vida transitória, e foi enterrada solenemente na Igreja de St. Peter em Westminster. (...) O rei assim (de acordo com seu intenso desejo) saiu dos laços matrimoniais e começou a lançar uma fantasia tola para sua sobrinha, Lady Elizabeth, fazendo muitos pedidos para que ela se juntasse a ele em um matrimônio legal²¹. (HOLINSHED, 1587, n.p., tradução nossa).

Esta ideia de envenenamento é aceita principalmente por historiadores que concordam com a visão negativa de Ricardo, pois afirmam que este se casou com Anne por interesses políticos e

²¹ "But howsoever that it fortuneth, either by inward thought and pensiuenesse of hart, or by infection of poison (which is affirmed to be most likelie) within few daies after the queene departed out of this transitorie life, and was with due solemnitie buried in the church of S. Peter at Westminster. (...) The king thus (according to his long desire) losed out of the bonds of matrimonie, began to cast a foolish fantasie to ladie Elizabeth his néece, making much sute to haue hir ioined with him in lawfull matrimonie."

econômicos, já que os Nevilles eram uma das mais ricas famílias da Inglaterra. Novamente, nada novo, pois era a prática comum da nobreza. Porém, como John Ashdown-Hill escreve, o rei sentia afeição pela esposa. O autor explica:

Não há razão para duvidar da afeição de Ricardo por Anne Neville, e em um de seus últimos atos antes da morte da rainha, em um momento em que seu falecimento era esperado a qualquer hora, foi doada uma quantia de £300 à universidade que, no ano anterior, havia decretado uma missa anual para a "felicidade do rei" e para sua "querida rainha consorte Anne"²² (HALSTED *apud* ASHDOWN-HILL, 2013, n.p.).

Torna-se claro que qualquer ação de Ricardo era vista como uma manipulação, esquema, maldade de sua parte. Até mesmo atos que não eram de seu controle, como a morte da rainha, mais atribuída à tuberculose ou ao câncer.

Holinshed termina sua descrição do reinado de Ricardo dizendo que sua morte foi justamente merecida e a mais esperada. Escreve: "assim terminou este príncipe sua vida mortal com infâmia e

²² "There is no reason to doubt Richard's affection for Anne Neville, as one of his last acts prior to the queen's decease, and at a time when her dissolution was hourly expected, was reportedly a grant of £300 to that university which in the preceding year had decreed an annual mass for "the happy state" of the king and 'his dearest consort, Anne'."

desonra, que nunca preferiu fama ou honestidade antes de ambição, tirania e prejuízo”²³ (HOLINSHED, 1587, n.p., tradução nossa).

Usurpador, tirano, assassino. Essas são as características utilizadas por Holinshed e imortalizadas por Shakespeare. Até os dias atuais, muito se discute sobre a personalidade de Ricardo e se seus atos são tão vilanescos a ponto de atribuírem ao rei o título de pior e mais controverso monarca inglês.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo desmitificar a imagem do rei Ricardo III da Inglaterra e apresentar sua vilanização a partir das *Crônicas de Holinshed*, de 1587.

Em muitos estudos, historiadores se prendem a dicotomias como bom-mau, inocente-vilão. Ricardo III é símbolo disso. Encontram-se pesquisas que tentam torná-lo o melhor monarca inglês, classificando-o como gentil, ou aquelas que o denominam assassino, esquecendo de seu reinado e importância na história. Ambas as pesquisas descritas estão equivocadas, devido às suas parcialidades. Ricardo III não foi diferente de outros monarcas da Inglaterra. Tomou o poder para si, assim como seu sucessor, Henrique VII. Atribuem a ele a morte de seus sobrinhos. Possível, porém nunca comprovado. Há registros de outros reis da Inglaterra que mandaram executar esposas,

²³ "Thus ended this prince his mortall life with infamie and dishonor, which neuer preferred fame or honestie before ambition, tyrannie and mischiefe."

como Henrique VIII, e estes são cultuados pelas artes e por suas decisões políticas.

Consideradas como um importante projeto de pesquisa e contribuição para a construção da história do país, as *Crônicas* foram utilizadas por várias pessoas que desejavam ter conhecimento dos acontecimentos anteriores à sua geração. De fato, o texto é uma importante representação do pensamento inglês do século XVI, assim como da noção de construção histórica do período. Porém, é tendenciosa. Foram criadas durante o governo de Elizabeth I, Tudor, a dinastia que retirou Ricardo III do poder.

Espera-se que outros estudos surjam a partir da recente descoberta dos ossos do rei Plantageneta, uma vez que a discussão em torno de sua imagem tem crescido. Estudos estes que considerem os fatos, que não atribuam julgamentos, muito menos deixem suas preferências pessoais ditarem a imagem de uma figura histórica significativa como Ricardo III.

Referências

Fontes

AS CRÔNICAS DE HOLINSHED. **Richard the Third** N 2. ed. 1587. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/45611/45611-h/45611-h.htm>> Acesso em: 10 ago. 2015.

THE HOLINSHED PROJECT. **The history of king Edward the fifth, and king Richard the third unfinished, written by master Thomas More.** Disponível em: <

http://www.english.ox.ac.uk/holinshed/texts.php?text1=1587_6205>

Acesso em: 15 out. 2015.

Bibliografia

APPLEBY, J.; BUCKLEY, R.; FOXHALL, L. et al. 'The king in the car park': new light on the death and burial of Richard III in the Greyfriars church, Leicester, in 1485. **Antiquity**, v. 87, n. 336, p. 519-538, 2012.

ASHDOWN-HILL, John. **The last days of Richard III and the fate of his DNA.** Gloucestershire: The History Press, 2013 (versão digital).

BINGHAM, Jane. **The kings and queens of England's golden age.** Londres: Arcturus, 2012 (versão digital).

HALSTED, Caroline Amelia. **Richard III.** London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1844.

JONES, Dan. **The Hollow Crown: the Wars of the Roses and the rise of the Tudors.** 1. ed. London: Faber & Faber, 2014 (versão digital).

MARONEZE, L. A. G. A crônica e o fazer histórico na crise da modernidade: reflexões e possibilidades. **Estudos históricos**, Uruguai, ano VI, n. 12, jul. 2014. Disponível em:

<http://www.estudioshistoricos.org/12/artigo%20cronica%20e%20hist.pdf> < Acesso em: 15 out. 2015.

SHAKESPEARE, William. **Ricardo III**. Tradução Beatriz Vigas Faria. Porto Alegre: LP&M, 2010.

The making of the chronicles. Disponível em: <http://www.cems.ox.ac.uk/holinshed/chronicles.shtml#two>. Acesso em: 10 set. 2015.

Recebido em 24/05/2017, aceito para publicação em 16/07/2017

Estratégia de leitura na Educação Inclusiva: ler buscando significados¹

Fernanda de Paula Coelho²

Resumo: A educação inclusiva visa atender os alunos com necessidades especiais ou não de igual maneira; uns não podem se sentir menos privilegiados que os outros, sendo assim, conteúdos e atividades precisam ser adaptados para atender a todos, independente da disciplina. Com o ensino de Botânica os alunos conhecem no ambiente e em sala de aula formas diferenciadas de folhas e suas estruturas, percebendo que há uma variedade de formas de folhas, flores com as suas belezas e cheiros. Os trabalhos desenvolvidos com os alunos são diferenciados, pois vão de sujar as mãos até o pé, fazendo assim com que se sintam mais motivados e empolgados com o novo. É uma forma diferente de ensinar e divertida de aprender que estimula o aluno na busca pelo conhecimento. Mostrando como é possível através do lúdico e do método multisensorial despertar o interesse e facilitar o processo de ensino-aprendizagem de crianças portadoras ou não de necessidades especiais.

Palavras-Chave: Inclusão; Botânica; Atividades

Abstract: Inclusive education seeks to serve students with special needs or not in the same way; some may not feel less privileged than others and thus content and activities need to be adapted to cater for everyone, regardless of discipline. With the teaching of Botany students learn in the environment and in the classroom differentiated leaf shapes and structures realizing that there are a variety of leaf shapes, flowers with their beauty and smells. Studies carried out with students are differentiated, as they will getting their hands dirty to the foot, thus making them feel more motivated and excited about the new. It's a different way to teach and fun to learn that stimulates the student in the pursuit of knowledge forms. Showing how it is possible through the

¹ Artigo de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão, sob orientação da Profa. Beatriz Pazini Ferreira (Faculdade Eficaz de Maringá/PR).

² Pós-graduação em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão (Faculdade Eficaz de Maringá/ PR). Contato: fernanicoelho@gmail.com

playful and the multisensory method to arouse interest and facilitate the teaching and learning of carriers or not of special needs children.

Keywords: Inclusion; Botany; Activities

Este trabalho tem por objetivo tirar os alunos do ensino fundamental do modelo de ensino tradicional. Um dos conteúdos que pode contribuir nesse sentido é o ensino de Botânica. Atividades diferenciadas dentro e fora da sala de aula para o reconhecimento da diversidade das plantas e suas estruturas, ao invés de tabelas e nomes decorados com “macetes”.

Desta forma se propõe a realização de atividade com folhas vivas e saídas de campo, para que alunos conheçam com a leitura dos sentidos suas formas, funções e belezas.

Alunos com necessidades especiais precisam de estímulos e atenção para realizar trabalhos; com as saídas de campo vão descobrir outros ambientes diferentes do de costume, e as atividades em sala vão ajudar na sua coordenação motora e conhecimentos de tipos diferentes de cada espécie trabalhada.

Ao invés de fazer uma síntese dos problemas em sala de aula ao se atender alunos com e sem necessidades especiais, este trabalho traz propostas de atividades práticas e lúdicas para o ensino de Botânica no 6º ano do ensino fundamental, séries iniciais.

Estas atividades visam fazer com que o aluno se sinta parte da produção de conhecimento, ao fazer o mesmo procedimento que o pesquisador de botânica faz ao recolher um espécime na mata e o

descrever. Depois disso, fazer atividades em sala com o material coletado por eles mesmos. Dessa forma o aluno se sente menos dependente do professor no processo de produção de conhecimento, sabendo que “pode fazer sozinho”.

A Botânica na Educação Inclusiva

O presente trabalho tem por objetivo explorar a saída de campo como um auxílio didático, uma proposta pedagógica alternativa para ministrar conteúdo botânico no ensino fundamental, diante da realidade educacional. A escola, através dos professores, utiliza muitas vezes métodos e técnicas de ensino com uma concepção tradicional, provocando nos alunos indiferença pelos conteúdos ministrados.

Os alunos de 6º ano vêm recém-chegados do 5º ano, onde tinham “a professora” e o professor de Educação Física; eles estão em fase de adaptação com a realidade das diferenças pedagógicas, sociais e espaciais na nova realidade escolar. Agora são oito professores entrando e saindo de sala regularmente, precisam de disciplina para não se perder na ordem das matérias no caderno, e principalmente em suas cabecinhas. Nesse contexto um currículo engessado e aulas puramente teóricas têm pouco a contribuir para a formação desses educandos.

No caso do ensino de botânica no 6º ano, encontra-se dificuldades, pois os alunos não são plenamente alfabetizados ao ponto de compreender os conteúdos apenas com a leitura.

Ensinar a ler vai muito além de ensinar a decodificar palavras em um texto. Significa ensinar os alunos a usar estratégias de leitura na busca da construção e reconstrução dos significados das características das plantas e fazer sua identificação compreendendo os usos delas. Os alunos portadores de necessidades especiais, em sua maioria, apresentam dificuldades de leitura e, conseqüentemente, de escrita; para tal é necessário um tipo de abordagem diferente, através do reconhecimento das plantas com os conteúdos relativos a elas.

Por exemplo, as plantas latifoliadas:

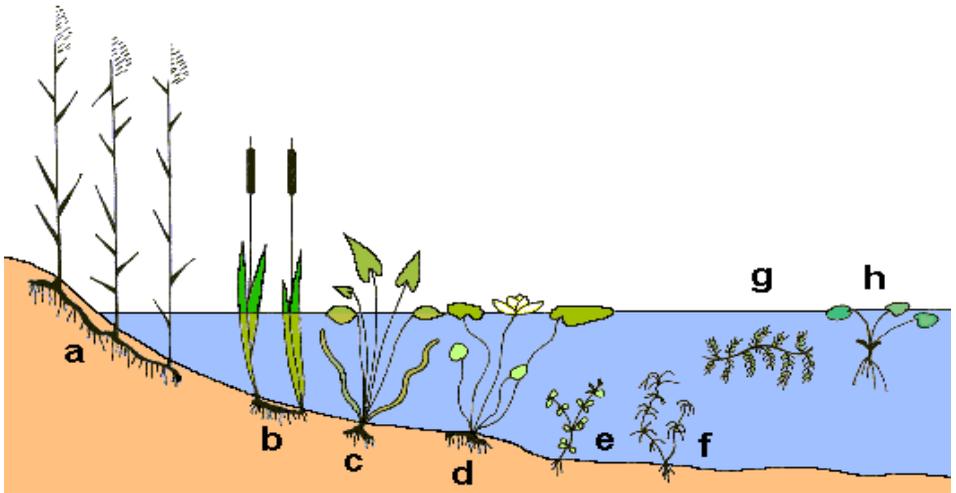
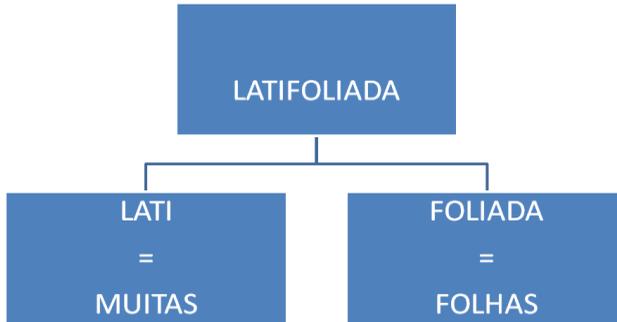


Figura 1 Planta Higrófitas, são formações vegetais típicas de regiões úmidas, possuem folhas largas (latifoliadas) e perenes (perenifólias) para facilitar a transpiração excessiva em florestas tropicais.

Latifoliada: é uma palavra longa e complicada, praticamente um trava-língua, que a criança não reconhece imediatamente como uma planta familiar. Torna-se necessário explicar a origem gramatical da

palavra e então apresentar a planta para a criança, seja em imagem, vídeo ou levando até o jardim da escola.



A educação inclusiva é uma ação educacional humanística, democrática, amorosa, mas não piedosa, que percebe o sujeito em sua singularidade e que tem como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

O conceito de educação inclusiva surgiu a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca, a idéia é que as crianças com necessidades educacionais especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular, algumas escolas dedicam-se apenas a um tipo de necessidade, enquanto que outras se dedicam a vários. O ensino especial é mais freqüente em instituições destinadas a acolher deficientes, isto tem sido alvo de críticas, por não promoverem o convívio entre as crianças especiais e as restantes crianças, no entanto, é necessário admitir que a

escola regular nem sempre consiga oferecer uma resposta capaz de atender as diversas necessidades destas crianças.³

O sistema regular de ensino precisa adaptar-se, caso deseje promover a inclusão. Hoje já se conhecem mais escolas a adaptarem-se e a tornarem-se inclusivas. Para que o ensino especial nas escolas regulares seja de qualidade e consiga atender às diferenças individuais de cada criança, é necessária uma adaptação com o espaço e uma didática diferenciada na educação.

Os fundamentos legais dessa diferenciação estão dispostos nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituída pela RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001

(...) assegura e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos.⁴

No Art. 5º, que considera “educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional,

³ COMUNIDADES.NET. **Educação Inclusiva/ Especial**. s/d. Disponível em : <http://www.deficiencia.no.comunidades.net/index.php?pagina=1115276908>. Acesso em: 24 maio 2014.

⁴ BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

apresentem (...) inciso III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que o leva a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes”, e, ainda, no Art. 8º, que enfatiza que

As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: (...) serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos.⁵

A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais é um direito destes ao convívio social e ao acesso ao conhecimento, e as escolas vêm buscando promover isto. Métodos e práticas pedagógicas estão sendo desenvolvidos para tornar essa inclusão plena e real.

O ensino de inclusão propõe que o professor sirva de modelo para seus alunos mediante a sua própria leitura: lê em voz alta, para sistematicamente verbalizar e comentar os processos que lhes permitem compreender o texto, por exemplo, as hipóteses que realizam os indicadores em que se baseia para verificá-las; também comenta as dúvidas que encontra, as falhas de compreensão e os mecanismos que utiliza para resolvê-las⁶.

⁵ *Idem. Ibidem.*

⁶ SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Depois a participação do aluno, de uma forma mais dirigida pelo professor, por exemplo, formulando apenas perguntas que sugiram hipóteses bastante determinadas sobre o conteúdo do texto, sugerindo perguntas abertas, ou apenas elucidando as opiniões dos alunos, o aluno participa do uso de estratégias que vão lhe facilitar a compreensão dos textos.

As primeiras propostas vistas foram no ensino de língua portuguesa, mas isso não é uma exclusividade. Com o desenvolvimento de botânica, entenda-se a leitura das plantas dentro de uma perspectiva multisensorial utilizando o tato, a visão e o olfato na identificação das plantas, com o propósito de:

- Alargar horizontes levando o mundo para dentro da sala de aula.
- Aprender fazendo.
- Melhorar capacidades intelectuais tais como a criatividade e a eficácia.
- Que um professor ensine simultaneamente em vários locais.
- Vários ritmos de aprendizagem na mesma turma.
- Motivar o aluno a aprender continuamente, pois utiliza um meio com que ele se identifique.
- Aliviar a carga administrativa do professor, deixando mais tempo livre para dedicar ao ensino e à ajuda a nível individual.
- Estabelecer a ponte entre a comunidade e a sala de aula⁷.

⁷ COMUNIDADES.NET. *Op. cit.*

O uso da metodologia multisensorial traz benefícios tanto quantitativos, através do aumento do número de alunos participando efetivamente das aulas, quanto qualitativos, pelo aumento da quantidade de informações que recebem. Dentro da concepção desta metodologia, a visão, o tato e o olfato deixam de ser capacidades isoladas, promovendo a captação de um maior número de informações através de todos os sentidos que um indivíduo possa pôr em funcionamento⁸.

Assim, a prática do estudo de botânica com a leitura de textos e a leitura multisensorial promove o conhecimento das plantas e pode despertar em crianças especiais o interesse e a motivação pela descoberta dos vegetais:

[...] que acrescenta sentido novo ao universo de conhecimentos dos alunos, é aquela que estabelece continuamente a relação entre a teoria estudada e a realidade vivida.⁹

A deficiência deve ser encarada não como uma impossibilidade, mas como uma força, onde o uso de novas metodologias pode desempenhar um papel significativo.¹⁰

⁸ ANJOS, Paola Trama Alves dos; CAMARGO, Eder Pires de. Didática Multissensorial: algumas considerações. 2º **Encontro sobre Divulgação e Ensino de Ciências**. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.valdeci.bio.br/pdf/encartes/resumos_ec/EC28.pdf. Acesso em: 24 maio 2014.

⁹ CARLINI, A. L. E Agora: Preparar a Aula.... In: SCARPATO, M. (Org.). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo: Avercamp, 2004. p. 127.

¹⁰ COMUNIDADES.NET. *Op. cit.*

Exemplo de leitura olfativa: Identificação da Salsinha e do Coentro.



Figura 2. Folha de Salsinha¹¹.



Figura 3. Folha de Coentro¹²

Trata-se de plantas idênticas; para saber a diferença é preciso amassar a folha e sentir o cheiro, para a sua identificação.

Exemplo de leitura tátil: As sensações provocadas pelo Capim Limão e pela folha da Violeta

¹¹ Disponível em : <https://www.google.com.br/#q=salsinha>

¹² Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=coentro>



Figura 4. Planta de Capim Limão¹³. Figura 5. Folha de Violeta¹⁴.

Tocando nelas percebe-se que a folha de capim limão é áspera e pegajosa e a folha de violeta aveludada, com penugens e mais sensível.

Exemplo de leitura visual:

Comparação entre as folhas de Samambaia e Antúrio

¹³ Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=capim+lim%C3%A3o>

¹⁴ Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=folha+de+orqu%C3%ADea>



Figura 6. Folha de Samambaia¹⁵.



Figura 7. Folha de Antúrio¹⁶.

As samambaias são plantas pteridófitas com folhas finas e longas, e a folha do antúrio é grande com formato de coração (cordiforme), com fácil diferenciação na visualização.

As principais funções das aulas práticas, reconhecidas na literatura sobre o ensino de Ciências, são: despertar e manter o interesse dos alunos; envolver os estudantes em investigações científicas; desenvolver a capacidade de resolver problemas; compreender conceitos básicos e desenvolver habilidades¹⁷ (KRASILCHIK, 2005).

¹⁵ Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=folha+de+samambaia>

¹⁶ Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=folha+de+anturio>

¹⁷ Luan Cardoso de Menezes (1) Vênia Camelo de Souza (3) Mário Pereira Nicomedes (2) [??]

Propostas de atividade

Fazer com que os alunos conheçam variedades de espécies de plantas, usando alguns dos sentidos, com saídas de campo, demonstrações em sala com figuras, vídeos e folhas vivas.

Atividade 1

Fazendo trabalho de folha em papel tamanho A4 com folhas vivas, pintando com o lápis, utilizando tinta guache para identificar o limbo, pecíolo e a bainha de cada folha para conhecer sua diferenciação entre as demais e simetria das folhas com lápis de cor.



Figura 8. Reproduzindo a folha original¹⁸.

¹⁸ KRASILCHIK, M. **Prática de Ensino de Biologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Atividade 2

Atividade com guache, fazendo os alunos passarem tintas coloridas na parte de trás da folha e depois carimbá-la no papel A4, deixando as suas “impressões digitais”, e assim também analisar limbo, pecíolo e bainha.



Figura 9. Impressão da folha com tinta guache¹⁹.

Atividade 3

Plantar feijão no algodão e acompanhar seu crescimento para identificar cada etapa do ciclo de vida da planta.

¹⁹ Disponível em: http://atividadeseducativas.org/wp-content/uploads/2012/09/68719922915_BAT5Y6lB_f.jpg



Figura 10. Broto de Feijão do algodão²⁰.

Atividade 4

Plantar semente de girassol na terra e mostrar que ela cresce sempre voltada para a luz.

²⁰

Disponível em:
<https://www.google.com.br/#q=plantando+feij%C3%A3o+no+algod%C3%A3o>



Figura 11. Plantando Girassol na Terra²¹.

Explicando que para o desenvolvimento de uma planta precisamos plantar a semente em um local onde ela receba luz, água, terra, ar, no caso da semente de feijão no algodão podemos observar a duração de dias para a germinação e acompanhar esse processo até ser preciso passar a planta para o solo, em um determinado momento ela não pode mais ficar no algodão, pois o seu processo de desenvolvimento fica prejudicado devido à falta de terra.

Estas atividades propostas podem auxiliar e muito no ensino de Botânica não apenas para os alunos portadores de necessidades

²¹Disponível

em:
https://www.google.com.br/search?q=plantando+girassol&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=x4WCU93FOpOGqgbd54CQDg&sqi=2&ved=0CCwQsAQ&biw=1280&bih=624#imgdii=_

especiais. Estas atividades, voltadas para o uso de múltiplos sentidos, estimulam todos os alunos. O conhecimento apresentado de forma tradicional e experimentado de forma lúdica faz com que os alunos compreendam melhor o que o professor quis dizer, e se sintam estimulados a participar mais das aulas, já que elas “são divertidas”.

Usar o lúdico em sala de aula não é enrolar com brincadeiras para passar o tempo, e sim dar uma outra abordagem, mais dinâmica, aos conteúdos que devem ser trabalhados. Esse lúdico, como o uso da tinta guache e os desenhos das folhas, é orientado e focado, objetivando uma produção específica de reconhecimento das plantas para serem posteriormente descritas conforme a taxonomia.

Considerações Finais

A educação inclusiva é um processo ainda em construção que visa a igualdade de oportunidades inclusive no acesso ao conhecimento. As dificuldades enfrentadas pelos alunos no processo de ensino-aprendizagem podem estar relacionadas a diversas situações: aulas tradicionais pautadas apenas nos textos didáticos, falta de preparo e paciência por parte do profissional da educação, preconceitos, etc.

Para que a criança se sinta envolvida e motivada ao desenvolver a atividade prática em Botânica, precisa pensar que sua atuação será eficaz, ou pelo menos que não será um desastre total. Só com ajuda e confiança esta atividade deixará de ser uma prática

enfadonha para alguns e tornar-se o que sempre deveria ser: um desafio estimulante.

Trabalhando com as plantas faz-se com que os alunos com necessidades especiais tenham o conhecimento de diferentes espécies e se sintam motivados, pois mostra o interesse em querer ensinar e fazer da aula de campo ou das atividades em sala um momento agradável.

Dessa forma o aluno pode levar essa experiência para sua vida, como apertar saquinhos da flor de beijinho, ver estourar para cair as sementes ou fazer brincadeiras com as mamonas vendo que por causa dos espinhos elas grudam na roupa. Coisas corriqueiras que fizemos na infância, sem nos dar conta de estarmos sendo agentes no ciclo de vida dessas plantas ao distribuirmos suas sementes em nossas brincadeiras. Quem nunca soprou um dente de leão?

Foram elencadas diferentes propostas de atividades que podem ser realizadas com os alunos do 6º ano do ensino fundamental e os possíveis resultados destas atividades, de acordo com os relatos dos professores que já realizaram tais atividades.

Os alunos demonstraram maior facilidade em assimilar as formas e nomes das partes das plantas ao relacioná-las com suas texturas e cores. O interesse pela disciplina também aumentou, já que ficavam na expectativa de uma nova atividade prática; sair da rotina os estimulava a querer participar das aulas.

Os alunos portadores de alguma necessidade especial, do ponto de vista do professor, alcançaram igual nível de rendimento dos demais,

principalmente por perceberem que tinham as mesmas dificuldades que os outros em identificar as plantas, precisando tocá-las, cheirá-las, desenhá-las com seus próprios recursos motores e visuais, para então assimilar cada uma e fazer a sua classificação. Através dessas atividades foi possível trabalhar a diversidade a partir de problemas comuns a todos os alunos, e que minimizavam o fato de alguns alunos serem portadores de necessidades especiais. Pois na hora de conhecer o novo e aprender a trabalhar com ele, “todos” precisam de atenção especial.

Referências

ANJOS, Paola Trama Alves dos; CAMARGO, Eder Pires de. Didática Multissensorial: algumas considerações. **2º Encontro sobre Divulgação e Ensino de Ciências**. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.valdeci.bio.br/pdf/encartes/resumos_ec/EC28.pdf. Acesso em: 24 maio 2014.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARLINI, A. L. E Agora: Preparar a Aula.... In: SCARPATO, M. (Org.). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. São Paulo: Avercamp, 2004.

COMUNIDADES.NET. **Educação Inclusiva/ Especial**. s/d. Disponível em:

<http://www.deficiencia.no.comunidades.net/index.php?pagina=1115276908>. Acesso em: 24 maio 2014.

KRASILCHIK, M. **Prática de Ensino de Biologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 197p.

SILVA, Natalí Azevedo da; QUIRINO, Max Rocha; OLIVEIRA, Ademir Guilherme de; RONELLI, Rodrigo; ANDRADE, Duarte de; SANTOS, Betânia Araújo Cosme dos. Iniciativas para o aprendizado de Botânica no Ensino Médio.. **XI Encontro de Iniciação à Docência**. UEPG. Disponível em: <http://atividadeseducativas.org/category/outono/>. Acesso em: 25 maio 2014.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em 23/07/2015, aceito para publicação em 20/06/2017

Qual África ensinar nas escolas? A história africana e afro-brasileira nos Relatórios Finais de Estágio Supervisionado do curso de História da UDESC (2000 – 2006)¹

Maíra Pires Andrade²

Resumo: Este artigo investiga quais são as representações sobre a História Africana e Afro-brasileira que são expressas pelos estudantes de Graduação em História da UDESC, na condição de estagiários na Educação Básica, que irão ressoar nos Relatórios Finais da disciplina de Estágio Supervisionado dos anos 2000 até 2006. Nesse sentido, o objetivo é perceber como os estagiários do último ano do Curso de Graduação e os estudantes da Educação Básica dão significado a esta temática. Como aporte teórico usarei principalmente autores como Fanon, Quijano e Mbembe, para pensar a colonialidade e o racismo na atualidade, e Hall, para mobilizar o conceito de representação. Nesse aspecto, irei abordar os trechos dos relatórios em que a África ou as populações negras são invisibilizadas. Irei atentar para a visão eurocêntrica articulada pelos estagiários através das suas categorias e, por final, salientarei os trechos em que estas populações são tratadas como objetos, colocadas no lado oposto da ação humana. Este artigo é um recorte de uma dissertação em desenvolvimento na UDESC que perceberá as rupturas nestes relatórios antes e depois da aprovação da lei 10.639/03, estabelecendo relações entre as apropriações dos estagiários e o que é compreendido pelos estudantes das escolas que são campo de estágio.

Palavras Chave: História Africana e Afro-Brasileira. Representação. Racismo. Lei 10.639/03.

Abstract: This article investigates the representations about African History and Brazilian African that are expressed by the undergraduate students in History of UDESC in the condition of trainees in Basic Education that will resonate in the Final Reports of the discipline of Supervised Internship from

¹ Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado “Qual África? A história das Áfricas e as práticas de ensino na UDESC (2000-2015)”.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) na área de História do Tempo Presente. Graduada em História em 2015 pela UDESC.

the year 2000 to 2006. In this Sense, the objective is to understand how the trainees of the last year of the Undergraduate Course and the students of Basic Education give meaning to this theme. As a theoretical contribution I will mainly use authors such as Fanon, Quijano and Mbembe to think about coloniality and racism in the present and Hall to mobilize the concept of representation. In this regard, I will address the excerpts from the reports in which Africa or Black populations are invisible. I will pay attention to the Eurocentric vision articulated by the trainees through their categories and at the end I will highlight the stretches in which these populations are treated as objects placed on the opposite side of human action. This article is a cut of a dissertation under development in the UDESC that will perceive the ruptures in these reports before and after the approval of Law 10.639 / 03, establishing relations between the appropriations of the trainees and what is understood by the students of the schools that are field of internship .

Keywords: African and Afro-Brazilian History. Representation. Racism. Law 10.639 / 03.

Este artigo investiga quais são as representações sobre a História Africana e Afro-brasileira que são expressas pelos estudantes do último ano da Graduação em História da UDESC, na condição de estagiários na Educação Básica, que irão ressoar nos Relatórios Finais da disciplina de Estágio Supervisionado dos anos 2000 até 2006. Este trabalho é resultado de um recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, que tem como eixo temporal 2000 até 2015; contudo, neste recorte irei utilizar como documento somente os Relatórios Finais de 2000 a 2006, contabilizando um total de 10 relatórios, procurando compreender como os estagiários e estudantes se apropriam e entendem o ensino de História das Áfricas.

Segue abaixo um quadro em que se descreve, respectivamente, o título dos relatórios analisados neste artigo, os autores, a escola campo

de estágio, o bairro em que está localizada, a turma em que as aulas foram aplicadas e o ano de publicação do relatório.

Quadro 1 – Relação de Relatórios de Estágio Analisados de 2000 a 2006

Título	Autores	Escola/ Bairro	Ano/ Nível	Ano de apresentação do Relatório
A música: cantigas e histórias da ilha	Alexandre Martins Haroldo Silis Mender da Silva	Centro Cultural Escrava Anastácia/ Mont Serra	Não especificado	2000
Imigração e Colonização	Cesar Cancian Dalla Rosa Mário Ernesto Kuhne Leda Maria Fernandes	Colégio de Aplicação/ Trindade	1º ano Ensino Médio	2001
Relatório de Estágio	Evilasia Poluceno Marlen Batista de Martino Milana Cristina Lazzaris	Colégio de Aplicação/ Trindade	1º ano Ensino Médio	2001
Violência hoje e suas raízes sociais no período colonial	Marcia Claudio Cardoso da Silva Marcos Anderson Tedesco Thiago Juliano Sayao	Escola de Educação Básica Simão Hess/Trindade	2º ano Ensino Médio	2001
À ditadura, aquele abraço	Ana Carolina Wessler Prudêncio da Silva Ana Laura Tridapalli Roberto Oliveira do Prado	Escola Anísio Teixeira/ Costeira	3º ano Ensino Médio	2005
A revolução industrial e a inserção de Florianópolis na modernidade	Elisângela da Silva Landra Joel Spcart José Rada Neto	Escola Anísio Teixeira/Costeira	2º ano Ensino Médio	2005
As experiências da docência: novas perspectivas sobre o ensino	Israel da Silveira Kelwyn Pflieger Sávio Lopes Pavanello	IEE / Centro	2º ano Ensino Médio	2006

de história				
A guerra fria e a ditadura militar no Brasil: Em busca de uma história em movimento	Mateus Perez Jorge Maro Schweder Fábio Macedo	IEE/Centro	2º ano Ensino Médio	2006
Escravos, alemães, subversivos na Ditadura e moradores de favela durante os séculos XIX e XX da história do Brasil e de Santa Catarina	Ademir Soares Luciano Junior Cíntia Ertel Silva	IEE/ Centro	1º ano Ensino Médio	2006
República em Santa Catarina: modernidade e exclusão – ações e reações que transformaram as estruturas sociais, políticas e econômicas entre o fim do século XIX e início do século XX	Alecsandro Diehl Claudete Maria Guedes Janete Maria Pasini	IEE/Centro	1º ano Ensino Médio	2006

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O mundo não é o que existe, mas o que acontece¹

Da História a ser ensinada ao que é ensinado, nesse caso, a temática das Áfricas, é preciso pensar por que esta comumente não é selecionada para ser ensinada. Para isso, em consonância com as contribuições da tese de doutoramento de Luiz Fernandes de Oliveira (2010), tomarei como perspectiva o entendimento de que os desafios enfrentados pelo ensino de História das Áfricas, assim como as representações estereotipadas acerca desta, são resultados da herança da ação de empreendimentos coloniais que se instalaram sobre o continente africano colonizando o poder, o saber e o ser, permanecendo seus resquícios ainda na atualidade. Para este autor, a inserção das sociedades africanas na modernidade, assim como também de outras populações que foram subalternizadas, como a América Latina e a Ásia, é pautada pelo processo de colonialidade, no qual, para além das relações políticas e econômicas advindas do colonialismo, permanecem imersas na colonialidade do poder, do saber e do ser, em outros termos podemos falar do racismo que surge como estrutural em nossa sociedade. Dito de outro modo, estou querendo evidenciar que o capitalismo, ao adentrar nessas populações, irá impor um padrão de poder sustentado na dominação colonial; este padrão é o que Quijano (2009) chama de colonialidade do poder, que se refere aos diversos instrumentos de controle de subjetividade, exploração do trabalho e

¹ Dito de Tizangara retirado da obra do escritor moçambicano Mia Couto (2005) “O último vôo do flamingo”.

hierarquização do mundo; conforme Fanon (2005), este padrão será a expressão do racismo que irá discriminar os modos de ser e estar no mundo de todos os negros.

Nesse horizonte, a instituição escolar, como um elemento da modernidade, com todos os seus mecanismos disciplinadores, corrobora, também, para o controle das subjetividades e do conhecimento, sendo partícipe do projeto colonizador e da modernidade. A disciplina de História, seguindo esta mesma lógica, surgirá como uma narrativa necessária para a constituição das nações europeias, os chamados Estados Nacionais, conformando uma narrativa que irá condicionar os corpos, saberes, valores e conteúdos indispensáveis para a nação desejada nos moldes civilizatórios, e é nesta ponderação que se localiza a resposta à questão feita no início deste subitem.

O primeiro Relatório Final de estágio a ser descrito e analisado é intitulado “A música: cantigas e histórias da ilha”; foi publicado no ano 2000, sendo referente ao grupo de estagiários que atuou no Centro Cultural Escrava Anastácia na Comunidade do Mont Serra, conhecido como Morro do Caixa. As aulas do estágio ocorreram dentro do “Projeto Travessia”, que na época estava sendo executado pelo Centro Cultural. A comunidade onde está localizado o Centro, famosa também por ser a sede da Escola de Samba Embaixada Copa Lord, possui uma população predominantemente de afrodescendentes² oriundos dos

² Utilizei este termo, pois o mesmo foi mobilizado no relatório.

municípios rurais próximos a Florianópolis, segundo as palavras do próprio relatório (MARTINS; SILVA, 2000).

As aulas tiveram como foco central o aprendizado sobre História de Florianópolis por meio das músicas e cantigas de roda da cidade pertencentes ao que os estagiários denominaram de *cultura popular*. Ao abordar o conceito de *cultura popular*, apresentam o que seria a cultura local da cidade de Florianópolis, se afastando dos modelos tradicionais que colocam a tradição açoriana como sinônimo da cultura local. No entendimento desses estagiários, a cultura local é formada por elementos próprios e de influências múltiplas, mas, ainda assim, colocam que a população açoriana foi o principal elemento formador que teve que se adaptar à geografia e aos elementos específicos da cidade, inclusive assimilando outras culturas; nessa lógica, o projeto não é uma expressão da cultura açoriana, mas da cultura local que foi constituída por diversas culturas, principalmente indígena e africana.

É verdade que os colonizadores açorianos foram o principal elemento de formação do povo que habita a zona litorânea de Santa Catarina. Mas, também é verdade que este contingente foi obrigado a um árduo processo de adaptação a uma geografia muito diversa da de origem, e só o fez, com a assimilação de complexos inteiros de outras culturas. Portanto, nosso trabalho não se trata de nenhuma "manifestação típica açoriana", **mas sim da cultura local que absorveu elementos de outras culturas,**

sobretudo das populações indígenas e de origem africana (MARTINS; SILVA, 2000, p. 12).³

Realço que, mesmo contemplando a parcela da contribuição africana e indígena na constituição da cultura local de Florianópolis, estas ainda aparecem como elementos que irão se unir, aglutinar e incorporar na cultura açoriana. A política de assimilação, termo utilizado pelos estagiários, segundo Mbembe (2001) nada mais é do que des-substancializar e estetizar a diferença, onde os “nativos” são incorporados nesse âmbito da modernidade na medida em que são “convertidos” e “cultivados”, isto é, conseguem se encaixar num ideal de cidadania.

Os estagiários se apropriam do entendimento de que diferentes culturas entrecruzadas formularão a cultura local da cidade, que é uma compreensão positiva e uma alternativa criativa à imposição da colonialidade do poder e do racismo que irá desconsiderar as culturas não europeias. No entanto, ainda mantêm em seus usos a cultura açoriana como elemento a ser visto como hegemônico, enquanto as contribuições das populações indígenas e africanas surgem como os elementos secundários a serem assimilados e cooptados. Podemos verificar como a colonialidade do poder, ou em outros termos o racismo, cria uma imposição de classificação da população mundial como a raiz de um padrão de poder que será manuseado em diversas

³ Nos trechos retirados dos relatórios optei por manter a grafia original conforme a escrita dos estagiários e estudantes.

dimensões e escalas (QUIJANO, 2009), inclusive selecionando o que será visto como elemento cultural preponderante, como no caso do elemento açoriano, elevado na narrativa dos estagiários. Portanto, é notável que mesmo com as apropriações e “maneiras de fazer” os estagiários ainda reproduzem a mesma lógica colonialista. O desafio do ensino de História das Áfricas deve atentar para a construção de um conhecimento que reafirme a atuação destas populações para a formação do país, assim como os não africanos e não indígenas. De igual forma, devemos observar que alguns conceitos, quando não aprofundados e problematizados, podem ser apropriados de maneira errônea pelos estudantes, ou ainda de modo a esquecer o real signo deste conceito, como no caso do termo *assimilação*; por isso se torna fundamental o apontamento do significado desta palavra, a fim de evidenciar aos estudantes todo o processo de colonização, inclusive a sua face violenta.

No relatório intitulado “República em Santa Catarina: modernidade e exclusão – ações e reações que transformaram as estruturas sociais, políticas e econômicas entre o fim do século XIX e início do século XX”, publicado no ano de 2006 e executado na escola IEE, numa turma de primeiro ano do ensino médio, é possível verificar a mesma invisibilização. Nesse estágio, a finalidade das aulas era a percepção das transformações ocorridas em Santa Catarina entre o final do século XIX e o início do XX como parte das mudanças ocorridas com a ascensão da República no Brasil. Neste entremeio, as aulas

abordaram, em geral, as tensões da sociedade burguesa na modernização, a primeira república em Santa Catarina e os conflitos pertencentes a este período, a imigração e, por fim, as modificações no cenário de Florianópolis com a modernização (DIHEL; GUEDES; PAISNI, 2006).

Em uma das aulas dos estagiários foi abordada a temática da imigração para o Estado de Santa Catarina, objetivando perceber a importância desta para o desenvolvimento econômico e para a diversidade cultural do estado. Segundo o relatório, a intenção era “relacionar o processo migratório no Estado de Santa Catarina e em Florianópolis com o surgimento das novas atividades econômicas urbanas, industriais e agrícolas, ligadas à modernidade ambicionada pela República.” (DIHEL; GUEDES; PAISNI, 2006, p. 111). Os estagiários realizaram, inclusive, uma problematização sobre o ideal do progresso advindo com a imigração europeia, e a necessária relativização desse ideal construído a partir de uma História eurocêntrica. Contudo, como lembra Certeau (2003), a apropriação consiste na mobilização própria de referências num dado momento, logo, mesmo se apropriando desta problematização, ainda usam repertórios particulares que reforçam o ideal de progresso trazido pelos europeus nas suas aulas. Em contrapartida, aos negros e índios, populações majoritárias e que atuaram tanto economicamente como culturalmente na construção do Brasil e de Santa Catarina, resta apenas uma citação no corpo do texto.

Com o intuito de estabelecer uma ligação entre o litoral e os campos de Lages, se deu em 1829 (ainda no Império), a instalação do primeiro grupo de imigrantes alemães na localidade conhecida hoje como São Pedro de Alcântara. Nessas regiões, transformaram também a paisagem cultural, valorizando a ética do trabalho, introduzindo novos padrões alimentares e modificações na língua portuguesa, que ganhou palavras novas e um sotaque particular. Os imigrantes europeus, do Oriente Médio e asiáticos, influenciaram a formação étnica do povo brasileiro, sobretudo na região Centro-sul e Sul do País. Tendo em conta as contribuições de índios e negros, disso resultou uma população etnicamente diversificada, cujos valores e percepções variam de um segmento a outro, no âmbito de uma nacionalidade comum (DIHEL; GUEDES; PAISNI, 2006, p. 113).

Destaco que mesmo quando o foco é abordar a imigração europeia, o racismo, intrínseco nas relações sociais, faz com que a participação dos negros seja silenciada no processo. Os estagiários, mesmo tendo conhecimento do processo de modernização de Florianópolis pautado nos ideais de progressos europeizantes, ao tratar o elemento cultural europeu e as modificações nos costumes do Estado com a chegada destas populações, acabam por se apropriar e reforçar os ideais de modernidade aliado ao europeu e, mesmo que inconscientemente, silenciam a ação das populações de origem africana. Neste mesmo segmento, podemos inferir a branquitude exposta nos

trechos analisados acima, em que o negro e o indígena aparecem como elementos que apenas contribuíram para a formação do país, mas estes não são colocados como elementos estruturantes, como ocorre com o branco europeu. Ou seja, o branco é o pilar da construção do Brasil, enquanto ao negro e aos indígenas restam algumas pequenas influências, fenômeno este oriundo do racismo que é estruturante da sociedade brasileira.

Stuart Hall (1997), ao abordar o conceito de representação, pontua que cada indivíduo, por meio do uso das coisas, do que pensa ou diz, isto é, da forma como representa tais situações, cria um significado, sendo este estabelecido, portanto, a partir das estruturas de interpretação pessoais. Este significado será constituído a partir do modo como utilizamos tais elementos em nossas práticas. Nesse ponto de vista, os estagiários, ao se apropriarem das concepções do trecho acima, mobilizam os aspectos das populações negras e de origem africana de tal forma que transmitem a representação e o significado, mesmo que não intencional, de que estes só fizeram parte da História do Brasil no período da escravidão, desaparecendo após a abolição desta. Hall (1997) evidencia que a representação por meio da linguagem produz, incessantemente, significados, sendo importante estarmos atentos a quais significados uma pequena frase dentro de um parágrafo complexo pode estar carregando. Nessa perspectiva, a colonialidade do poder e do saber, isto é, o racismo intrínseco em nossa sociedade, se faz presente ao reforçar a percepção de que estas populações só se tornam

importantes para a historiografia enquanto estas eram objetos e propriedade dos brancos; após a libertação eles são apagados da narrativa histórica.

O Relatório Final de Estágio que tem como título “Imigração e Colonização”, publicado em 2001, é referente à experiência de estágio no Colégio de Aplicação, numa turma de 1º ano do ensino médio. O objetivo do estágio era abordar a questão da imigração europeia no Brasil a partir do século XIX e suas contribuições para a economia do Sul e do Sudeste, como também para a vida dos próprios alunos. Numa das primeiras aulas foi questionada a problemática dos conceitos de “cultura” e “identidade”, como elementos de diferenciação social no Brasil, salientando este como um país que busca uma aparência culturalmente homogênea quando, na verdade, é um bloco de elementos culturais heterogêneos, chamando a atenção dos estudantes para as práticas que nos fazem pertencer a determinados grupos. Nessa perspectiva, o direcionamento do estágio seria a construção de conceitos de identidade e cultura, compreendendo estes num espaço multicultural, utilizando como viés a imigração italiana e alemã do Sul do Brasil.

Respaldado na **imigração de italianos e alemães** no sul do Brasil a partir do sec. XIX, tinha nestas aulas o objetivo de possibilitar aos alunos construir os conceitos de "**cultura**" e "**identidade**", a fim de que pudessem agir construtivamente em uma

realidade multicultural (ROSA; KUHNE; FERNANDES, 2001, p. 15, grifo meu).

É evidente a colonialidade do poder e do saber também nesse caso, pois existe um silenciamento e um apagamento da existência das populações africanas, colocadas como questões a serem descartadas, e as concepções de multiculturalismo, cultura e identidade são pautadas nas diferenças apenas entre etnias europeias. Nessa abordagem, é notável como os estagiários formulam táticas de apropriação apontando a importância da noção da realidade multicultural em nosso cotidiano, algo que subverte a sistemática do racismo na sociedade. Apesar disso, estes, ao criarem e inventarem os seus enunciados, confirmam em suas maneiras de fazer os traços que ainda permanecem dessa colonialidade (CERTEAU, 2003). É preciso frisar que a representação destas populações como algo em segundo plano ou sem importância transmite diversos significados e, por meio da nossa linguagem e do modo como representamos, este significado pode vir a se tornar algo natural; isto posto, se torna imprescindível a problematização desta representação, para assim evitarmos a naturalização dessas ideias como algo normal (HALL, 1997).

Estes relatórios se assemelham em alguns aspectos, por exemplo, para além de tratarem da imigração, o seu foco é a imigração europeia, seja ela alemã, italiana ou açoriana. Nos seus enunciados, quando se referiam às contribuições culturais e sócio-históricas trazidas com os imigrantes europeus, as três primeiras narrativas colocavam

lado a lado as contribuições também dos africanos. Estas, por sua vez, eram expressas em apenas uma frase e nada a mais que isso em todo o relatório. Porém, é importante sublinhar que estes relatórios, ao mencionarem as contribuições de ambas as populações, omitiam a brutal diferença e também a razão existente entre a vinda dos europeus para o Brasil e a vinda forçada dos africanos que foram escravizados. O que eu quero demonstrar é que se torna implícita nos textos a menção às populações africanas também como imigrantes, como se estas tivessem vindo para o Brasil à procura de melhores condições de vida, assim como os imigrantes europeus, apagando toda a violência por que passaram desde a sua captura em África. É primordial apresentar as contribuições de ambas as populações para o Brasil, mas devemos nos ater aos distintos contextos históricos e explicitar os fatores que obrigaram os africanos a virem ao Brasil. Neste sentido, constatei outro problema, que é justamente o africano ou o negro apenas como elemento *contribuinte* da cultura brasileira, mas não como a principal estrutura de formação desta, fato que nos remete ao lugar de poder estrutural que o branco ocupa, colocando este como o elemento essencial da cultura brasileira. Destaco que essa narrativa, em muitos casos, não é um desejo intencional por parte dos estagiários, mas é resultado da formação de uma estrutura narrativa da história do Brasil que tem o racismo e a branquitude como pilares.

O esquecimento não ocorre somente quando trazemos à tona a temática da imigração, mas também quando saímos da ótica do

conteúdo e ampliamos as lentes para analisar os conteúdos programáticos elaborados pelos estagiários. No relatório que teve como base o projeto chamado de “À ditadura, aquele abraço”, que foi realizado no terceiro ano do Colégio Estadual Anísio Teixeira e publicado no ano de 2005, o objetivo das aulas seria abordar o período da Guerra Fria destacando as suas transformações para além da questão política e abordando, especificamente, a Ditadura Militar no Brasil. Os objetivos específicos do projeto foram:

Identificar em movimentos contestatórios atuais possíveis conexões com o período da ditadura militar brasileira, mostrando assim, a forte repressão sofrida naquele momento; Pensar a mudança do modo de vida da classe média com a entrada de novas tecnologias na vida doméstica; Contextualizar os movimentos contestatórios da juventude, contemplando neste contexto o processo da conquista de uma maior liberdade sexual; Valorizar as lutas femininas por mais direitos e maior liberdade, como também notar as transformações do comportamento feminino em relação aos dias de hoje; Pensar acerca das implicâncias no sentido de rupturas e permanências sobre a queda do Muro de Berlim e o fim do socialismo; Caracterizar o processo de abertura política e reorganização democrática no Brasil (SILVA; TRIDAPALLI; PRADO, 2005, p. 20).

Para chegar a esses objetivos os estagiários aplicaram um questionário no qual era indagado quais seriam os temas, dentro do

período da Guerra Fria, que mais despertavam o interesse dos alunos. Entre esses temas estavam listados: *Chegada do Homem à Lua*, *Queda do Muro de Berlim*, *Corrida Armamentista*, *Movimento Hippie*, *Golpe de 64*, *Construção de Brasília*, *Repressão na Ditadura no Brasil*, *Guerra do Vietnã*, *Cuba Socialista*, *A descolonização da África*. Na análise descrita pelos estagiários os temas de maior interesse dos alunos, com 21% do total de 17 alunos, foram: *Chegada do Homem à Lua*, *Queda do Muro de Berlim*, *Corrida Armamentista*, *Movimento Hippie*. Em segundo plano estavam os temas: *Golpe de 64*, *Construção de Brasília*, *Repressão na Ditadura no Brasil* (SILVA; TRIDAPALLI; PRADO, 2005). Os estagiários colocaram em anexo somente dois destes questionários. Em relação a estes, especificamente, a preferência dos temas aparece como descrita pelos estagiários, sendo que o tema *descolonização da África* foi o que estava na lista como de menor interesse. Na própria análise dos estagiários da lista de preferências dos alunos, a *descolonização da África* não foi sequer citada, nem para reafirmar a falta de interesse dos alunos por esta temática.

O mesmo esquecimento pode ser notado no relatório intitulado “As experiências da docência: novas perspectivas sobre o ensino de história”; este foi publicado em 2006 e executado no IEE na turma de segundo ano do ensino médio, tendo como tema central das aulas o período da Guerra Fria, enfocando o surgimento das Ditaduras Militares e movimentos de contracultura. Neste relatório é possível perceber resquícios da colonialidade do saber, já que os estagiários dão

preferência para diversos assuntos e a questão da África surge em segundo plano, como algo complementar. De 18 planos de aula executados pelos estagiários, apenas o último teve como objeto a descolonização da África, sendo que dentro do plano de aula essa temática, na verdade, era só um apêndice, pois a aula era já o fechamento do estágio. Vejamos os objetivos da aula:

Objetivos Gerais: Analisar com os alunos o processo de descolonização e fragmentação do continente africano e suas consequências na nova formação geopolítica da África, bem como, os resultados alcançados com a aplicação do Projeto de Estágio na turma incentivando a inserção destes conhecimentos ao cotidiano dos estudantes.

Objetivos específicos:

-Analisar a descolonização da África e da Ásia.

- Estimular o senso crítico dos alunos acerca dos temas contemplados através deste Projeto de Estágio.

- Estabelecer relações entre os conteúdos abordados no referido Projeto com o cotidiano dos alunos.

- Avaliar através das análises dos estagiários e dos alunos os resultados alcançados com a execução do tema proposto pelo Projeto de Estágio (SILVEIRA; PLEGER; PAVANELLO, 2006, p. 126, grifo meu).

Diante disso, fica a questão: qual o motivo deste desinteresse e esquecimento notado nos relatórios acima? Seria o racismo que é constantemente reproduzido por meio do silenciamento e desconhecimento em relação às Áfricas? Conforme Mignolo (2003) e também as contribuições de Fanon (2005) aqui já citadas, o colonialismo e o eurocentrismo andam juntos, sendo este último a raiz reprodutiva da colonialidade do saber, que controla o conhecimento e a subjetividade; por consequência, as histórias e saberes locais oriundos

da Europa são concebidos como projetos globais, colocando o continente como ponto de referência. Fanon (2005) nos alerta que é o colono ou o europeu que escreve a história; esta história não é a história do local que foi saqueado pela ação europeia, mas é a história da sua nação neste território, ou seja, é o prolongamento da história da sua metrópole, no caso a Europa. Nesse aspecto, a experiência de outros continentes, como a África, é negada, esquecida e até mesmo vista como “não sendo tão importante”, repercutindo num desconhecimento e também falta de interesse, que não deixa de ser resultado da permanência do racismo epistemológico ou, de modo mais amplo, da colonialidade do saber na atualidade.

No relatório já comentado, intitulado “República em Santa Catarina: modernidade e exclusão – ações e reações que transformaram as estruturas sociais, políticas e econômicas entre o fim do século XIX e início do século XX”, também é notável este fenômeno. Num questionário aplicado com os alunos no início do estágio, uma das questões indagava sobre qual seria o período da História que os alunos mais gostavam de estudar ou gostariam de estudar. Entre as respostas de quinze alunos apenas uma fazia alusão a um elemento das Áfricas, com a presença do Egito na resposta. “Sim. O Egito. Sempre me interessei por mistérios e artefatos antigos” (DIHEL; GUEDES; PASINI, 2006, p. 66). As outras respostas giravam em torno de História Moderna, descobrimento do Brasil e História Contemporânea. O Egito que desperta interesse nos estudantes é aquele Egito antigo, com faraós,

pirâmides, um Egito encapsulado no passado e encerrado nas suas origens. A partir de Antonacci (2013) verificamos que essa concepção é oriunda, ainda, das classificações excludentes feitas na obra *Filosofia da História*, de Hegel, em 1831, na qual, separando o histórico do pré-histórico, atribui à África a porção sem história do mundo. Para este, o continente africano não possui história, nem movimentos ou progressos, era um espaço congelado no tempo, logo, para ele, o que vemos em África na atualidade é a mesma coisa vista no passado, ou seja, a representação da África presa a um imobilismo histórico.

Quando aprendemos sobre a Europa verificamos a relação desta na História do Brasil e de outros locais, seja culturalmente, como politicamente ou economicamente; igualmente a História das Áfricas não é centrada somente no continente africano, esta é interconectada com a História de outros continentes e países, inclusive a Europa. Em sua tese de doutoramento, Anderson Oliva (2007) chama atenção para a necessidade de levarmos em consideração, quando falamos em História das Áfricas, tanto o contexto do universo africano como também suas relações exógenas e endógenas, como as relações formadas no âmbito do mundo atlântico que influenciou diretamente as vivências, experiências e leituras sobre o mundo tanto em África como fora dela. Desse modo, como falar da supremacia europeia sem citar a inferiorização do continente africano? Dois imaginários criados juntos e simultaneamente. Os africanos foram trazidos à força para o Brasil, estes também construíram a História do nosso país, portanto, quando

falo da História dos africanos e afro-brasileiros este contexto também está integrado.

Neste artigo foi possível verificar os diversos modos como, mesmo sutilmente e quase imperceptível, a História das Áfricas é esquecida, silenciada ou diminuída no contexto escolar. É percebida, num primeiro momento, a representação da ausência desta imagem da África, quando não é nomeada, citada ou referenciada nos diferentes conteúdos de História ou ainda aparece em menor exposição, quando comparada com outros conteúdos. Por que esquecemos com tanta facilidade da África? Por que ela não aparece nos conteúdos programáticos? Num segundo momento, aparece nas aulas dos estagiários a referência a populações negras na História, mas ainda assim aparecem em segundo plano ou após uma longa explanação sobre colonização europeia, sendo expressas por apenas uma palavra ou citação, ou seja, permanece a representação destas como uma menor relevância na História. Os estagiários, ao tratar da colonização e construção sócio-histórica do Brasil ou de Santa Catarina, pontuam a participação ativa dos agentes advindos da Europa. Em contrapartida, os elementos oriundos das populações negras são considerados como a parcela que apenas contribuiu para tal construção, mas não como elementos estruturais, como são mencionados os migrantes brancos, evidenciando assim a atuação da branquitude nestes relatórios. Ressalto que esta articulação discursiva não é algo original destes relatórios, mas é a herança de uma representação que foi cristalizada ao longo do

tempo, a partir do momento em que se desejava branquear a imagem da população brasileira. Nesse sentido, a população negra é citada ao lado dos imigrantes europeus ao falar da sua contribuição cultural ao Brasil, mas não é mencionada a diferença no modo como estes chegaram ao nosso país. Num terceiro momento, é notável a representação destes como indivíduos sem ação, desumanizados e sem agência histórica, delegando ao europeu a capacidade de contar a História dos Africanos. Isto pode ser observado desde o trecho em que a descolonização da África se torna resultado apenas da ação dos europeus, ou quando os negros são culpados pelo racismo na atualidade, como se estes não fossem conscientes do que ocorre e não fossem capazes de escolher entre aceitar a sua cultura ou não, assim como todos os seres humanos podem.

Em suma, foi evidenciado neste artigo que a História das Áfricas e a História da população negra, quando não está ausente, seja pelo desinteresse dos estudantes em estudos sobre a temática ou pela falta de preparo dos estagiários, surge a partir do seu significado para a escravidão, isto é, os estagiários a compreendem a partir da sua vinculação com o regime escravista no Brasil. No que diz respeito à valorização dos negros e do seu papel como agentes históricos na construção do Brasil, demanda reivindicada ao longo do tempo pelos movimentos sociais e que também emerge na LDB, os relatórios analisados exprimem a branquitude presente em nossas relações, ao colocarem a atuação do negro em menor escala em relação aos brancos.

De mesmo modo, foi observado na abordagem direcionada à disciplina de História o uso de categorias sustentadas pela epistemologia eurocêntrica, sem devida reflexão, o que corrobora com o olhar opressor à história dos negros, preponderante na atualidade. Ou ainda, verificando o uso de categorias que restringem estas populações como seres essencializados e próximos do não ser, como o termo escravo⁴.

Referências

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BÂ, Amadou Hampaté-Bâ. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Coord.). **História Geral da África**. I. Metodologia e Pré-História da África. 2010.

BHABHA, Homi K. O compromisso com a teoria. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro**: experiências de populações de origem africana em Florianópolis, 1860-1888. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

CERRI, Luis Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2003.

⁴ Na dissertação completa, tenho como objetivo analisar os Relatórios de 2007 até 2015 e, dessa forma, averiguar se a Lei Federal 10.639/03 incidiu de alguma maneira nas aulas dos estagiários e nas representações dos estudantes, identificando as mudanças em relação a estes relatórios analisados até 2006.

DIEHL, Alecsandro; GUEDES, Claudete Maria; PASINI, Janete Maria. **República em Santa Catarina: modernidade e exclusão – ações e reações que transformaram as estruturas sociais, políticas e econômicas entre o fim do século XIX e início do século XX.** Relatório de Estágio Supervisionado. UDESC, 2006.

FANON, Frantz. Sobre a violência. In: **Os Condenados da Terra.** 1ª reimpressão. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira e Prefácio de Lewis R. Gordon. Salvador: Editora da UFBA, 2008.

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino em História.** Campinas: Papirus, 2007.

GOODSON, Ivor F. **Currículo - teoria e história.** Petrópolis: Vozes, 1995.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOUNTONDJU, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimentos de africanos: duas perspectivas sobre

os estudos africanos. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 73-118.

JORGE, Mateus Perez; SCHWEDER, Maro; MACEDO, Fábio. **A guerra fria e a ditadura militar no Brasil: Em busca de uma história em movimento.** Relatório de Estágio Supervisionado. UDESC, 2006.

LANDRA, Elisângela da Silva; SPCART, Joel; RADA NETO, José. **A revolução industrial e a inserção de Florianópolis na modernidade.** Relatório de Estágio Supervisionado. UDESC, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africano em Santa Catarina: Invisibilidade Histórica e Segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil.** Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996. p. 38-41.

LIPPOLD, Walter Günther Rodrigues. **A África no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:** possibilidades de efetivação da Lei 11.645/2008 e da Lei 10.639/2003: um estudo de caso.166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRGS, Porto Alegre, 2008.

LUCIANO JUNIOR, Ademir Soares; SILVA, Cintia Ertel. **Escravos, alemães, subversivos na Ditadura e moradores de favela durante os séculos XIX e XX da história do Brasil e de Santa Catarina.** Relatório de Estágio Supervisionado. UDESC, 2006.

MARTINS, Alexandre; SILVA, Haroldo Silis Mender. **A música:** cantigas e histórias da ilha. Relatório de Estágio Supervisionado. UDESC, 2000.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Antígona, 2014.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

OLIVA, Anderson. **Lições sobre a África:** Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990-2005). 404f. Tese de Doutorado – UNB, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Histórias da África e dos africanos na escola.** As perspectivas para a formação dos professores de História

quando a diferença se torna obrigatoriedade curricular. 281p. Tese de Doutorado – PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2010.

POLUCENO, Evilasia; MARTINO, Marlen Batista de; LAZZARIS, Milana Cristina. **Relatório de Estágio**. Relatório de Estágio Supervisionado. UDESC, 2001.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73-118.

ROSA, Cesar Cancian Dalla; KUHNE, Mário Ernesto; FERNANDES, Leda Maria. **Imigração e colonização**. Relatório de Estágio Supervisionado. UDESC, 2001.

SILVA, Ana Carolina Wessler Prudencio; TRIDAPALLI, Ana Laura; PRADO, Roberto Oliveira do. **À ditadura, aquele abraço**. Relatório de Estágio Supervisionado. UDESC, 2005.

SILVA, Marcia Claudio Cardoso; TEDESCO, Marcos Anderson; SAYAO, Thiago Juliano. **Violência hoje e suas raízes sociais no período colonial**. Relatório de Estágio Supervisionado. UDESC, 2001.

SILVA, Cristiani Bereta da. Formação histórica e narrativas: efeitos de sentido sobre o ensino de história e o espaço escolar no estágio supervisionado. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.). **O ensino de história em questão: Cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 163-182.

SILVEIRA, Israel da; PLEGER, Kelwyn; PAVANELLO, Sávio Lopes. **As experiências da docência: novas perspectivas sobre o ensino de história**. Relatório de Estágio Supervisionado. UDESC, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo: Una introducción**. México: Siglo Veinteuno, 2011.

Recebido em 03/05/2017, aceito para publicação em 22/07/2017

Monografias

O poder da palavra: a habilidade retórica de Simão Pereira De Sá Na Crônica *Historia Topografica e Belica da Nova Colonia do Sacramento* e a sua influência na manutenção dessa praça e na historiografia brasileira contemporânea

Tamyres Gonçalves Palma Zimmer¹

Orientadora: Prof^a Dr^a. Martha Daisson Hameister

O presente trabalho analisará o discurso construído por Simão Pereira de Sá em sua obra *Historia Topografica e Belica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata*, escrita por encomenda de Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro e da Repartição Sul. Embora a datação da obra seja incerta, Capistrano de Abreu delimita um recorte temporal na qual a confecção da obra possivelmente se encontra, sendo “depois de setembro de 1737 [...] e anterior a 1750”². Mesmo que a escrita da obra provavelmente se encontre no segundo quartel do século XVIII, Simão Pereira de Sá incorpora diversos relatos anteriores ao período em que redigiu seu texto, voltando-se às primeiras tentativas de povoação da Colônia do Sacramento em 1680 e entre 1681-1715.

Como o intuito na elaboração desta obra era o de convencimento da Coroa portuguesa em lutar pela posse da Colônia do

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Paraná.

² ABREU, Capistrano apud MARQUES, Viviane Sueli. *Edição semidiplomática de História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, códice 677, da Biblioteca Nacional de Lisboa*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, USP, 2008, 216p. p. 17.

Sacramento, a escrita da crônica conseqüentemente deveria agradar ao Gomes Freire de Andrade, que era um defensor ferrenho da manutenção da Colônia. A partir desta necessidade, vemos a exaltação constante da Colônia por parte do Pereira de Sá, onde o autor chega a comparar a Colônia do Sacramento a “outra Cartago, fatigando a todos com os rebates continuos, sem que das mãos depuzessem as armas”³.

Buscarei neste trabalho analisar de maneira crítica a escrita do cronista, que devido aos interesses por trás da escrita e encomenda da crônica por parte de Gomes Freire de Andrade, desenvolveu um conteúdo muito apaixonado, e que por vezes tem como função exaltar as qualidades portuguesas em detrimento dos castelhanos, sempre descritos como inferiores aos portugueses em qualidades, e por vezes até no comportamento cristão. A argumentação de Simão Pereira de Sá, quando tende a demonstrar como os portugueses eram melhores que os castelhanos inclusive no comportamento cristão, dá margem à interpretação de que ele busca, através do “bom comportamento português”, justificar que o avanço territorial deles é mais benéfico que o avanço castelhano, pois uma das missões dos ibéricos - tanto portugueses quanto espanhóis - na América era promover o avanço do catolicismo entre os indígenas. Pereira de Sá tenta demonstrar que devido a essa missão e ao comportamento cristão superior dos

³ SÁ, Simão Pereira de. *Historia Topografica e Belica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata, Escrita por Ordem do Governador e Capitão Geral do Rio de Janeiro em 1737 e 1777*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993. p. 15.

portugueses, era melhor que os espanhóis saíssem destas terras para bons cristãos - os portugueses - as povoarem.

Para tanto, farei uso da obra *Tratado da argumentação: A Nova Retórica*, de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca⁴, com o qual realizarei uma análise retórica da obra de Pereira de Sá. Através dela buscarei definir o auditório do autor, ou seja, para quem ele escreve e os recursos utilizados para consolidar sua argumentação, tais como a repetição, a demonstração, a adjetivação, analogias, etc. A definição do “auditório” sugerido por Perelman e Olbrechts-Tyteca é fundamental para compreendermos em que contexto e projeto político-administrativo se insere a escrita da crônica por Pereira de Sá. Por auditório podemos compreender para quem os argumentos de convencimento são lançados e depois esboçar uma delimitação - caso haja - dos apoiadores e dos oponentes da ideia-chave de defesa e manutenção da praça da Colônia do Sacramento, o que pode ser determinante na construção do texto do autor. Tem-se aqui, portanto, um princípio teórico e metodológico que norteará a investigação.

A obra de Simão Pereira de Sá é dividida em três livros, sendo que cada um deles relata um período do povoamento português na Colônia do Sacramento. O primeiro livro narra o breve período de povoamento em 1680, data de sua fundação pelos portugueses a mando de D. Pedro II. A necessidade de um porto de comércio e de expansão

⁴ PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; revisão da tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Justiça e direito).

territorial levou os portugueses a fundarem a Colônia na margem esquerda do Rio da Prata, praticamente em frente a Buenos Aires, para servir como acesso aos mercados de Buenos Aires, Paraguai e Alto Peru - mercados estes negligenciados pela Coroa Hispânica⁵ - além de facilitar o acesso à prata do Alto Peru, essencial para a economia das colônias e das metrópoles no período.

O avanço para o extremo sul da colônia portuguesa servia tanto aos interesses da Coroa Portuguesa quanto de particulares, principalmente da elite fluminense. Este avanço era “estimulado pela Coroa e levado à cabo com a ação, apoio e interesses de particulares e autoridades locais”⁶. Para a Coroa portuguesa, Sacramento tinha “a finalidade de restabelecer no comércio Atlântico Português a carreira Rio da Prata – Rio de Janeiro – Luanda, onde a primeira era fonte de metais, nomeadamente a prata, tão necessária à economia do centro da Colônia”⁷, carreira esta que foi muito utilizada durante o período da União Ibérica para otimizar e expandir o tráfico negreiro.

O segundo período narrado por Sá vai de 1681 a 1705, encerrado com um cerco castelhano a Sacramento que durou mais de um ano, e que foi findado, segundo Simão Pereira, quando o resgate

⁵ PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Editora Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2002. p. 18.

⁶ PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Editora Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2002. p. 21.

⁷ Idem, *Ibidem*. p. 39.

português chegou e foram socorridos os portugueses isolados dentro das muralhas. O último período narrado por Sá vai do ano de 1716 a 1737.

O último relato de Simão é bem mais longo e completo, o que dá margens para acreditarmos que pelo menos este relato possa ter sido feito a partir de uma vivência *in loco*, diferente dos dois primeiros, que são mais curtos e provavelmente baseados em relatos colhidos à época. Em seu *Livro III*, Simão Pereira de Sá privilegia principalmente a narrativa dos dois últimos anos da ocupação, período em que a Colônia do Sacramento esteve isolada devido ao cerco imposto pelos castelhanos aos portugueses.

No primeiro capítulo da monografia apresento uma introdução sobre o autor e obra por mim analisada ao longo de toda essa investigação, buscando contextualizar os mesmos para facilitar a compreensão das técnicas de escrita e motivações do autor por trás da obra. Trato também sobre o acesso português à região do Rio da Prata e os eventos que levaram Portugal a se interessar pela região do Rio da Prata a partir da União Ibérica entre Portugal e Castela, e como após o rompimento da mesma, tanto a Coroa portuguesa quanto os lusobrasílicos mantiveram um grande interesse voltado para a região do Prata, tanto por ser um ótimo porto natural como porta de acesso à prata hispânica, além de como esta expansão ao sul foi efetivada pela ação - principalmente - da elite fluminense, maior interessada em manter o lucrativo comércio que havia encontrado na região do Rio da Prata.

Apresento ainda uma breve discussão conceitual em que se busca determinar qual nomenclatura deveria ser empregada no trato à Colônia, pois a mesma foi uma empresa lusa sem precedentes, única em sua execução e funções. Como Sacramento aparece nos documentos da época referida como *praça*, *vila* ou *cidade*, Fabrício Prado apresenta em seu estudo as diferentes características administrativas que cada um destes núcleos urbanos possuía, a fim de posicionar Sacramento em seu devido lugar, e ao final de sua exposição argumentativa chega à conclusão que de fato Sacramento foi tão única que qualquer denominação possível de empresa lusa a ser empregada não englobaria sua complexidade.

Por fim, apresento um panorama geral sobre o início efetivo da colonização lusa à Colônia do Sacramento e como esta se desenvolveu ao longo dos anos e das tomadas castelhanas e retomadas portuguesas.

No segundo capítulo da monografia selecionei, a partir de critérios por mim explanados ao início do mesmo capítulo, trabalhos de diferentes tipologias para analisar a maneira como a Colônia do Sacramento é tratada - ou não - na historiografia nacional. Há obras da historiografia nacionalista e tradicionalista de autores membros do IHGB⁸ e do IHGRGS⁹, trabalhos acadêmicos, livros paradidáticos e livros didáticos de ensino fundamental e médio.

⁸ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁹ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

A partir de minha seleção¹⁰, busquei perceber como a Colônia do Sacramento é tratada por cada ramo da produção historiográfica. Em *Fronteira*, de Moysés Vellinho, e em *A Historiografia Rio-grandense*, de Ieda Gutfreind, vemos um “ranço” por este território que foi perdido aos castelhanos fazer parte da nossa história. Em *Capítulos da História Colonial: 1500 – 1800*, de Capistrano de Abreu, vemos o total desprezo pelo território e pelos homens que lá estiveram. Segundo o autor, o tal “ninho, antes de contrabandistas que de soldados”¹¹ foi um local infrutífero aos interesses portugueses e mal administrado, pois, segundo o autor afirma, nas palavras de algum cronista da época, para se povoar uma região, é necessário casais, o que, segundo Capistrano, não houve em Sacramento. Antes, ali deu espaço ao surgimento do gaúcho, do gaudério, a “prole sinistra”¹² que atormentava a margem esquerda do Rio da Prata. Em outras obras vemos que o território é claramente desmerecido por ter se tornado território castelhano, mas os homens que lá trabalharam e lutaram são vistos como verdadeiros

¹⁰ Vellinho, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975; GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998; ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial: 1500 – 1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998; SPALDING, Walter. *Gênese do Brasil-Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1953; SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1969 (3 volumes); SILVA, Riograndinho Costa e. *Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1968; DOMINGUES, Moacyr. *A Colônia do Sacramento e o sul do Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1973.

¹¹ ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial: 1500 – 1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 186.

¹² ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial: 1500 – 1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 186.

heróis, que tentaram expandir o território luso, e conseguiram, pois conquistaram o território do *continente de São Pedro*, tomando inclusive o território dos Sete Povos das Missões para o rei português, como nos escritos de Walter Spalding por mim selecionados¹³.

Por fim, analiso obras¹⁴ que fizeram uso da crônica de Simão Pereira de Sá como detentora da verdade, de maneira acrítica, confiando nas palavras daquele erudito sem se perguntar quais seriam os interesses por trás de sua retórica. Entre elas estão o livro “*Colônia do Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa*” de Fabrício Prado, a tese de mestrado de Martha Daisson Hameister intitulada “*O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relação e suas mercadorias semoventes (c. 1727-c. 1763)*”, um artigo da mesma autora de título “*No princípio era o caos: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio*” e a tese de mestrado de Viviane Sueli Marques intitulada “*Edição semidiplomática de História topográfica e*

¹³ *Gênese do Brasil-Sul* (1953) e *Construtores do Rio Grande* (1969).

¹⁴ PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: o Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Editora Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2002; HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727-c. 1763)*; HAMEISTER, Martha Daisson. No princípio era o caos: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio. *Revista de História Regional*. v. 15, 2010; MARQUES, Viviane Sueli. *Edição semidiplomática de História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, códice 677, da Biblioteca Nacional de Lisboa*. (Dissertação de Mestrado) - São Paulo, USP, 2008; POSSAMAI, Paulo César. De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777. *Topoi*, v. 11, n. 21, p. 23-36, jul./dez. 2010.

bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, códice 677, da Biblioteca Nacional de Lisboa”.

No capítulo final da monografia trabalho a análise da crônica propriamente dita, no campo do discurso e da retórica construída por Simão Pereira de Sá. A obra, que fora encomendada por Gomes Freire de Andrade, tinha em sua escrita um claro tom de convencimento à luta pela posse da Colônia do Sacramento por parte dos portugueses. A exaltação das qualidades - mais do que somente do povo que ali vivia -, mas também da praça em si, demonstra a intenção de Pereira de Sá em provar o valor daquela terra e a importância de mantê-la sob domínio luso, mesmo sendo onerosa financeiramente a constante luta contra os castelhanos pela posse da praça.

Embora eu não tenha conhecimento de documentos que possam provar minhas conclusões, acredito que a obra de Simão Pereira de Sá teve certo impacto no convencimento no seu auditório pretendido - como o Conselho Ultramarino e os conselheiros do Rei - do valor da Colônia do Sacramento, pois Portugal manteve seu interesse pela mesma até 1777, quando abriu mão de maneira definitiva da mesma aos castelhanos no Tratado de Santo Ildefonso, para recuperar o vasto território perdido aos espanhóis entre 1763 e 1777.

A habilidade retórica de Simão Pereira de Sá é de tal maneira expressiva e competente que mesmo hoje vemos autores sendo seduzidos pelas palavras de convencimento deste. Na historiografia contemporânea vemos a retomada do valor da Colônia do Sacramento

através das palavras de Simão Pereira de Sá, onde se rompe com o modelo nacionalista-tradicionista que desprezava a Colônia e passa-se a compreender Sacramento e sua importância dentro do contexto do Império Português no século XVIII.

Referências

ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial: 1500 – 1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2074

DOMINGUES, Moacyr. *A Colônia do Sacramento e o sul do Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1973.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relação e suas mercadorias semoventes (c. 1727-c. 1763)*. (Dissertação de Mestrado) - Rio de Janeiro, UFRJ, 2002. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=18909

_____. No princípio era o caos: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio. *Revista de História Regional*, v. 15, 2010.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2374/1869>

MARQUES, Viviane Sueli. *Edição semidiplomática de História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, códice 677, da Biblioteca Nacional de Lisboa*. (Dissertação de Mestrado) - São Paulo, USP, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-25112009-110609/pt-br.php>

PERELMAN, Chain, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. 2. ed. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. Revisão da tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Justiça e direito).

PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Editora Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2002.

SÁ, Simão Pereira de. *Historia Topografica e Belica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata, Escrita por Ordem do Governador e Capitão Geral do Rio de Janeiro em 1737 e 1777*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

SPALDING, Walter. *Gênese do Brasil-Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1953.

_____. *Construtores do Rio Grande*. v. 1. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1969.

_____. *Construtores do Rio Grande*. v. 2. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1969.

_____. *Construtores do Rio Grande*. v. 3. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1973.

VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

Recebido em 24/11/2015, aceito para publicação em 06/12/2015.

Impressão de Leitura

História e Narrativa: Princípios Conceituais

MALERBA, Jurandir (Org.). **História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica.** Petrópolis: Vozes, 2016.

Robson Bertasso¹

Lançado no ano de 2016 pela Editora Vozes, o livro *História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*, organizado por Jurandir Malerba, professor titular da UFRGS, traz ao público uma série de artigos inéditos em língua portuguesa, que versam sobre temas relacionados à teoria da história, tendo como âmago o debate envolvendo história e narrativa, cujas origens remontam à década de 1960 e ao *linguistic turn*.

Composta por textos de autores brasileiros e estrangeiros, alguns já publicados em grandes revistas acadêmicas internacionais, como a *History and Theory*, esta antologia objetiva disponibilizar ao leitor, em especial aos estudantes do curso de História, elementos para a compreensão de um debate que, embora antigo, permanece atual. Trata-se, como aponta Valdei Lopes Araújo no prefácio da obra, de uma iniciativa comprometida com a formação do historiador brasileiro, que “encara a tarefa teórica como central à sua atividade”².

¹ Graduando do 6º período do curso de bacharelado em História - Memória e Imagem pela UFPR.

² ARAÚJO, Valdei Lopes. **Prefácio.** In: MALERBA, Jurandir (Org.). *História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica.* Petrópolis: Vozes, 2016, p. 14.

Por se tratar de uma obra com artigos diversificados, que abrangem vários aspectos da história e da narrativa, focar-me-ei na leitura do primeiro bloco temático do livro, composto por textos de Jurandir Malerba, Allan Megill, Jörn Rüsen e Jerzy Topolski, a fim de discutir os princípios conceituais gerais da narrativa histórica.

No primeiro capítulo do livro, Jurandir Malerba introduz ao leitor o primeiro bloco temático da obra, reconstituindo as origens do debate em torno da narrativa e da história. Conforme o autor, até a década de 1960, a história consolida seu campo de atuação dentro das chamadas ciências sociais, voltando suas discussões e reflexões, principalmente, ao trabalho metodológico, deixando de lado aspectos relacionados à epistemologia do conhecimento histórico. Este cenário se altera quando ocorre o chamado *linguistic turn*, na década de 1960, momento em que diversos intelectuais oriundos de outras áreas questionam o estatuto científico da história. Malerba argumenta que, a partir deste momento, o foco das reflexões “deixou de ser a história processo ou os parâmetros da pesquisa metodicamente regulada para recair sobre os protocolos constitutivos do discurso historiográfico”³. Doravante, tanto intelectuais de outras áreas como historiadores debruçaram-se, sobretudo, em discussões envolvendo o caráter narrativo da historiografia, fato este que desencadeou uma série de impasses sobre qual seria a natureza do conhecimento histórico. De

³ MALERBA, Jurandir. **Ciência e arte na escritura histórica**. In: MALERBA, op. cit., p. 17.

ciência à literatura, assim as questões foram se apresentando no seio das discussões.

No capítulo seguinte, o primeiro dos que percorrem questões específicas ao debate, Allan Megill explora um termo pouco usual entre os acadêmicos brasileiros, chamado historiologia. Este termo se refere, especificamente, a “um discurso meta-histórico preocupado com o trabalho feito pelos historiadores”⁴ e se difere da chamada filosofia da história, que, embora seja utilizada esporadicamente para se referir às reflexões sobre a prática historiográfica, abrange aspectos mais gerais de compreensão da história.

Conforme o autor, ao final do século XX, quatro grandes tradições de historiologia consolidam-se no cenário acadêmico: analítica, hermenêutica, idealista e linguístico-narrativa. Os três primeiros casos compartilham da mesma raiz, pois surgiram das discussões ocorridas entre a segunda metade do século XIX e início do XX, envolvendo a natureza epistemológica das ciências humanas, e dos embates em torno da proclamação científica da história e da crescente influência das ciências naturais e do positivismo. Foram importantes contribuições a esses debates os trabalhos de Wilhelm Windelband, que propôs a distinção entre as ciências nomotéticas, caracterizadas pela busca e estabelecimento de leis universais, e as ciências ideográficas, encarregadas de estudar realidades particulares, das quais a história seria uma representante; de Wilhelm Dilthey, que, buscando evitar

⁴ MEGILL, Allan. **Historiologia/filosofia da escrita histórica**. In: *Ibid.*, p. 35.

qualquer hierarquização entre as ciências, argumentou que elas possuem naturezas distintas, sendo as ciências naturais baseadas no método da explicação e as ciências humanas no método da compreensão; e de Max Weber, que apontou que a história possui ambas as dimensões, tanto explicativa, como interpretativa. Assim, apresentado o cerne das discussões que serviram de palco para o surgimento da historiologia, o autor explica no decorrer do capítulo como cada uma das três tradições contribuiu para o debate envolvendo o papel da narrativa na escrita da história. Em um primeiro momento, na analítica, a narrativa é relacionada ao modelo de lei de cobertura, proposto pelo filósofo positivista Carl G. Hempel na década de 1940; em um segundo, na hermenêutica, a narrativa torna-se protagonista das discussões, com os trabalhos de Paul Ricoeur e Paul Veyne; e por fim, na idealista, refletiu-se sobre a prática historiográfica, constatando que a história é um construto do presente, fato que abriu espaço para o surgimento da última tradição, a linguístico-narrativa. Como pode-se observar, esta tradição possui uma origem distinta das anteriores, pois foi desenvolvida no seio das discussões ocorridas entre 1960 e 1970, ou seja, pelo *linguistic turn* e pela filosofia pós-estruturalista. Nomes como o do teórico literário Roland Barthes, do filósofo Louis Mink e do historiador Hayden White figuram entre os principais deste contexto. Em linhas gerais, a historiologia linguístico-narrativa se define por perceber a obra de história como um construto linguístico em dois sentidos: o primeiro por ela ser “construída a partir da linguagem de

formas complexas que pode ser entendida apenas se alguém analisá-las como os acadêmicos e os críticos literários analisam as obras de literatura”⁵, e o segundo porque o historiador faz uso de recursos literários para construir sua análise sobre o passado, ou seja, a historiografia. Essas quatro tradições historiológicas, analítica, hermenêutica, idealista e linguístico-narrativa, representam, conforme Megill, o desafio da multiplicidade de temas e abordagens que o historiador do século XXI pode escolher.

Na sequência da obra, o texto de Jörn Rüsen, *Narração histórica: fundações, tipos, razão*, empenha-se em realizar uma tarefa extremamente complexa, muitas vezes ignorada pelos historiadores, de explicar o que é uma narração histórica. Para além da singela fórmula proposta por Hayden White, que considera a história “como uma estrutura verbal na forma de um discurso em prosa narrativa”⁶, Rüsen entende a narração histórica como uma rede de operações mentais que compõem e definem a consciência histórica⁷ de um determinado grupo social. Em síntese, trata-se da maneira como os seres humanos dão sentido ao passado. Para o autor, a narração histórica possui três características que se relacionam: em primeiro lugar, ela está intimamente associada à mediação da memória; em segundo, ela

⁵ MEGILL, Allan. **Historiologia/filosofia da escrita histórica**. In: MALERBA, op. cit., p. 42.

⁶ RÜSEN, Jörn. **Narração histórica: fundações, tipos, razão**. In: Ibid., p. 45.

⁷ Para mais informações sobre a Teoria da Matriz Disciplinar de Jörn Rüsen, cf. RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**. Trad. Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

organiza as três dimensões temporais – passado, presente e futuro – por meio do conceito de continuidade; e por fim, ela serve para estabelecer a identidade de seus autores e ouvintes⁸.

A grande contribuição de Rüsen consiste em ir além de propor apenas uma explicação para o campo historiográfico, como fez Hayden White, pois ele esboça um quadro tipológico de como sua teoria da narração histórica se aplica na vida social. Este quadro é dividido em quatro tipos de narrativas – tradicional, exemplar, crítica e genérica – e em quatro aspectos – como a memória é trabalhada, a continuidade e a identidade desenvolvidas e o tempo sentido. Assim, desde práticas como a construção de monumentos até o empreendimento de obras literárias que visam tirar valores do passado ou promover críticas ao presente, compõem o mosaico das narrativas. Mas seria possível associar a historiografia a alguma dessas quatro narrativas? Para o autor, certamente que sim. O uso da tipologia na análise historiográfica possui uma série de funcionalidades, que permitem, por exemplo, desenvolver uma classificação de obras históricas, esboçar uma periodização da história da historiografia, entre outras atividades. Contudo, sua principal função é fornecer os meios para se compreender que a historiografia é um construto mutável, que na medida em que a mudança temporal ocorre, a estrutura da narração histórica se modifica. A *Geistesgeschichte* não é uma esfera autônoma da história geral, mas, sim, um espelho dela.

⁸ RÜSEN, op. cit., p. 48.

Tendo em vista essas questões, resta compreender como a historiografia é materializada pela narrativa, e é o texto do historiador polonês Jerzy Topolski que fornece uma excelente chave de leitura para isso. A escrita da história, chamada pelo autor de “totalidade narrativa”, constitui-se no entrelaçamento da argumentação lógica, que faz parte do caráter científico da disciplina, com a inspiração estética. Topolski argumenta que o material primário com o qual o historiador trabalha a narrativa histórica é a “informação básica”, que consiste em enunciados/proposições de fontes que, por sua natureza, são de livres interpretações e que variam de tema para tema. Assim,

construir uma narrativa significa combinar um número de pedaços de informação básica mais ou menos dispersos, nunca se referindo a “todas as coisas”, em uma totalidade textual coerente: metaforicamente, é a transformação de numerosos pontos únicos em linhas contínuas e superfícies. O historiador passa de enunciados únicos para generalizações e totalidades narrativas integradas (coerentes).⁹

Para se compreender o caráter das narrativas históricas o autor propõe uma análise dividida em duas etapas: a primeira chamada de horizontal e a segunda de vertical. No primeiro caso, sua atenção é voltada à maneira como uma narrativa histórica é estruturada. Para Topolski, a narrativa histórica não se constitui por uma simples

⁹ TOPOLSKI, Jerzy. **O papel da lógica e da estética na construção de totalidades narrativas na historiografia.** In: MALERBA, op. cit., p. 62.

sequência de enunciados, mas, sim, por uma lógica teleológica empregada às “pequenas totalidades narrativas”, ou seja, na estruturação dos parágrafos, dos subcapítulos, dos capítulos, etc., que, adquirindo cada vez mais significado, compõem as complexas totalidades narrativas de uma obra. Este fenômeno é chamado pelo autor de “ligação de conteúdo”. No segundo caso, Topolski mostra que as narrativas históricas são compostas por três níveis: a subestrutura, que se refere às imagens do passado que um determinado historiador almeja passar ao seu leitor; a subestrutura retórica, que é o nível de persuasão do historiador, que inclui a utilização de figuras de linguagem como clímax, anticlímax, prolepse, exclamação, ironia, entre outras; e a subestrutura de política, que se refere à visão de mundo do narrador/historiador que se reflete no texto, ou seja, seus valores endossados. Conclui-se, a partir de Topolski, que a narrativa histórica é uma estrutura persuasiva construída pelo historiador através de recursos lógicos e estéticos a fim de transmitir um conteúdo específico a um determinado público.

Os textos aqui discutidos foram produzidos em contextos diferentes, por historiadores oriundos de circuitos acadêmicos distintos, o que pode nos revelar que a preocupação envolvendo a questão da narrativa na historiografia é um fenômeno global. Trata-se de um debate que foi retomado há mais de quarenta anos internacionalmente e que no Brasil, até meados dos anos 1990, era tratado majoritariamente como periférico por parte dos historiadores. Tendo isso em vista, a obra

organizada por Malerba faz parte de um esforço maior de uma nova geração de historiadores brasileiros preocupados com questões teóricas envolvendo a escrita da história.

Recebido em 31/12/2016, aceito para publicação em 22/07/2017.

Revista Vernáculo, nº 40
2.º sem. 2017

Publicado em Agosto de 2017

ISSN 2317 – 4021

<http://revistas.ufpr.br/vernaculo>